

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL MESTRADO**

**MANUELI TOMASI**

**“NÃO SOMOS TODOS/AS IGUAIS”  
OS DISCURSOS DE (RE)EXISTÊNCIAS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE  
RUA EM CAXIAS DO SUL/RS**

**São Leopoldo, RS**

**2020**

Manueli Tomasi

**“NÃO SOMOS TODOS/AS IGUAIS”  
OS DISCURSOS DE (RE)EXISTÊNCIAS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE  
RUA EM CAXIAS DO SUL/RS**

Dissertação apresentada como requisito  
para obtenção do título de Mestre em  
Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -  
UNISINOS

Orientador(a): Prof(a). Dra. Marilía Verissimo Veronese

São Leopoldo, RS

2020

T655n Tomasi, Manuéli.

“Não somos todos/as iguais”: os discursos de (re)existências de pessoas em situações de rua em Caxias do Sul/RS / Manuéli Tomasi. – 2020.

109 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2020.

“Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marília Verissimo Veronese.”

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

Manueli Tomasi

**“NÃO SOMOS TODOS/AS IGUAIS”  
OS DISCURSOS DE (RE)EXISTÊNCIAS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE  
RUA EM CAXIAS DO SUL/RS**

Dissertação apresentada como requisito  
para obtenção do título de Mestre em  
Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -  
UNISINOS

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Dra. Marilia Verissimo Veronese- Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
UNISINOS

---

Professora Dra. Miriam Vieira - Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
UNISINOS

---

Professora Dra. Patrice Schuch– Universidade Federal do Rio Grande do Sul-  
UFRGS

## **AGRADECIMENTOS À CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Dedico a todas as pessoas que transformam as ruas da cidade em espaços de existência e resistência. Em especial, a todas as pessoas em situação de rua que encontrei nesse percurso, que proporcionaram bons encontros e reverberaram afetos potentes de resistência. Igualmente, aos profissionais participantes desta pesquisa, que foram exemplos de uma prática baseada na empatia e na escuta das singularidades.

## AGRADECIMENTOS

A escolha pelo curso de Mestrado em Ciências Sociais, assim como pela produção desta dissertação, me proporcionou experiências novas e únicas. Foram muitos bons e maus encontros, nesse percurso de (des)construções de saberes. Aliás, mais “bons” do que “maus”, pois foram nos encontros, no contato com o outro, na construção de novos vínculos e novas amizades que fui afetada através de emoções alegres e criativas para a escrita desta dissertação. Por isso, sou grata a muitas pessoas especiais que estão por trás dos meus sonhos, dando força e apoio nos ciclos mais importantes em minha vida!

Agradeço, primeiramente, os bons encontros que tive com os/as interlocutores/as, que aceitaram o convite de fazer parte dessa produção. Obrigada por me acolherem e serem símbolo de resistência e força!

Agradeço pela disponibilidade dos profissionais da *ONG de Médicos de Rua* e do *Tonico de Ogun* (Musicoterapeuta do Centro Pop), que se colocaram como facilitadores, muito solícitos e respeitosos.

À minha orientadora, *Marília Verissimo Veronese*, por ter sido inspiração, pela paciência e confiança no meu trabalho. Obrigada pelas orientações, pelas trocas, e os ensinamentos durante o estágio em docência. Agradeço em especial, por ser potente, apaixonada pela ciência, pela arte e ter me contagiado com esses afetos!

Agradeço às professoras *Miriam Steffen Vieira* e *Adriane Vieira Ferrarini* as valiosas contribuições na minha qualificação.

Aos meus pais, *Giselda* e *Valdocir*, por serem meus maiores incentivadores, pelo apoio constante, por confiarem tanto em mim, por investirem nos meus sonhos, por serem compreensivos, por me darem toda força e segurança para fazer o mestrado. Eu amo vocês!

Aos meus avós, *Claudete* e *Carlos*, por todo o amor e educação! Vocês me transmitiram os melhores conhecimentos desta vida. Obrigada por me ensinarem muito sobre acolhimento, receptividade, empatia e carinho. Sem o amor de vocês, eu nada seria!

Ao *Julian*, por todo apoio incondicional durante meu percurso acadêmico, por topar distâncias, compreender minhas ausências e nunca ter desistido de nós. Obrigada pelo teu amor e paciência, por escutar meus choros, entender minhas crises,

sobretudo, por me proporcionar momentos alegres, descontraídos, de lazer, de pausas e descansos! Grata pela tua vida e teu amor!

Às minhas amigas da Psicologia para a vida. À *Elenise, Gisela e Mariane*, por estarem sempre online no WhatsApp, me acolhendo a quilômetros de distância, por compartilharmos as crises e inseguranças, por nos entendermos.

Sou grata às amizades construídas durante o Mestrado, em especial minhas colegas poderosas, *Camila Botelho, Isabel Vargas, Kate Aguirre, Lucilene Athaide, Mauriceia Santos e Susane Souza*. Obrigada pelo acolhimento, pelas conversas regadas de chimarrão, e por terem transformado o universo da pós-graduação mais afetuoso e coletivo. "Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá em grupo." (Provérbio Africano)

Agradeço pelo encontro potente com a amiga e colega *Ana Carolina Mattos*. Você é inspiração como ser humano e profissional, que acolhe o outro em sua alteridade! Obrigada pela companhia nos eventos, pela tua parceria nas escritas de trabalho, pela tua ajuda e reflexões trazidas sobre a população em situação de rua. Te admiro!

Ao meu "cão-amigo", *Leopoldo*, pelos seus lambeijos. Tua chegada deixou meus dias mais leves e alegres!

À CAPES, pelos dois anos de bolsa, sem a qual dificilmente esta pesquisa seria realizada.

*É no afeto que a gente encontra outras gentes!*

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo geral compreender o cotidiano de pessoas em situação de rua em Caxias do Sul - RS e seus modos de (re)existir. Para tal, utilizou-se o referencial teórico das afetividades na dialética da exclusão-inclusão, cujas reflexões auxiliam na compreensão do sofrimento ético-político decorrente das afetações causadas pelas condições sociais (SAWAIA, 2003). O intuito foi conhecer as vivências singulares dos sujeitos acerca da exclusão e das políticas de inclusão, isto é, as emoções e os sentimentos que afetam o corpo e a subjetividade. Os procedimentos utilizados na construção do corpus foram: diálogos com pessoas em situação de rua, com uso do registro em diário de campo organizado; uma roda de conversação com cinco pessoas em situação de rua e profissionais presentes no dia da coleta. Para compreender afetivamente como são sentidas as relações com as políticas públicas e organizações da sociedade civil, também foram realizadas entrevistas individuais com profissionais inseridos em ONGS e em Políticas Públicas no contexto. As informações coletadas foram analisadas na perspectiva da análise temática, baseada na análise de conteúdo (BARDIN, 2008). Como resultados, a pesquisa evidenciou uma diversidade de modos de vidas e de resistências da população em situação de rua na cidade de Caxias do Sul/RS. Os/as interlocutores/as expressaram seus próprios significados e sentidos para a urbanidade, demonstrando a importância de olhar para a população em sua singularidade e integridade, escutar seus desejos, emoções e suas próprias estratégias de vida. Destaca-se que a população de rua vivencia o sofrimento ético-político, por meio dos maus encontros experimentados na rua, sob a forma de humilhações, discriminação, rebaixamento, violações de direitos humanos, às percepções negativas das políticas públicas, e, principalmente, a culpa que recai sobre o indivíduo, por estar em situação de rua. Em contrapartida, a rua se mostrou um espaço que reflete a multiplicidade do mundo e das formas de re-existências, ainda que assujeitadas às condições de vulnerabilidade. Os laços sociais construídos e algumas oficinas artísticas, permitiram identificar o quanto as relações podem se transformar em redes potencializadoras, promotoras de alegria e de liberdade de expressão. Salienta-se a importância da categoria afetividade, como um caminho capaz de gerar modos de enfrentamento e resistência nas situações adversas, e como fenômeno ético-político que deve ser estimulado dentro dos serviços socioassistenciais.

**Palavras-chave:** população em situação de rua, resistências, exclusão/inclusão, sofrimento ético-político, afetos.

## ABSTRACT

This dissertation had as general objective to understand the daily life of homeless people in Caxias do Sul - RS and their ways of (re) existing. To this purpose, the theoretical framework of affectivity was used in the exclusion-inclusion dialectic, which proposes reflections that help to understand the ethical-political suffering resulting from the affections caused by social conditions. The aim was to get to know the subjects' unique experiences about exclusion and inclusion policies, that is, the emotions and feelings that affect the body and subjectivity. The procedures used in the construction of the corpus were: dialogues with homeless people, through the register made in field diary; an interview made in a 'conversation circle' with five homeless people and some technicians present at the meeting. To comprehensively understand how relations with public policies and civil society organizations experienced, individual interviews were also conducted with professionals from NGOs and Public Policies. The data collected was analyzed from the perspective of thematic analysis, based on content analysis (BARDIN, 2008). As a result, the research showed a diversity of ways of life and resistance of the homeless population in the city of Caxias do Sul / RS. The interlocutors expressed their own meanings and senses for urbanity, demonstrating the importance of looking at homeless population in its uniqueness and integrity, listening to their desires, emotions, and their own life strategies. It is noteworthy that this population experiences ethical-political suffering, through bad encounters experienced on the street, in the form of humiliations, discrimination, demotion, violations of human rights, negative perceptions of public policies, and, mainly, the self-blame for being on the street. On the other hand, the street proved to be a space that reflects the multiplicity of the world and the forms of re-existence, even if subjected to the conditions of vulnerability. The social ties built and some artistic workshops, allowed us to identify how much the relationships can become potentializing networks, promoting joy and freedom of expression. The importance of the affection as a category is emphasized, as a path capable of generating ways of coping and resistance in adverse situations, and as an ethical-political phenomenon that must be stimulated within the social assistance services.

**Keywords:** homeless population, resistance, exclusion / inclusion, ethical-political suffering, affections.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Moradores de rua de Caxias do Sul vão desfilar no bloco do Centro Pop na sexta .....	77
---	----

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Grupo de Musicoterapia.....	78
Fotografia 2 -Instrumentos de material reciclável .....	79
Fotografia 3- Árvore dos sonhos .....	82
Fotografia 4- Escultura “Medo e tristeza na Pandemia” .....	83
Fotografia 5- Diário do Artesão na Pandemia.....	85
Fotografia 6- Escrita do artesão.....	86
Fotografia 7 - Homem e o seu cão.....	90

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Nomeações da PSR ao longo da história .....	24
--	----

**LISTA DE SIGLAS**

CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CREAS	Centro Referência Especializado em Assistência Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
PSR	População em Situação de Rua
SUS	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2 CAXIAS DO SUL: CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DE ESTUDO .....</b>	<b>20</b>
<b>1.3 Objetivos .....</b>	<b>23</b>
1.3.1 Objetivo Geral .....	23
1.3.2 Objetivos Específicos .....	23
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 A Diversidade da População em Situação de Rua .....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 Caracterização da População em Situação de Rua: as (in)visibilidades nas redes de apoio .....</b>	<b>29</b>
<b>2.3 Nossos afetos são políticos! A afetividade como categoria de análise para compreender a exclusão/inclusão social .....</b>	<b>37</b>
<b>3 PERCURSOS TRILHADOS: O MÉTODO DE PESQUISA .....</b>	<b>48</b>
3.1 O desenrolar da pesquisa: .....	51
3.2 Levantamento das informações e participantes da pesquisa .....	52
3.3 Perfil dos participantes .....	52
Tabela Descrição dos participantes .....	53
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>55</b>
4.1 A diversidade de viver, sentir e (re)existir nas ruas de Caxias do Sul/RS ...	55
4.2 As vivências de sofrimento ético-político por parte das pessoas em situação de rua .....	63
4.3 Os afetos potentes vivenciados pela população em situação de rua .....	75
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo compreender o cotidiano de pessoas em situação de rua e seus modos de (re)existir, no contexto da cidade de Caxias do Sul-RS. Para tal, apoia-se no referencial teórico sobre as afetividades na dialética da exclusão-inclusão de Sawaia (2010), que permite conhecer as vivências singulares dos sujeitos acerca da exclusão e das políticas de inclusão, isto é, as emoções e os sentimentos que afetam o corpo e a subjetividade nessas situações sociais. O processo de exclusão/inclusão é considerado na sua dimensão subjetivo valorativa, ético-estética, além de econômico-política, por meio do conceito de sofrimento ético-político.

Minha aproximação com a temática e inspiração para escrever o trabalho surgiu nas conversas com a minha orientadora, professora Marília Verissimo Veronese, e pelo meu contato com a população em situação de rua, nas pequenas interações cotidianas, e nas experiências como Psicóloga Social voluntária em um projeto de acolhimento para mulheres desse segmento populacional, em Caxias do Sul-RS. Em janeiro de 2020 conheci a ONG Médicos de Rua, que realiza atendimentos clínicos e psicológicos para a população. De imediato, veio o desejo de fazer parte da equipe de profissionais voluntários, e foram nessas oportunidades de escutar as histórias de vidas que logo percebi a multiplicidades de experiências que se atrelam às vivências nas ruas e, principalmente, a complexidade presente nestas experiências, que não permitem caracterizações definitivas dos sujeitos, mas possibilitam entender a rua como um campo contínuo de aprendizados.

Neste ponto, percebo a importância da intersecção entre o campo das Ciências Sociais e da Psicologia para fomentar uma escuta política e ampliar a reflexão sobre os direitos humanos de pessoas que sofrem historicamente com diversas formas de opressão e invisibilidades. A atual escrita tem como interesse contribuir sobre as práticas de cuidados e acolhimento oferecidos pelo Estado. Como Psicóloga Social, entendo que existem espaços com uma insistente demanda de escuta, desta forma, os saberes produzidos foram além do conhecimentos institucionalizados, foram escutas de saberes das diferenças – geográficas, culturais, étnico, raciais, econômicas- implicando uma abertura tanto para as experiências com as pessoas encontradas, quanto para a minha própria e ao modo como fui afetada e transformada.

Entendo que o ato de pesquisar é uma experiência desafiadora, exige coragem, entrega e abertura para novos mundos e realidades. Minhas preocupações iniciais detinham-se na questão do tempo. Precisava de tempo para me aproximar e vincular com os meus possíveis participantes da pesquisa, porque compreendia meu campo de pesquisa não apenas como meu “objeto” de estudo, mas, sobretudo, como um espaço de conhecimento, de saberes e práticas de formas de viver, re-existir e ser. A diversidade de sujeitos implicou em acolher uma multiplicidade de histórias de ser, de sentimentos e maneiras de se expressar por meio da arte, da música e das palavras. O percurso e os caminhos tornaram-se apaixonantes e repletos de inquietações.

Foram muitos encontros afetivos para realização desta pesquisa. Escutar as vozes da rua me permitiu entrar em um mundo de descobertas, onde o manto das invisibilidades foi retirado. Sendo afetada, passei a conhecer, me autoconhecer e assim estar mais atenta para os mecanismos sociais perversos que excluem todas as pessoas que não atendem às expectativas sociais. Compreendi que é preciso ouvir as vozes, dar nome as pessoas, aos seres humanos, trocar palavras. As palavras trocadas e os discursos escutados permitiram um encontro com o outro, descobrindo sua alteridade e, sobretudo, construindo "um outro" em mim.

As motivações em termos ético-políticos refletem um contexto onde há problemas sociais, como as constantes violações de direitos fundamentais. Refiro-me ao número crescente de pessoas em situação de rua nas cidades brasileiras, por diferentes motivos. Além disso, ainda é possível escutar discursos repletos de estigma sobre essa população.

“Mendigo”, “trecheiro”, “andarilho”, “errante”, “morador de rua”, “sem teto”, “população de rua”, são alguns dos nomes popularmente utilizados para se referir à população em situação de rua no Brasil. Vistos de forma criminalizada, são sujeitos “sem história”, repletos de estigmas. Academicamente, são muitas pesquisas que procuram estudar a população, cada qual enxergando o contexto a partir das especificidades das áreas (CUNDA; SILVA, 2020; PIMENTA, 2019; OLIVEIRA, 2017). A importância desta pesquisa, está em ampliar os aspectos subjetivos de vivenciar a rua, sentir a rua, estar, permanecer e se relacionar na rua.

Historicamente a própria população em situação de rua luta por visibilidade, dignidade e respeito aos direitos humanos. O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), mostra que essa população existe, se organiza como coletivo, resiste e possui voz. Em 2009 foi conquistada a Política Nacional para

Pessoas em Situação de Rua (Decreto nº 7.053, 2009). No entanto, passados 11 anos, é permanente a condição de precariedade social dessa população no Brasil. Em 2017, houve o agravamento após a crise econômica e política que o país viveu com o crescente desemprego, além de outros fatores que já os atingiam, como dependência química, conflitos familiares, entre outros. O desafio continua sendo o momento da implementação e manutenção das políticas públicas, para que acolham as necessidades singulares (HINO et al., 2018).

O número fornecido de pessoas em situação de rua pelo último levantamento nacional, realizado entre 2007 e 2008, foi de 31.922 adultos (Pesquisa Nacional, 2008). Na capital do Rio Grande do Sul, cidade de Porto Alegre, uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2016 indicou que existem aproximadamente 2.115 pessoas adultas, de ambos os sexos, em situação de rua (PIMENTA, 2019). Em nota técnica publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), verificou-se que em fevereiro de 2020 havia mais de 146 mil pessoas que se declararam em situação de rua no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (BRASIL, 2020). Em março de 2020, esse número aumentou para cerca de 222 mil pessoas. (SILVA; NATALINO, PINHEIRO, 2020).

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (PSR) compreende essa população como (BRASIL, 2008):

grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento. (BRASIL, 2008, p. 1)

A permanência das pessoas que vivem em situação de rua se dá por diferentes fatores. As principais causas giram em torno das questões de trabalho e renda, conflitos familiares e abuso de drogas (COSTA, 2005). No entanto, muitos dos aspectos fundamentais de suas condições de vida devem ainda ser analisados em suas especificidades (SILVA; NATALINO, PINHEIRO, 2020).

Uma demanda complexa que se intensificou em março de 2020 no Brasil, causada pela pandemia do novo Corona Vírus, configurou um marco importante para compreender os impactos de uma sociedade severamente marcada pela desigualdade. Muitas mobilizações e reações de políticas sociais, econômicas e de toda a espécie de organização da sociedade e do Estado, foram adotando estratégias possíveis para

enfrentar à crise, principalmente ações para populações em condições mais vulneráveis. Diante de todos os dramas, a população em situação de rua, naturalizada nas cidades e subestimada, tornou-se alvo de preocupação (SILVA; NATALINO, PINHEIRO, 2020). Como pensar em isolamento social e higiene para quem não tem moradia? (Ou sequer dispõe de residências provisórias coletivas minimamente dignas?). Quais foram às vivências das pessoas em situação de rua quando se depararam com espaços públicos e praças bloqueados? (Locais que fazem parte de seus territórios). Como lidar com as limitações repentinas e severas dos já precários meios de sobrevivência?

Para James Scott (1998), levantamentos de informações via Censos e cadastros populacionais podem ser considerados importantes fontes de produção de legibilidade, auxiliando nos modos de fazer o Estado se constituir. Sendo “mapas abreviados”, possibilitam conhecer e refazer as realidades retratadas através dos processos de racionalização, padronização e simplificação. Entretanto, Schuch (2015), enfatiza que as práticas de legibilidade podem fazer mais do que aumentar a potência estatal, são instrumentos para tornar visíveis determinadas populações, no entrecruzamento com as políticas que lhes são destinadas.

Schuch (2015) argumenta ser urgente pesquisas sobre a complexidade da situação de rua, abrangendo as multicausalidades que estão na origem do aumento da população, aos processos históricos e sociais, as tecnologias do governo, modos de experienciar, práticas de existências sociais, as relações sociais e simbólicas estabelecidas nas ruas, valorizando a heterogeneidade da composição das pessoas. Desta forma, todas as informações mencionadas e que serão apresentadas nessa pesquisa sobre o fenômeno, não são para essencializar o debate e homogeneizar a população. Pretende-se escutar e valorizar os modos de re-existir nas ruas, contribuindo para novas vias de acesso relevantes de produção de sujeitos e inspirando novas lutas e inscrições políticas.

Diante desse cenário, discorreu-se a partir dos dados levantados que o contexto que estamos passando (escrevo em outubro de 2020), é sentido e vivenciado de uma forma muito singular para cada pessoa. Este marco traz a compreensão de que estudar o fenômeno de rua é atentar para diferentes formas de resistências e existências: é nas ruas que ocorrem isolamentos e conflitos, mas também é nela que vemos táticas de sobrevivência, que exigem certa organização para cuidar da

vida, da saúde, da alimentação, proteção do frio, sono e além das garantias de direito ao trabalho e renda. Sempre há a presença da resistência dessas pessoas, que conseguem, de algum modo, articular-se para sobreviver em seu cotidiano.

Vistos como “problemas sociais, quando na verdade é estrutural” (BURSZTYN, 2000), tornam-se invisíveis, pois são estigmatizados e não olhados como sujeitos políticos de direitos. A falta de reconhecimento e compreensão dessa realidade se relaciona à vivência de um sofrimento ético-político (SAWAIA, 2014) e da exclusão social (BARROS, 2015). Esse segmento populacional fica marcado por um olhar social que os relaciona à “sujeira”, “loucura”, “vagabundagem”, “falta de qualificações morais e profissionais” (MATTOS, FERREIRA, 2004) ou “preguiça” (SNOW; ANDERSON; VASCONCELOS, 1998).

Falar da realidade social de quem vive, ou sobrevive à situação de rua, é denunciar uma demanda social que necessita de políticas públicas integradas. Pela falta de números e informações confiáveis, sobre quantos são em todo o Brasil e de como vivem, tornam-se frágeis as políticas existentes e também dificultam a criação de novas estratégias. Principalmente, de estratégias voltadas as políticas de geração de renda e trabalho, políticas de valorização da democracia e dos direitos sociais, que atendam às necessidades de profissionalização. É importante ressaltar que qualquer elaboração de uma política pública deve partir de dados confiáveis, da percepção de que toda população é um ser humano e de que não estão na rua porque querem (SASSE; OLIVEIRA, 2019).

Com base nessas considerações iniciais, perguntei-me: quais seriam as vivências dos sujeitos situação de rua? Quais sentimentos os afetam em sua vida nas ruas? Como se relacionam com as políticas públicas, com a sociedade civil e com organizações não governamentais? Quais seriam suas táticas para levar a vida?

Para responder essas questões, elaborei os objetivos desta pesquisa em torno da análise das percepções e vivências de pessoas em situação de rua no município de Caxias do Sul-RS. Busca-se identificar e compreender quais são os afetos envolvidos no contexto de rualização.

## **1.2 CAXIAS DO SUL: CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DE ESTUDO**

Caxias do Sul é um dos principais municípios influentes do estado do Rio Grande do Sul (RS), constituindo a 2ª maior cidade do estado ao sul do Brasil. Tem

**510.906** habitantes e atrai pessoas de diferentes cidades, pelas diversas áreas de atuação profissional e pela busca de inserção no mercado de trabalho (IBGE, 2019). No entanto, no cenário atual (NAZARIO, 2020) com a crise econômica, o número de pessoas em situação de rua quadruplicou no ano de 2020, segundo um levantamento da Fundação de Assistência Social (FAS). A presidente da Fundação salienta que o perfil dessas pessoas mudou, e que hoje elas se encontram nas ruas por falta de dinheiro para pagar aluguel e pela falta de emprego (NAZARIO, 2020).

Nesse âmbito, Caxias do Sul, assim como as demais cidades do Brasil, passa por um aumento alarmante de pessoas em situação de rua nos últimos meses, e notícias sobre o assunto têm sido divulgadas nos principais meios de comunicação da cidade. A Fundação de Assistência Social (FAS) contabilizou no mês de fevereiro deste ano (2020) o número de 741 pessoas em situação de rua, informando que a maioria da população é masculina, com idades entre 18 e 39 anos. As causas do crescimento atrelam-se ao aumento do desemprego e à chegada de pessoas de fora na cidade na época da colheita da Uva, que acontece nos meses de janeiro a abril (PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL, 2020).

Observa-se a escassez de estudos científicos com dados fidedignos sobre este segmento populacional e a relação com o município de Caxias do Sul, principalmente estudos que indiquem o perfil de pessoas, suas singularidades e modos de viver. No município, o total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo em dezembro de 2019, era de 611, sendo 392 beneficiárias do Programa Bolsa Família. Este relatório reúne as principais informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda (BRASIL, 2019).

Reconhecida como o berço da colonização italiana no sul do país, a cidade apresenta-se – e isso é bastante relevante na identidade dos seus habitantes - como um dos lugares de destaque no cenário nacional. Ocupando 18º lugar entre as cidades brasileiras mais desenvolvidas economicamente, possui uma identidade vinculada à imigração e à imagem de “polo industrial”. Algo comum na cidade são os fluxos altos de migrações, que iniciaram a partir das décadas de 1960, com o desenvolvimento industrial (MENIN, 2016). O trabalho e a busca por melhores condições de vida são os principais motivadores das migrações para a cidade. Vale salientar que, durante a história da Colônia Caxias, desde seu início teve forte presença de colonos de diferentes nacionalidades, demonstrando a diversidade de pessoas que chegam na

cidade. No entanto, a naturalização da hegemonia italiana deixou algumas crenças e valores que até hoje se perpetuam na região da serra gaúcha. (GIMÉNEZ, 2020)

O catolicismo é representado como aderente a uma ética do sacrifício, da valorização do território, do cultivo de lavouras e esses valores enfatizam um suposto círculo virtuoso entre trabalho e catolicismo. Dessa forma, o imigrante italiano é lembrado como alguém ordeiro e trabalhador, empreendendo para garantir o sustento da própria família em um país estrangeiro, e tal imaginário é vivo na população mesmo atualmente (BRANDALISE, 2010; GIMÉNEZ, 2020).

A herança dessa etnicidade está no cotidiano da cidade e da região. Alguns rituais religiosos acontecem anualmente, como a romaria de Nossa Senhora de Caravaggio que ocorre na cidade próxima de Farroupilha. A tradicional Festa da Uva, evento bianual que ocorre em Caxias do Sul, nos Pavilhões da Festa da Uva, também conta com um desfile que rememora a imigração italiana. Os eventos cheios de símbolos católicos e italianos incluem santos, capitéis, santuários, sobrenomes de famílias, bebidas e alimentos. Esses aspectos reproduzem um sistema de ethos que se chama italianidade, que se caracteriza pela fé católica, a língua italiana, a ética do trabalho, o empreendedor que não pode falir e a vida restrita ao trabalho (GIMÉNEZ, 2020).

A identidade à qual a população tem um grande apego, da origem europeia e da “raça italiana empreendedora”, é parte constituinte do elemento da xenofobia e do racismo presentes na cidade. Oliveira (2015) questiona: “Caxias é cidade para quem?” Pergunta com que se deparou pichada em uma parede de um supermercado na cidade. Sem assinatura, a pergunta trouxe reflexões para a autora: poderia ter sido escrita por pessoas em situação de rua? Que sem domicílio, poderiam indagar: “cidade para quem?”. Em contraponto, ela relaciona com o seguinte slogan da administração municipal da época (2014): “Caxias do Sul, cidade da fé e do trabalho” (OLIVEIRA, 2015). Focando nesta relação, os valores construídos historicamente podem enunciar um “não lugar” na cidade para pessoas que se encontram na situação de rua. Estigmatizados como “vagabundos” – antítese do homem econômico, empreendedor - estão desprotegidos desse sistema laboral. (CUNDA; SILVA, 2020)

Além disso, a cidade parece ver a rua apenas como um lugar de passagem. A limpeza urbana é algo valorizado e cultivado, tanto pela gestão pública como pela população em geral (OLIVEIRA, 2017). De modo crescente, foram sendo criados aparatos arquitetônicos que podem impedir o acesso ou permanência de pessoas na

rua, em lugares públicos ou privados, integrando uma lógica segregacionista e higienista. Nesse contexto, percebe-se que o município tem barreiras físicas, invisíveis e simbólicas que reforçam os estigmas e os preconceitos eviolam os direitos de pessoas em situação de rua na cidade, o que aumenta a relevância social de uma pesquisa junto a essa população. (OLIVEIRA, 2017).

Metodologicamente, neste estudo, busca-se compreender o fenômeno investigado por meio de abordagem qualitativa. No âmbito de uma pesquisa narrativa, utilizaram-se como técnicas de coleta de dados audiograções de uma Roda de Conversa com cinco participantes em situação de rua e entrevistas agendadas com três profissionais que se relacionam diretamente com essa população. Além disso, foram utilizadas informações registradas em diário de campo com as reflexões da pesquisadora, a partir de observações, conversas informais e registros fotográficos da 'arte de viver na rua', ou seja, produções artísticas realizadas pela população em situação de rua (PSR). As notas de campo ao longo do processo foram valiosas para a análise dos dados. Como técnica analítica, utilizou-se a análise de conteúdo (MINAYO, 2007). Pretendeu-se, então, aprofundar o olhar sobre as vivências subjetivas das pessoas em situação de rua na cidade de Caxias do Sul.

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Objetivo Geral**

Compreender o cotidiano de pessoas em situação de rua e seus modos de (re)existir no município de Caxias do Sul-RS.

#### **1.3.2 Objetivos Específicos**

- a) Identificar os modos de vida, táticas de sobrevivência e práticas de resistência nas ruas.
- b) Descrever como o contexto precário e os estigmas influenciam nos cuidados de si dos sujeitos.
- c) Analisar como são vivenciados os afetos e como se manifesta o sofrimento ético-político das pessoas em situação de rua em seus relacionamentos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica e a revisão da literatura estão organizadas em três eixos: (1) a diversidade e os sentidos atribuídos à população em situação de rua (PSR); (2) estudos acerca de viver em situação de rua, seu cotidiano, suas complexidades, como este grupo social transita entre o visível e o invisível, bem como as políticas sociais para a População em Situação de Rua; (3) bibliografia referente às afetividades como potência de ação e ao *sofrimento ético-político*.

### 2.1 A Diversidade da População em Situação de Rua

A terminologia “pessoa em situação de rua” busca superar a referência de que este grupo está fixo nesta condição em específico e enfatizar “a situacionalidade da experiência nas ruas, definindo-a a partir de uma concepção do habitar a rua como uma forma de vida possível” (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 17). O termo busca dar visibilidade às múltiplas formas de entrar, ficar, estar, usar, reivindicar e sair da rua (PIMENTA, 2019).

É nas ruas das capitais e cidades brasileiras, sejam elas de grande ou médio porte, que notamos o número crescente de pessoas que estão vivendo ou habitando na rua, trabalhando, perambulando, pedindo. Entre eles, vendedores ambulantes, catadores de material reciclável, flanelinhas ou guardadores/“pastoradores” de carros, profissionais do sexo, biscateiros, pessoas que “carregam a casa nas costas”, sujeitos que vivem ao léu. São homens e mulheres que se tornaram personagens que ocupam os cenários urbanos das cidades do Brasil. Indivíduos que carregam estereótipos de perigosos, preguiçosos, ‘coitados’, sujos, manipuladores e vagabundos, preconceitos estes que (re)produzem invisibilidades e opressões (NOBRE et al., 2018; MATTOS; FERREIRA, 2004).

Além de serem tratados como caso de polícia, marginalizados, eles são privados do direito a uma vida plenamente digna, de ir e vir sem ser incomodado e do uso livre dos espaços públicos. O lugar que ocupam na sociedade é o de não cidadãos que devem ser “vigiados” pelo Estado; são vistos como “perigosos” e, portanto, sem direitos de permanecer por um longo tempo, ou parar em locais como calçadas e bancos de praças e parques. Essa indiferença e estigmatização atribuídas à

população em situação de rua a coloca em uma posição de não pertencimento à cidade, como um não sujeito, visto como um ser inferior (BARBOSA, 2018).

A Política Nacional para a inclusão Social da População em Situação de Rua (PSR) (BRASIL, 2008), define esse grupo populacional como:

“(...) um grupo heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento.” (BRASIL, 2008, p. 1).

Nas ruas existem muitas pessoas de composições diversas, tornando difícil elencar um perfil único que represente todos os modos de vida ou hábitos predominantes. Muitas são as tentativas que buscam compreender essas singularidades. De fato, é importante mencionar como esse público já foi nomeado, analisado e classificado através de alguns enquadres e critérios de classificação (CUNDA; SILVA, 2020). As nomeações foram se construindo a partir do viés da falta: “Pela falta de crença, pela falta de comida, pela falta de trabalho, pela falta de domicílio, pela falta de família”. (CUNDA; SILVA, 2020, p. 2).

As nomeações/classificações são definidas por uma série de atributos comuns às pessoas que são classificadas. Nesse ponto, enfatiza-se que historicamente a população em situação de rua foi sendo atrelada a um conjunto de atributos que pressupõem a noção de “normalidade e não normalidade”. Esses parâmetros acabam por influenciar a criação e manutenção de gestão pública das pessoas colocadas nessa situação social. (SCHUCH; GEHLEN, 2012). Dentro de diferentes épocas da humanidade as populações classificadas como “sem local fixo, andarilhos, miseráveis” foram sendo administrados das mais diversas formas. Os significados atrelados as suas existências não são os mesmos de cada época e muito menos homogêneos, essa característica representa seus próprios modos de vida, suas trajetórias, suas práticas e concepções de mundo (SCHUCH et al., 2008).

Muitas concepções em torno da rua, fazem parte das forças dos poderes atuantes (filantrópicos, policiais, médicos, psicológicos), que colocam a PSR em um “não lugar” na cidade, vistos como “problemas sociais”. A partir dos processos sociais e históricos novas categorias classificatórias são criadas, por um lado dando visibilidade para debates importantes dos problemas sociais e outras questões, por outro, produzindo novos estigmas. Relacionar as classificações com pontos

importantes de cada período histórico ajuda a compreender como se produz os estigmas e o sujeito das políticas de intervenção – atualmente nomeadas como “pessoas em situação de rua” – dando a atenção para as categorias de classificação utilizadas para sua compreensão e controle (SCHUCH, 2007). No quadro a seguir são apresentadas as principais nomeações ao longo da história e seus significados.

Quadro 1 – Nomeações da PSR ao longo da história

Nomeações	Historicidade	Significados
<b>Nômade</b>	Grécia Antiga; sistema de hierarquização; condição dos mais pobres em Atenas e Roma. (CUNDA; SILVA, 2020)	“o miserável que não fosse escravizado ou que desertasse do regime de escravidão não teria outra forma de sobreviver que a mendicância e a vadiagem na cidade, alternando o pedido com pequenas tarefas” (MAGNI, 2006, p. 16).
<b>Desgraçado</b>	Filosofia cristã; “pecado, dor, doença, fraqueza, morte”; sistema filantrópico; apologia a pobre e ao desapego dos bens materiais (CUNDA; SILVA, 2020)	O pobre, indigente, mendigo e doente ganham destaque. A prática da assistência fraterna “redimia as ignomínias da fome, da doença e da penúria, tomando-as uma ocasião de camaradagem e amor” (MUMFORD, 1998, p. 268)
<b>Mendigo</b>	Sistema de caridade nascido na Idade Média; Corpo santificado da caridade e corpo ocioso para o trabalho. (CUNDA; SILVA, 2020)	“mendigo inválido”; inapto; fora do sistema de caridade. (CUNDA; SILVA, 2020)
<b>Vagabundo</b>	Na Europa e nas cidades inventadas na América; a saída da população dos campos para o desamparo nas cidades urbanas; superpopulação em busca do trabalho. (CUNDA; SILVA, 2020)	“já se calculou que nada menos de uma quarta parte da população urbana consistia em marginais e mendigos” (MUMFORD, 1998, p. 468). A vagabundagem como sinônimo de improdutividade e crimes. (CUNDA; SILVA, 2020)
<b>Rueiro</b>	A arquitetura das cidades modernas; privatização dos espaços. A rua passou a fazer parte do planejamento social e econômico. (CUNDA; SILVA, 2020)	A rua tornou-se um espaço de “não lugar”, espaço de movimento e trocas mínimas; ou seja, seus habitantes representam a desordem. (CUNDA; SILVA, 2020)
<b>Negro</b>	Instituição da escravidão; sistema de opressão, diversas formas de violação; privilégio das raças	“Branqueamento da população”; os negros associados à vagabundagem, ao não-trabalho;

	dominantes; manutenção das diferenças. (CUNDA; SILVA, 2020)	racismo sistêmico; exclusão; a rua tem cor. (CUNDA; SILVA, 2020)
<b>Marginal ou Morador de Rua</b>	Cidade urbana; moralidade burguesa; controle do mercado de trabalho e do direito à cidade; (CUNDA; SILVA, 2020)	Quem estaria nas ruas estava fora do eixo normativo; loucura e coragem para não privatizar os espaços; desenraizados do capital; surge um perfil então multiforme. (CUNDA; SILVA, 2020)
<b>Louca ou Vadia</b>	Cultura burguesa um ciclo de vida moral; menina doce, amável donzela; esposa companheira; mãe educadora; avó bondosa. (CUNDA; SILVA, 2020)	“Mulheres que exerciam a prostituição foram incluídas na série da transgressão das ruas, assimilando também o discurso da higiene social e a imagem de afronta à família.” (CUNDA; SILVA, 2020, p. 9).
<b>Maloqueiro</b>	Casas-cortiços; o avesso do padrão familiar; alvo fácil dos códigos de posturas e das comissões de saneamento. (CUNDA; SILVA, 2020)	Nelas habitavam pessoas com vidas promíscuas, com relações de trabalho informais, e apresentavam perigo social. A sociedade empurra população dita insalubre, afamada por uma vida infernal: “remover para promover” (CUNDA; SILVA, 2020)
<b>Em Massa</b>	Visto pelas Ciências Sociais como uma patologia social; psicologização e a biologização dos indivíduos (CUNDA; SILVA, 2020)	A população como dado estatístico, nessa massificação, sujeita as pessoas aos saberes e às práticas de individualização dos corpos. (CUNDA; SILVA, 2020, p. 12)
<b>Em Situações</b>	A partir dos anos 2000; situacionalidade significa a pluralidade das situações que levam à rua. (CUNDA; SILVA, 2020)	Ruptura com os termos “morador de rua” ou “sofredor de rua”, que produzem uma noção estigmatizada e generalizadora do fenômeno. (CUNDA; SILVA, 2020)

Fonte: Elaborado pela autora

Como demonstrado no quadro, a situacionalidade representa os/as personagens que habitam cotidianamente as margens e ao mesmo tempo se movimentam em meio à efemeridade das cidades. Seus projetos de vida são estratégias de (sobre)vivência; nesses espaços pelos quais transitam, vínculos e laços são construídos. Além disso, muitos são os não-ditos e os silenciamentos das ruas. Entre eles encontram-se pessoas como o solidário, o fraterno, o trabalhador, os

empreendedores, também professores, escritores, amigos, amantes, protetores, militantes, cidadãos. (CUNDA; SILVA, 2020, p. 9).

O resgate histórico mostra os mecanismos criados para controlar os “anti-cidadão”, finalidade para a qual muitas políticas foram inventadas. Desde que a cidade virou um ponto de trabalho e proteção, as ruas se tornaram também espaços para poucos, pois os regimes tinham como objetivo banir, matar, prender, internar e corrigir. A rua passa a ser marcada por pontos que se atravessam e evidenciam as relações de poder e manifestação de preconceitos de raça, gênero e classe social. (CUNDA; SILVA, 2020).

A PSR é diversa e plural, suas demandas são complexas. É um equívoco tentar compreendê-la como homogênea, pois nas ruas habitam pessoas com diferentes histórias e formas de viver. No entanto, a cidade, as novas tecnologias e a expansão do capital foram fatores que acabaram intensificando a higiene social, a moral disciplinar, a tentativa de branqueamento do Brasil e a segregação dos considerados indesejáveis. O plano urbano não excluiu somente os habitantes da rua, mas também as pessoas que viviam nas áreas “verdes”, nas invasões, ocupações e sub-habitação. Removidos das cidades, a rua acolhe os sujeitos de nomes malditos ou não-ditos, e os/as rueiros evidenciam constantemente uma situação de desamparo, um modo de vida urbano nos restos, nos espaços ociosos e invisíveis, sustentando-se das efemeridades, com laços de proteção instáveis e tênues, que são facilmente rompidos. Sujeitos que vivem negociando cotidianamente sua frágil cidadania (CUNDA; SILVA, 2020; SILVA, et al., 2018).

Para Silva (2006) alguns aspectos podem caracterizar o fenômeno: a) múltiplos conceitos e determinações, o que constitui um dos poucos consensos existentes no âmbito acadêmico-científico; b) a PSR representa a questão social na contemporaneidade, materializando a extrema violência do capitalismo sobre as vidas humanas; c) preconceitos que marcam os valores morais da sociedade, que responsabilizam as pessoas pelas próprias situações em que se encontram, gerando medo, nojo e repulsa; d) particularidades vinculadas ao território, como hábitos, valores, características socioeconômicas, culturais e geográficas, que refletem nas condições financeiras, tempo de permanência, estratégias de subsistência utilizadas, entre outros; e) naturalização do problema, falhas e insuficiência de políticas sociais capazes de reduzir a pobreza, as desigualdades sociais e alargar a cidadania desse grupo.

É possível perceber múltiplas formas de estar, usar, ficar e ser da rua. Essas variações traduzem a relação transitória ou permanente da relação com o espaço público. (GHIRARDI et al., 2005, p. 601). Os movimentos e as formas constituem sociabilidades que perpassam as estratégias de adaptação e de sobrevivência que são construídas por diferentes grupos, em distintos territórios, contextos e situações. No intuito de criar alternativas de apoio e superação, existem redes de suporte como grupos, programas de inserção e geração de renda, redes socioassistenciais e militância política dos sujeitos, como no Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) em busca de direitos (GALVANI, 2008; SILVA, et al. 2018).

## **2.2 Caracterização da População em Situação de Rua: as (in)visibilidades nas redes de apoio**

Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem, lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize. (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS)

Esta segunda seção busca descrever a partir de pesquisas nacionais e internacionais, as principais informações indicadas na literatura sobre as pessoas em situação de rua e seus modos de viver, apontando sus características sociodemográficas e das redes de apoio. Na sequência, são realizadas reflexões sobre essa categoria social que faz parte das cidades brasileiras, relatando suas complexidades e como cotidianamente transitam entre o visível e o invisível.

Muitos são os atores que atendem à população em situação de rua, tanto no âmbito governamental como não governamental, em todos os níveis federativos, de diferentes poderes e com diversas atribuições institucionais. Todas as políticas existentes têm suas especificidades e seus desafios, visto que esse segmento populacional se reveste também de especificidades e demandas diversas (CUNILL-GRAU, 2014; LOTTA; VAZ, 2015; SILVA; CALMON, 2017).

Verifica-se que a população em situação de rua, viveu até meados de 1990 à margem da agenda do poder público em relação a políticas públicas de inclusão social, quando finalmente, surgiram as primeiras ações por parte de algumas prefeituras municipais. Antes desse momento, as ações estatais destinadas a esse público se resumiam a atividades assistencialistas e práticas higienistas e segregadoras, que pretendiam controlar essas pessoas (BARBOSA, 2015).

A história rumo ao “relativo reconhecimento e visibilidade” e de conquistas legislativas acerca da população em situação de rua, se mescla entre a organização da própria da população, com a estruturação do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), e a participação de diversos outros atores, como organizações não governamentais, instituições religiosas e integrantes do poder público, a exemplo de Defensorias Públicas, Ministério Público, Conselhos de Direitos Humanos e órgãos do Poder Executivo (BARBOSA, 2018).

Como demonstrado, a trajetória das políticas públicas de atenção a essa população foi impulsionada a partir de 2005 com o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. A Lei Nº 11.258 alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e estabeleceu a obrigatoriedade da criação de programas direcionados à população em situação de rua. Quatro anos depois, em 2009, a PNPR é instituída e cria-se o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (Decreto no 7.053/2009). A partir disso, houve um aumento de iniciativas governamentais voltadas a essa população. No entanto, o cenário ainda revela que muitas das ações são insuficientes, desvelando muitas vezes a inação governamental para implementar as ações previstas (SILVA; NATALINO, PINHEIRO, 2020)

A população em situação de rua, em tese, tem direito e livre acesso a todas as políticas públicas de saúde. Contudo, verifica-se que o acesso aos serviços é dificultado pelo preconceito e exigências inadequadas (CARVALHO, 2013). Por exemplo, até 2011, a ausência de endereço fixo era um obstáculo para emissão do Cartão Nacional de Saúde (Cartão SUS), dificultando o acesso ao sistema de saúde. A falta de documentação individual também é outro fator impeditivo para o acesso a outros serviços. (MIRANDA, 2017; BRASIL, 2012).

Assim como o acesso universal às políticas de saúde, a PSR ainda conta com um serviço específico. Os consultórios na rua são uma estratégia constituída por equipes multiprofissionais de saúde que oferecem atendimento a pessoas que estão em situação de rua. Em 2018, havia 152 equipes em 105 municípios (BRASIL, 2019). Conforme Medeiros e Cavalcante (2018) esse número ainda estaria abaixo do esperado, de 307 equipes em 262 municípios (2018, p. 756). Os Consultórios de Rua foram instituídos pela Portaria Nº 2.488/2011 e Portaria Nº 122/2011, que definem as diretrizes de organização e funcionamento dessas equipes. As equipes multiprofissionais devem ser itinerantes e articuladas com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e também com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). As

modalidades dos consultórios referem-se a diferentes composições das equipes multiprofissionais. (SILVA, NATALINO, PINHEIRO, 2020).

No quadro a seguir, é demonstrado que além da área da saúde e da assistência social, existem serviços específicos que foram desenvolvidos para a população em situação de rua. Os serviços especializados têm como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009).

Quadro 2- Serviços socioassistenciais específicos para a PSR

Serviços	Descrição	Usuários	Ações	Unidade	Abrangência
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi)	“Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.	“Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de situação de rua e mendicância.	Acolhimento, diagnóstico, planos de ação, encaminhamento e articulação da rede socioassistencial e outros órgãos.	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).	Municipal e/ou regional.
Serviço especializado em abordagem social.	“Trabalho social de abordagem e busca ativa.	“Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.”	Escuta, acolhimento, orientação, encaminhamento e articulação da rede socioassistencial e outros órgãos.	Creas ou unidade específica referenciada ao Creas.	Municipal e/ou regional.
Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).	“Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.	“Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.	“Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil.	Centro POP.	Municipal

			Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário.		
Serviço de acolhimento institucional (para adultos e famílias).	Acolhimento em casas de passagem ou abrigos com máximo de cinquenta pessoas no local e quatro pessoas por quarto.	“Pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.	Promover autonomia e autocuidado dos indivíduos e acesso à (re)qualificação profissional	Abrigo institucional e casa de passagem	Municipal e/ou regional.
Serviço de acolhimento em repúblicas (para adultos em processo de saída das ruas).	“Destinada a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia.	Para adultos em processo de saída das ruas.	Abrigamento, orientação, construção de plano individual e promoção da autonomia. Articulação de rede socioassistencial.	República.	Municipal ou regional.

Fonte: Brasil (2009, p. 29-33/40-53).

Muitos são os desafios das redes de apoio e serviços que prestam atendimentos à população. Ressalta-se a importância do fortalecimento de ações com metodologias emancipadoras dos sujeitos, que incentivem a participação de todos e respeitem suas diversidades. A realidade exige que muitas organizações têm a tendência de serem formadas por práticas isoladas, que acabam por caracterizarem-se como assistencialistas. A compreensão do funcionamento da rede de suporte se configura como a estruturação de um sistema de ações e serviços integrados, na qual cada um, a partir do seu escopo de atuação, realiza de forma articulada diferentes serviços. (SILVA, et al. 2018)

É perceptível o aumento do número de pessoas em situação de rua nas cidades, desde a intensificação da crise econômica, de 2015 em diante. Porém, o fato de se ter apenas *uma* pesquisa nacional, reflete o tamanho descaso com o qual essa população é constantemente tratada. É na ausência de informações e de

mapeamento que se encontram dificuldades e desafios no que se refere à execução e planejamento de políticas públicas mais efetivas (NATALINO, 2016).

Em uma das maiores cidades do Brasil, o Rio de Janeiro, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) estimou que exista 20 mil pessoas em situação de rua (SANTOS, 2017). Para o IBGE (2018), a tendência é que esse número aumente nas principais cidades do país, pois a crise econômica e o desemprego vêm colocando pessoas abaixo da linha da pobreza.

O levantamento realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2016, com apoio da Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal, já citado na introdução desta dissertação, indicou que na cidade de Porto Alegre existiam aproximadamente 2.115 pessoas adultas em situação de rua (PIMENTA, 2019). Dessas pessoas, a grande maioria é do sexo masculino (85,3%), 34,4% brancos, 24,6% pretos ou negros, 12,4% pardos, 2,8% indígenas, 0,8% amarelos e 24,5% outras denominações mencionadas pela própria população pesquisada, dentre as quais se destaca a categoria “moreno” (10,0%), sugerindo um percentual ainda maior da população preta e parda. Sabe-se, porém, que nos últimos três anos houve expressivo aumento nas capitais brasileiras, pelos motivos elencados anteriormente (PIMENTA, 2019).

Nos últimos anos, algumas cidades como São Paulo e Belo Horizonte, se mobilizaram para conhecer o perfil destas pessoas, buscando preencher algumas lacunas sobre a população e ampliar o conhecimento. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), instituído por meio do Decreto Nº 7.053/2009, demandou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a inclusão dessa população no Censo de 2020 (NATALINO, 2016).

Com o Censo SUAS foram obtidos alguns registros administrativos que constituem fonte de dados sobre a população em situação de rua. Este Censo refere-se a informações sobre municípios que possuem uma pesquisa ou algum levantamento de quantidade de pessoas em situação de rua. Assim, em 2015, 1261 municípios declararam ter alguma informação sobre a PSR. Apesar desse número representar menos da metade dos municípios brasileiros, observa-se que correspondem aos municípios mais populosos e com maior quantidade de pessoas em situação de rua (NATALINO, 2016; PIMENTA, 2019; RESENDE; MENDONÇA, 2019).

O estudo realizado por Neves (2011) levantou questões importantes que incidem nos percursos de vida de cada pessoa nesta situação e que explicam a permanência delas nas ruas. A primeira é a ausência de condições familiares estáveis para a constituição como adulto, perda dos pais, separações em famílias conjugais, conflitos conjugais por motivos que vão de tensões e incompreensões entre o casal, geralmente pelo desemprego prolongado, à violência doméstica. Outras questões referem-se ao longo período de migração visando à inserção em mercado de trabalho distanciado do local em que a família reside, abandono por esposos/as e companheiras/os. Em certos casos, todos os vínculos anteriormente citados eram apontados como interrompidos. O autor cita também o uso excessivo de bebida alcoólica (NEVES, 2011). Destaca-se, ainda, que a maioria dos casos era de homens em situação de rua, sendo menos frequente a presença de mulheres (NEVES, 2011).

No diz respeito aos meios de sustento, as pesquisas indicam que a maioria exerce alguma atividade, sendo as principais: catador de material reciclável, flanelinha, vendedor ambulante e construção civil. Uma parte recebe salário mensal por trabalhar com carteira assinada ou tem trabalho regular. (BARBOSA, 2018). Outra característica sugerida é que grande parte das pessoas que vivem nas ruas não recebe auxílios ou benefícios do Estado. O município de São Paulo revela pelos dados censitários que aproximadamente 55% não recebiam benefícios ou auxílios do poder público, enquanto o Censo de Belo Horizonte informa que apenas 31,2% das pessoas em situação de rua recebiam o benefício do Programa Bolsa Família. Outra importante informação do Censo de São Paulo destaca o elevado percentual de idosos em situação de rua que não recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a que teriam direito (BARBOSA, 2018).

Uma realidade comum entre a população de rua é a falta de documentação, fator que se coloca como uma barreira para o acesso aos direitos. A Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (2008) apontou que quase um quarto (24,8%) dessas pessoas não possui qualquer documento de identificação. Em decorrência disso, muitas delas encontram dificuldade para exercer sua cidadania e acessar os serviços públicos. Ademais, a Pesquisa também apontou que 13,9% das pessoas em situação de rua já vivenciaram algum impedimento na tentativa de tirar documentos (BRASIL, 2008).

Outros apontamentos referem-se ao acesso aos serviços públicos, aproximadamente 10% das pessoas em situação de rua conseguem acessar os

serviços de saúde como postos de saúde, Unidade Básica de Saúde, Unidades de Assistência Médica Ambulatorial, pronto socorro, hospital, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Consultório na Rua, de acordo com o Censo realizado em São Paulo (2015). A Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua trouxe outro dado importante sobre este aspecto, 18,4% já passaram por experiência de impedimento ao tentar receber atendimento na rede de saúde (BRASIL, 2008).

Percebe-se no Censo de São de Paulo e de Belo Horizonte, que a maioria da população já passou por algum tipo de internação em diferentes instituições, como sistema prisional, clínicas de recuperação de dependência de drogas, comunidades terapêuticas, instituições psiquiátricas, sistema sócio educativo. Em São Paulo a porcentagem foi de 58% e Belo Horizonte 40,4%, permitindo refletir que os maiores percentuais de atendimento estão relacionados à institucionalização, ao encontro da lógica de repressão e controle persistente nas ações Estatais destinadas a esse público. (BARBOSA, 2018).

Nos aspectos focados na categoria emprego, existem indicativos de que o desemprego pode contribuir para a situação de rua e algumas ações para inclusão produtiva são fatores preconizados como estratégicos para ampliação da autonomia, participação social e superação dessa situação (PINHO; PEREIRA, 2019). De acordo com Prates, Prates e Machado (2011, p. 194), os processos de rualização ou mesmo da manutenção dos sujeitos nessa situação, envolvem o desemprego, apontando para uma importância significativa do trabalho nesse cenário.

Na pesquisa realizada por Pimenta (2019) na cidade de Porto Alegre, os principais locais onde as pessoas em situação de rua ficam durante o dia são nos parques, praças, pontes e viadutos; além disso, permanecem no trabalho e/ou procurando trabalho. A população de rua, em sua maioria, exerce alguma atividade para garantir uma renda, legitimidade e pertencimento social (GEHLEN; SCHUCH, 2012).

Ressalta-se que apesar da renda ser baixa, algumas alternativas são citadas como meio de sobrevivência dessa população. As atividades são autônomas e de pouca estabilidade, sendo que a principal delas é o trabalho envolvendo catação de material para reciclagem (23,9%); de atividades como jardinagem (14,0%), guardar e lavar carros (12,8%) e pedir (9,9%). Como reflexo disso, o estudo ainda aponta que os entrevistados citam que o rendimento mensal é baixo, recebendo em média menos de um salário-mínimo (PIMENTA, 2019).

Como detalhado, o contexto é marcado por faltas e fragilidades, estabelecendo um mapa de condutas caracterizadas pela necessidade e criatividade para encontrar soluções as dificuldades que se apresentam (DE ALCANTARA; DE ABREU; FARIAS, 2015). De acordo com o relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado em 2006, uma das principais estratégias de inclusão seria no âmbito do trabalho, no intuito de garantir condições materiais de vida a essa população. Ressalta-se que o trabalho surge articulado a outras necessidades, trata-se de um recurso para superar a situação-limite imposta pela vulnerabilização ou, ainda, fonte de autovalorização (BRASIL, 2008, p.58).

As reivindicações nesse âmbito afirmam que o trabalho é visto como um direito social de todo e qualquer cidadão, como prevê no artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), o que permite uma mudança de atitude social, e legitima os direitos da população em situação de rua (COSTA, 2005), historicamente vista e estigmatizada como vagabunda, acomodada, preguiçosa, irresponsável e culpabilizada por sua própria condição (COSTA, 2005). É visível o preconceito contra as pessoas em situação de rua e a necessidade de resgate de sua identidade, pois não faltam discursos pejorativos, manifestos no uso de palavras como maloqueiro, mendigo, sujo, perigoso, pobre coitado. (BRASIL, 2014).

Todas as características condizem com a desigualdade social ainda presente no cenário brasileiro; as pessoas são afetadas e não conseguem acessar de forma digna seus direitos à educação, saúde, renda, habitação e cultura. A desigualdade social também é econômica e se fortaleceu com a lógica excludente do mercado capitalista na onda neoliberal dos últimos anos. Naturalizou-se o discurso de que as pessoas precisam ser produtivas e buscar seus sonhos com sua própria força de vontade, numa espécie de apropriação vulgar do liberalismo; por meio do princípio da meritocracia considera-se que apenas os mais capacitados prosperam. Aqueles que não têm condições de batalhar de forma justa e igualitária por falta de acesso às condições básicas, ao exercício da liberdade como capacidade (SEN, 2000) são marginalizados e tratados como inferiores.

Desta forma, faz-se necessária uma compreensão maior da identidade desses indivíduos, e antes de qualquer outra demanda, recuperar a percepção de que são seres humanos como todos os outros. A identidade deve ser resgatada e compreendida perante a sociedade e o Estado (BRASIL, 2014).

### **2.3 Nossos afetos são políticos! A afetividade como categoria de análise para compreender a exclusão/inclusão social**

“A gente não quer só comida,  
A gente quer comida, diversão e arte.  
A gente não quer só comida,  
A gente quer saída para qualquer parte.  
A gente não quer só comida,  
A gente quer bebida, diversão, balé.  
A gente não quer só comida,  
A gente quer a vida como a vida quer” (Titãs)

A pesquisa teve como aporte teórico a afetividade e o sofrimento ético-político, este último, como categoria analítica e ferramenta para pensar ações que possam ampliar a análise da dialética inclusão/exclusão. Conhecendo a vivência singular da exclusão e das políticas públicas de inclusão, isto é, emoções e sentimentos que afetam o corpo e as subjetividades nessas situações sociais, pode-se aprofundar na compreensão sobre os fenômenos psicossociais que ocorrem nesse contexto. Pensar sobre o sofrimento ético-político é olhar para necessidades afetivas e emocionais dos excluídos, também atentar para o lado perverso de certas leituras da inclusão das diferenças, que as incluem para poder administrá-las. A literatura nos mostra que a exclusão se alimenta e se reproduz por meio da tristeza e do sentimento de impotência, que são equivocadamente traduzidas apenas por indicadores socioeconômicos.

O olhar sobre as afetividades possibilita compreender como o processo de inclusão/exclusão é sentido por esta população, abrangendo suas narrativas não de uma perspectiva isolada, mas inter-relacionando com suas relações sociais, considerando as sensações e emoções, os vínculos e as rupturas, bem como os preconceitos vivenciados. Além disso, essa perspectiva traz a relação com os processos saúde-doença, como reveladores do sofrimento.

Ressalta-se que muitos autores inspiraram a formulação dessa análise psicossocial das afetividades, inclusive clássicos, dentre eles Baruch Espinosa. Contudo, para compreender o pensamento desse filósofo, seria necessária uma análise mais cuidadosa, exigindo um maior tempo para aprofundar o conteúdo. Assim, optou-se por utilizar conceitos do autor pelas lentes de suas estudiosas, as autoras Bader Sawaia e Marilena Chauí.

Cabe destacar a importância das produções científicas no campo da filosofia e das ciências humanas das duas autoras escolhidas para a escrita desse trabalho. Bader Sawaia é uma das principais referências para Psicologia Social brasileira e Latino Americana, suas produções apresentam uma crítica das condições desumanas que estão submetidos os indivíduos no Brasil, compreendendo como a desigualdade penetra os seres humanos e suas experiências de vidas. A autora busca superar as dicotomias e o conhecimento fragmentado dos sujeitos, trazendo a compreensão das variedades de influências sócio históricas nas expressões das subjetividades, afetividades e emoções. (DE LIMA, 2012)

Marilena de Souza Chaui, é professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Considerada uma das maiores filósofas do país, a autora é reconhecida também pelo seu engajamento filosófico-político. Participou intensamente dos atos revolucionários dos movimentos estudantis 1968 em Paris, seus trabalhos mostram reflexos de sua resistência e luta pela manutenção e criação dos direitos, da democracia, do papel da universidade pública, da cultura, na denúncia e crítica à violência, ao autoritarismo. Abordam temáticas dos acontecimentos cotidianos, condições históricas do país, contribuindo de forma significativa para o diálogo entre sociólogos, antropólogos, educadores, artistas. Uma das suas principais obras é o livro " O que é ideologia, Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas e Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular." (LOPES, 2011)

As duas autoras mulheres representam novas formas de pensamento, de criação e resistência social. Os interesses de investigação buscam compreender os sofrimentos sociais causados pelas formas de opressão individual/coletiva e as práticas de reconhecimento perverso, além disso elucidam práticas coletivas que visam a emancipação dos indivíduos, valorizando suas potências humanas, repensando alternativas de ação ética para a liberdade. A dimensão ético-política do sofrimento é apresentada em seus estudos com pessoas em situação drástica de exclusão. Por exemplo, moradores de favelas não sofrem apenas pela necessidade à moradia adequada, eles sofrem pedindo por dignidade, eles exclamam: "as pessoas passam por mim e não me veem"; "quero me sentir gente". As mães dos adolescentes pobres inseridos na escola e os próprios adolescentes apontam a escola como fonte de sentimentos negativos: tensão, ressentimento, desqualificação e expulsão. Mas ao mesmo tempo, referem que a escola seria a única alternativa, necessidade

fundamental, para que os jovens tenham esperança de mudar de vida (SAWAIA, 2003).

A violência, a desvalorização social e humana, a responsabilização de sua própria condição, fazem parte do cotidiano, e são sofrimentos ético-políticos que categorizam este segmento populacional, que vive à margem da sociedade produtiva, ditos perversamente “morador de rua porque quer”.

A seguir, toma-se um relato sobre as atitudes violentas de policiais da pesquisa realizada por Nunes e Filho (2016, p. 1): “Não é só morador de rua que apanha não, se bem que morador de rua apanha mais, né? Sem valor”. As afetações constrangedoras são produtoras de afetos tristes e trazem para suas identidades uma marca perversa de ser um sujeito sem valor. Essas implicações são formas de exclusão, que afetam esses personagens e diminuem sua potência de agir. Quando, ao contrário, alguns encontram os afetados positivamente, aumentando suas potências de vida, o movimento é mais potente, como por exemplo, quem faz parte do Movimento do Povo de Rua (NUNES; FILHO, 2016).

No que se refere às estratégias de trabalho, a catação de material reciclável é uma das principais atividades laborais dos sujeitos em situação de rua. Tornar-se catador é tentar diminuir o sofrimento e intensificar a força para viver dignamente, é seguir conforme as “regras sociais”, por meio do trabalho (mesmo que precário). No entanto, há uma história de exclusão que se mantém durante a vida. Mesmo após o reconhecimento do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, em 2002, da catação como profissão, os catadores ainda sofrem com a discriminação. O mexer com o lixo e com tudo aquilo que é descartável, cotidianamente pode levar os sujeitos a identificarem-se com o resíduo, posto que são identificados com ele pelo olhar da sociedade; muito embora ter uma profissão, ser “trabalhador”, também possa gerar sentidos positivos aos catadores. (VERONESE, 2016).

Há uma negação das necessidades básicas e o sofrimento com os estereótipos de marginalizados deriva do fato de serem tratados como inferiores e incapazes de possuir sentimentos refinados, isto é, sentimentos humanos, emoções de vários tipos. Esse sofrimento ético-político decorre de práticas econômicas, políticas e sociais, que mudam conforme as variáveis dominantes (uma ou mais de uma) no processo de exclusão social: raça, gênero, idade e classe. A força deste sofrimento pode ser tão intensa que transborda para uma recusa em viver, ou até mesmo a morte em vida (SAWAIA, 2003).

Nesta dinâmica, compreende-se que corpos vivos precisam de meios para se manter em pé e em movimento, sendo necessário um corpo/mente com potência de ação para preservar a autonomia e lutar contra qualquer tipo de negação de liberdade e felicidade. Quando há negações básicas, enfraquece-se a potência de liberdade e de felicidade, e é experimentado um profundo sofrimento, nomeado de ético-político. Para que seja superado e o corpo entre em movimento, é preciso reconhecimento, carinho, compaixão e confiança em si e no coletivo (SAWAIA, 2003).

Um grupo que está em situação de precarização de suas relações de trabalho sente-se bloqueado em sua capacidade de expandir a vida. No caso de catadores, isso significa ver-se em uma condição desprivilegiada, subalterna, sem valor, apêndice inútil da sociedade, passando a avaliar suas necessidades de apoio externo para alterar sua condição de exclusão. Classifica-se como pobre que depende dos ricos, portanto está em uma condição desprivilegiada (BARBOZA, ZANELLI, 2007; MIURA; SAWAIA, 2013; SAWAIA, 2003; VERONESE, 2016).

Pensar na exclusão passa também pelas relações de poder e desigualdades que a acompanham. Com isso, importa reconhecer que a manutenção dessa ordem é legitimada nas sociedades neoliberais, onde as desigualdades precisam ser administradas. Ou seja, os excluídos devem de certa forma, se sentir incluídos. Assim, inclusão e exclusão assumem as duas faces de uma mesma moeda, porque a inclusão muitas vezes não passa de uma falsa estratégia de adaptação à lógica social excludente. Administram-se as desigualdades incluindo perversamente os sujeitos, tratando os efeitos deletérios superficialmente, sem modificar as causas profundas. Como resultado, se retroalimentam novas formas de sofrimento ético-político. (MIURA; SAWAIA, 2013; SAWAIA, 2003).

Analisar o sofrimento ético-político é entender que por trás das desigualdades sociais há vida, sofrimento, medo, humilhação; emoções que incluem também, paradoxalmente, uma extraordinária característica de vida humana: “a vontade de ser feliz e de recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta” (SAWAIA, 2009, p. 369). O que se pretende com esta categoria de análise é romper a dualidade social/singular, ou aspecto econômico/aspecto emocional. Considerar os sujeitos por inteiro, corpo, mente, emoção e razão, somos afetados *pela* e afetamos a sociedade, o tempo todo. Nessa concepção, a subjetividade não é mais perturbadora e passa a ser constituinte da objetividade social e da compreensão dos fenômenos. (SAWAIA, 2009; SAWAIA et al., 2018)

Em pesquisa com pessoas em situação de rua, foi demonstrado que sofrem por falta de dignidade e liberdade (SAWAIA et al., 2018). Ao se retirar o direito de escolher e de ser reconhecido, gera-se sofrimento que paralisa os seres humanos (SAWAIA et al., 2018). Sob inspiração de Espinosa, Sawaia explica a liberdade como uma virtude, e afirma que sua privação bloqueia os meios para a ação, levando pessoas ao padecimento, ou seja, despotencializando-as (SAWAIA, 2001).

Nesse âmbito reside a principal contribuição de Espinosa, a relação positiva entre o poder que tem um corpo de ser afetado, na forma de emoções e sentimentos, e a forma como se estabelecem a ação, os pensamentos e os desejos. Mente e corpo são um ser só e as afecções do corpo são afecções da alma, não há hierarquia ou relação causal entre eles. Se aumenta ou diminui a potência do corpo tanto no agir como no momento de pensar. Essa flutuação depende da força vital da resistência, equivalente da qualidade ética da existência. (SAWAIA, 2009; SAWAIA et al., 2018)

A tristeza é o resultado de uma afecção que diminui a capacidade de existir, diminuindo a potência do ser. O medo e as paixões como ódio, cólera, humilhação e aversão à felicidade ensandecem o sujeito. Nesse âmbito, se estabelece o esperar, em que a esperança é alimentada, nada pode ser feito, somente esperar que algo aconteça. Não há esperança sem medo ou medo sem esperança. Ambos se nutrem no tempo e são as causas que originam e alimentam a superstição, que pode servir para reproduzir as desigualdades, conforme salientado por Espinosa. (CHAUÍ, 1987, p. 63).

A desigualdade social é uma ameaça permanente à existência, ela aprisiona a experiência, a ação, a mobilidade e a vontade. Além de impor diferentes formas de humilhação, causa sofrimentos e tristezas que se cristalizam em um estado permanente de paixão crônica na vida cotidiana. Bloqueia o poder do corpo de afetar e ser afetado, se perdem os nexos entre mente e corpo, se rompem as funções psicológicas superiores e a sociedade. É tão imobilizante, que a potência enfraquecida pode apenas *reagir* e não *agir* diante das circunstâncias, tornando-se assim potência de padecimento, reduzindo o esforço de perseverar na própria (re)existência ao sobrevivencialismo negador da vida. (SAWAIA, 2009; SAWAIA et al., 2018)

Essa relação entre as ameaças vindas da desigualdade social e as repostas afetivas que elas trazem, compõe um processo psicológico-político, que reproduz a desigualdade. O conceito trabalhado neste estudo propõe distinguir esses sofrimentos ontológicos, aos quais todos os seres vivos estão sujeitos, daqueles que se somam,

nos casos de sujeitos submetidos socialmente a processos de inclusão perversa e desigual. Entender sofrimento/paixão, ocasionados pelos maus encontros e maus-tratos caracterizados pela servidão, heteronomia e injustiça, é entender em profundidade o sofrimento que passa a se cristalizar e transforma o ser humano em potência de padecimento. (SAWAIA, 2009; SAWAIA et al., 2018).

Para além da necessidade do pão de cada dia, pessoas em situação de extrema pobreza necessitam de bons encontros que promovam a liberdade, felicidade e criação. A transformação social requer ações e o agir para combater a servidão. Esses fatores seriam os “remédios” para os problemas de exclusão e desigualdade (SAWAIA et al., 2018).

Com esse pensamento, promove-se um giro ontológico, mostrando que os sujeitos são providos de uma sensibilidade e vontade na sociedade contemporânea, a busca pela felicidade é um ato político, que precisa emergir de uma ação consciente. Somos livres quando nos tornamos conscientes, a consciência deve ser fonte de uma decisão interior, autônoma, e não de obediência a um comando ou pressão externa (SAWAIA et al., 2018).

Quando somos potencializados pela alegria e a criatividade, nossos corpos (mentes incluídas) tomam ação diante as tragédias que a desigualdade social promove; necessita-se desses dois elementos, para que o desejo se mantenha aceso. Por meio da organização em diferentes coletivos, passamos a resistir ao ‘mal’ que nos aflige. De forma coletiva é possível potencializar a sensibilidade da alegria com a desacomodação e a indignação com a desigualdade. A ontologia espinosiana promove a união, o coletivo com os outros e no social. A consciência/sentimento, que transforma a passividade para atividade, só é possível por meio do outro, o outro que nos torna comprometidos socialmente, não por obrigação, mas como ontologia, como modo de ser (SAWAIA et al., 2018)

Os afetos são responsáveis pela união dos esforços (*conatus*), pela formação de um coletivo; essa união de corpos e mentes constitui um sujeito político coletivo, a "multidão" (CHAUÍ, 2003, p. 250), categoria política fundamental, pois o desejo de resistência nasce do sentimento de indignação; mas resistir não é só se indignar. O direito de derrubar a tirania depende da força para fazê-lo. Essa força, em situação de desmesura do poder, depende de uma potência de agir coletiva conquistada pela união de *conatus*, a qual, por sua vez, é favorecida quando a lógica dos afetos permite a percepção da amizade e da generosidade como algo útil (CHAUÍ, 2003, p. 250).

Afeto (*affectus*) é justamente essa transição de intensidade, é *transitio*, é a transformação de um estado de potência para outro, é ocasionada pelas afecções (*affections*), todas as reações que os corpos e mentes recebem na existência. (SAWAIA, 2009) Portanto, ele se configura a partir de duas dimensões: mudança, modificações que corpos e mentes interiorizam na forma de emoções e sentimentos (*affectus*), e experiência da afetação (*affectio*), poder de ser afetado. (SAWAIA, 2009; SAWAIA et al., 2018)

O sofrimento ético-político é um conceito que se refere aos sentimentos gerados pelas tramas das relações sociais e intersubjetivas e as relações dos afetos, com as particularidades históricas de cada época. Nossos sentimentos são modificados conforme somos tratados e vistos pela sociedade, podendo tanto diminuir como aumentar a potência de vida. Desta forma, trabalhar com os afetos é aprofundar o que há de mais singular da ação política emancipadora. (SAWAIA; SILVA, 2018, p. 6).

A psicóloga social Bader Sawaia buscou compreender as rupturas entre “o agir, pensar e sentir que ocasionam a supressão da emoção e anulação do pensar na atividade” (LANE; SAWAIA, 1994, p. 50). A miséria, a heteronomia, o medo e a passividade são compreendidos como consequências dessas rupturas. Portanto, o conceito de sofrimento ético-político foi criado na interface entre subjetividade e sociedade. A compreensão marxista da sociedade é constitutiva do mesmo, concepção que a autora explica na categoria dialética exclusão/inclusão para reforçar a ideia de que o sofrimento ético-político surge em uma sociedade conflituosa, especificamente na vivência dos sujeitos no processo de luta de classes e produção de múltiplas desigualdades (LANE; SAWAIA, 1994).

A forma como o sistema capitalista inclui faz parte dos mesmos mecanismos de reprodução da servidão, passividade, miséria e alienação do trabalhador (SAWAIA et al., 2018; SAWAIA, 2001). A autora define a existência de uma ‘máscara’ de inclusão, máscara perversa, que surge da produção de ideias imaginativas, feitas pelo próprio sistema nos indivíduos. Essa máscara é interpretada pelos indivíduos como se apenas apropriando-se de bens materiais ou simbólicos farão parte do todo social. Esse sistema a cada instante se retroalimenta na sociedade, incluindo para excluir, e mantém os indivíduos na dependência de um estado de coisas que não diz respeito à sua própria liberdade e potência; eles são levados a nunca satisfazerem suas satisfações mercadológicas, pois o mercado protela a noção de satisfação - amanhã

sempre terá outro produto mais moderno sendo criado para ser consumido. (SAWAIA et al., 2018; SAWAIA, 2001)

O conceito do sofrimento ético-político colabora na compreensão das contradições sociais e na reflexão sobre intervenções psicossociais. De acordo com Sawaia (2001), o sofrimento é visto para além da ordem, causado por desajustamentos e desadaptações, mas é um sofrimento determinado pela situação social da pessoa, dificultando que ela lute contra os cerceamentos sociais. Dessa maneira, o sofrimento ético-político constitui uma categoria de análise da dialética inclusão/exclusão social. Em resumo, é “a vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica. Sofrimento que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (SAWAIA, 2001, p. 56).

Compreender esta dinâmica de complexidades exige um trabalho de escuta, que implica refletir sobre o que se escuta das pessoas em situação de rua. Destaca-se o trabalho de Martins (2016) que faz referência a uma escuta e um olhar apurado para as potências vivas desses sujeitos; a autora foi além do processo de marginalização. Todavia, o estudo é baseado em uma perspectiva de psicologia clínica, não social ou comunitária.

Muitos estudos ainda propõem caracterizar a população de rua. Em geral, são pesquisas que descrevem o “modo de vida” dessas pessoas, mostrando o cotidiano, como são seus hábitos e normas, suas experiências com o espaço urbano, formas de resistência e estratégias de sobrevivência na realidade da exclusão e opressão em que estão inseridos (MONTEIRO, 2015; KUNZ, 2012). Essas pesquisas são importantes e contribuem para dar visibilidade à temática, mostram os aspectos envolvidos na experiência de realização, e ajudam a pensar o aperfeiçoamento de políticas públicas propostas ao enfrentamento desse problema social. No entanto, algumas investigações ainda trazem como referência um padrão de moradia determinante como “onde viver (casa), como viver (trabalho), com quem viver (família).” (MATTOS, 2006, p. 43).

Uma pesquisa realizada com a população LGBTQ+ em situação de rua refletiu acerca do sofrimento ético-político vivenciado durante as trajetórias de vida dessas pessoas. Os principais levantamentos se vincularam ao aspecto familiar, sendo a família um produto determinado por uma construção sócio histórica; algumas normas sociais da heteronormatividade e dos papéis de gênero regularam as relações

cotidianas e a política de afetividade. Com a perda e o distanciamento do vínculo familiar, a família não proporcionou potencialidades de ação e autonomia (SALGADO, 2011)

Nos aspectos de trabalho, a relação servil também foi mencionada, em decorrência do sofrimento ético-político. A desqualificação social transforma a população LGBTQ+ em situação de rua em objeto; excluída do acesso ao mercado de trabalho, mantém-se em trabalhos informais ou no mercado do sexo. Uma das alternativas para atenuar a realidade que se encontram é o uso de drogas como meio de obter prazer. As drogas se apresentam como um atalho; mesmo “falsamente”, é por meio delas que continuam a sonhar e se sentem vivos. (SAWAIA et al., 2018; SALGADO, 2011).

Poucos estudos preocupam-se em trazer questionamentos sobre os afetos que atravessam as pessoas em situação de rua. Segundo Veloso (2015), os sentimentos e emoções não são facilmente identificados, eles subsistem com poucas palavras, de forma silenciada, mas atravessam a existência das pessoas.

Em outras produções acadêmicas, os principais sofrimentos mencionados são humilhação social e vergonha (ARRUDA, 2014; MOURA JUNIOR; XIMENES; SARRIEIRA, 2013; GRAEFF, 2012; MOURA, 2012; MATIAS, 2008; MATTOS, 2006; MATTOS; FERREIRA, 2004). No estudo de Moura (2012), os sofrimentos desenvolvidos pela pobreza são entendidos enquanto “mecanismo de opressão” (p.41); o sentimento de humilhação está entrelaçado com a vergonha, e são ambos decorrentes das condições materiais de existência. Destaca-se que essa análise dialoga com o “sofrimento ético-político”, considerando os afetos como elementos que se constituem junto com o desenvolvimento histórico e social.

Cabe observar que não há acordo referente ao conceito de afetividade, sentimento e emoção. Sawaia (2000), ao se referir com base em Espinosa, coloca que a afetividade é a totalidade dos afetos que está presente constantemente na existência dos seres humanos. A afetividade como totalidade engloba o sentimento e a emoção. O sentimento se refere às reações moderadas de prazer e desprazer. A emoção é um fenômeno afetivo muito intenso e breve, e diz respeito a um objeto específico. (p. 8)

Nessa esfera, Sawaia (1999) entende que existem algumas afetividades que são dominantes e são construídas de forma particular em códigos emocionais, que vão mediar a forma como se é afetado. As experiências de cada relação, de cada

coletivo de pessoas, vão formando “signos emocionais comuns”, que são da ordem da experiência e não só da ideologia, apesar de serem por ela mediados.

Em um estudo realizado com catadores de materiais recicláveis, foi apresentada uma análise sócio-histórica sobre sentimentos e afetividades desses trabalhadores na execução de suas atividades laborais (MIURA; SAWAIA, 2013). A análise dos dados revelou que as emoções mais frequentes ocorrem em decorrência da discriminação e preconceito da sociedade, os principais afetos citados são de vergonha e a humilhação (MIURA; SAWAIA, 2013).

Sob a análise de Heller (1985), também influenciada por Espinosa, o sentimento de vergonha é causado pela vigia do ‘Outro’ sobre mim; dessa forma, se interioriza este olhar culpabilizante. A culpa por sua vez, não precisa do olhar do outro, é quando nós mesmos, a partir do julgamento do outro, nos censuramos. Esta explicação traz uma importante reflexão: a vergonha é o medo do pudor. Ela impede a pessoa de executar a ação, impede sua emancipação, pois acredita que toda ação sua seria censurada ou rejeitada. (Heller, 1985).

O autor Vitale (1994) menciona em seu estudo sobre a vergonha que quando o sentimento favorece a submissão, experiências de vergonha colocam-nos em conformidade com nosso ambiente cultural, com nossos costumes, normas e regras, com os processos sociais em que estamos inseridos, regulando nossa ação e nosso comportamento.

Apesar disso, acredita-se na potência que o sujeito tem de transformar suas condições de existência, principalmente quando recebe apoio para isso. O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) é uma prova de que, articulados, podem produzir uma luta coletiva emancipatória, embora com muitas dificuldades e enfrentamento de barreiras emocionais e sociais.

Para Santos (2017), os atores sociais podem produzir vozes mobilizadoras de resistência, existem lideranças do movimento social que as produziram, para resistir a essas experiências e emoções negativas e supostamente paralisantes. O mesmo autor conta que:

O MNPR é um movimento social decorrente da luta conjunta de alguns atores sociais e de outros movimentos catalisados pela Chacina da Praça da Sé, um episódio de violência praticado contra pessoas conhecidas como “moradores de rua da Sé. (SANTOS, 2017, p. 30).

O fato, repercutido nacional e internacionalmente (pelo teor de barbárie), ocorreu em 19 de agosto de 2004, quando quinze pessoas que dormiam no local foram atacadas, sendo que sete delas foram brutalmente assassinadas. Os agressores não foram condenados, mas as vítimas sim: à morte. Todas elas pessoas em situação de rua. Houve, na época, uma mobilização que agregou diversos setores sociais e que contou com o apoio ativo de setores da Igreja, principalmente a Pastoral do Povo de Rua (importante ramo mais progressista da Igreja Católica no Brasil).” (SANTOS, 2017, p. 144)

Desse modo, evidenciando as ambiguidades do ser/estar, alguns estudos mostram que tornar-se catador para o sujeito ruralizado, pode ser também fonte de potência de ação. Alguns entrevistados relataram que com a atividade de catação foi possível recuperar a dignidade e ser reconhecido socialmente como trabalhador honesto. Os encontros com o outro podem despotencializar, mas também podem potencializar a vida, mesmo diante de muitas dificuldades. A relação com outros catadores mostrou-se fundamental para pensar em formar uma cooperativa e a fomentar sonhos em comum. (MIURA; SAWAIA, 2013; VERONESE, 2016).

Em síntese, a pesquisa relata que todos os entrevistados obtiveram ganhos pessoais, apesar dos muitos sofrimentos. Foi por intermédio da catação que houve a oportunidade de organizar-se e mobilizar-se coletivamente na luta por melhores condições de trabalho e de vida. O lixo antes visto como algo “renegado” “descartável”, ganha novos significados, ligados a sentimentos de alegria, satisfação, adoração e alívio por poder ter as contas pagas e comida na mesa, além da felicidade de poder satisfazer as principais necessidades humanas básicas. Com esse trabalho foi possível construir vínculos afetivos e encontros potencializadores (MIURA; SAWAIA, 2013; VERONESE, 2016).

Ao se trazer o tema população de rua para o debate, cabe a observação de que embora o “sofrimento” não seja incorporado às análises como categoria central, pode-se dizer que há certa tendência da literatura especializada em citar que estar em situação de rua é uma experiência penosa. Muitas pesquisas usam o termo “sofrimento” em relação a população de rua (SAWAIA, 2018). Entretanto, ainda é necessário investigar os “sentidos” que essa palavra adquire, entendendo a concepção de sofrimento ético-político como a “dor mediada pelas injustiças sociais”. Mas esse sofrimento não é limitado e exclusivo para que o sujeito se mantenha na “rede da servidão”, existindo pela carência e incapacidade de cuidar de si, tornando-

o sub-humano. Ele não extingue a potência de vida; para abranger o entendimento, é indispensável uma escuta livre de preconceitos ontológicos, só assim é possível ouvir apelo à felicidade e à liberdade (SAWAIA, 2018).

Salienta-se que é necessário cuidado para não transformar a invisibilidade em visibilidade perversa. Uma escuta atenta às singularidades que fazem parte desta dramática realidade faz-se necessária. As reflexões devem pautar-se nas vivências dos sujeitos, no intuito de compreender o “subsolo humano da exclusão” e alimentar a práxis apoiada na preocupação de resguardar o sujeito potente para todas as pessoas (SAWAIA, 2009; 2018).

Neste capítulo foram apresentadas reflexões teóricas acerca da naturalização das opressões e humilhações vivenciadas por parte da população de rua, ratificadas por uma ideia ilusória de igualdade abstrata na ordem competitiva capitalista. Essa cristalização no cotidiano impede de ver a afetividade como um fio condutor das mudanças de paradigma sobre os estigmas sociais, principalmente da exclusão e das desigualdades existentes. Objetivou-se mostrar como se constrói socialmente a visão das pessoas em situação de rua, as condições sociais e os modos de vida que se produzem e reproduzem sob o viés de um tipo humano excluído e estigmatizado.

### **3 PERCURSOS TRILHADOS: O MÉTODO DE PESQUISA**

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar o cotidiano de pessoas em situação de rua, seus modos de (re)existir nas ruas de Caxias do Sul-RS, bem como conhecer as vivências singulares, as emoções e os sentimentos que os afetam nas relações com a sociedade civil e com as políticas públicas. Considerando que o ato de pesquisar é uma ação que vai se (re)construindo ao longo do processo, os percursos metodológicos foram sendo reinventados a partir dos contatos com o campo e com o atual cenário da pandemia do novo Corona vírus no Brasil.

Sendo assim, tratou-se de um estudo de cunho exploratório, utilizando uma abordagem qualitativa. As pesquisas qualitativas têm o intuito de investigar questões de caráter subjetivo, em que os entrevistados têm a liberdade para apontar seus pontos de vista sobre o assunto em questão (CHIZZOTTI, 2014). Esta perspectiva possibilitou compreender o objeto de estudo e uma conexão com a totalidade dos seres e dos afetos envolvidos nas relações, entendendo os sujeitos como seres históricos, humanos e sensíveis. Neste sentido, o objetivo também envolveu

considerar os momentos históricos e contraditórios da sociedade capitalista, considerando tanto a estrutura social como o sujeito individual inserido dialeticamente nessa estrutura (GADOTTI, 1983).

Na fase exploratória, foram levantadas informações importantes sobre a população que vive na rua, por de diferentes meios de comunicação (jornais, noticiários, literatura, fotografias). Também se conheceu os espaços e os locais onde transitam no dia-a-dia. Além disso, a pesquisadora inseriu-se ativamente em uma ONG que realiza atendimentos a população em Caxias Sul – RS. Para Minayo, a pesquisa social acontece a partir das investigações do pesquisador inserido na sociedade, nas instituições, percebendo as relações, as histórias de vida e os simbolismos. (MINAYO, 2010, p. 47). Esta fase exploratória propiciou as primeiras aproximações com a população em situação de rua em Caxias do Sul e um contato com as instituições de referência nas políticas públicas do município.

Para o levantamento dos dados, optou-se por técnicas como o diário de campo, a entrevista grupal, e uma roda de conversação com cinco pessoas em situação de rua e profissionais presentes no momento da ação. Ademais, foram realizadas entrevistas com os profissionais, via Skype (*software que permite comunicação pela Internet através de conexões de voz e vídeo*). Esses sujeitos atuam em ONGs (Organizações Não Governamentais) e em Políticas Públicas com a população de rua. O intuito foi observar as vivências relacionais e as experiências subjetivas. Os dados foram levantados a partir de encontros sociais, proporcionando primeiramente um vínculo afetivo com os participantes.

As incursões no campo tornaram-se um desafio, quando em março de 2020, houve a eclosão e intensificação dos efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil. Muitas ações foram tomadas por parte da sociedade e do governo para assistir aos grupos mais vulneráveis, incluindo a população em situação de rua, diante das necessidades de subsistência, saúde, isolamento, distanciamento social e higiene.

O local para acontecer a roda de conversação, foi escolhido conforme as ações emergenciais que ocorreram no início de março com o aumento do número de casos do Coronavírus. Assim, a coleta ocorreu nos Pavilhões da Festa da Uva, que serviu de abrigo temporário a moradores de rua durante a pandemia. A ação foi uma iniciativa da Fundação de Assistência Social (FAS), órgão da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, e contou com o apoio da Secretaria Municipal de Segurança pública, Centro Pop

Rua e 3º grupo de artilharia antiaérea. Nesta ação foram abrigadas em média 200 pessoas em situação de rua.

A roda de conversa ocorreu simultaneamente com a atividade de musicoterapia, convite realizado pelo musicoterapeuta do Centro POP, profissional que participava da pesquisa como informante. Com horário previamente agendado, a coleta foi estabelecida por meio do diálogo, metodologicamente enquadrando-se nos instrumentos de entrevistas grupais, ou rodas de conversa, respeitando a disponibilidade dos atores e sua privacidade. Naquele momento, todos os cuidados foram tomados, como uso de máscaras, higienização das mãos e distância de um metro no mínimo entre cada participante, seguindo as recomendações das autoridades sanitárias. Utilizou-se a gravação de áudio, que depois de transcrito no meio digital, foi analisado e excluído. Para a execução do grupo de conversa, utilizou-se uma proposta geral, explicando em linguagem acessível os objetivos da pesquisa, e solicitando para as pessoas falarem como se sentiam.

A inserção da pesquisadora no grupo contou com o apoio do condutor da oficina de música, que foi o “informante chave”, que a apresentou aos sujeitos. Os diálogos aconteceram articulados com a partilha de saberes daquele evento-oficina, (re)construção de novos saberes de forma coletiva. A oficina já fazia parte do cotidiano do Centro POP Rua, o que permitiu que a produção de conhecimento fizesse sentido para eles/as, aumentando o engajamento por eles próprios e sua inserção como sujeitos do processo.

O Centro POP Rua é uma unidade pública estatal, que atua com o atendimento especializado à população em situação de rua. Pretende representar um espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Apesar das limitações, tem tido considerável importância no contexto da pandemia.

A cada troca e expressão espontânea dos sujeitos sobre os diversos aspectos da vida cotidiana, uma música embalava e era cantada e/ou tocada através dos instrumentos. Em razão disso, nesta pesquisa optou-se por trocar o nome dos “Pavilhões da Festa da Uva” por “**Pavilhões da Festa da Rua**”, representando um espaço com muita música, diversão, emoção e relações entre eles, e deles comigo. Nesse instante foi possível assumir uma horizontalidade com e entre os envolvidos, e desempenhar meu papel como pesquisadora de apenas acompanhar, estimular, filtrar aspectos de mudança decididos pelos participantes, auxiliar e facilitar o processo

expressivo dos sujeitos. A oficina e a entrevista grupal, constituíram um momento muito rico de interação cordial.

### 3.1 O desenrolar da pesquisa:

Importante mencionar que o meu primeiro ano de mestrado também foi meu primeiro ano como moradora da cidade de Caxias do Sul/RS. Assim, com a proposta de desenvolver uma pesquisa de campo com pessoas em situação de rua, foi necessário ambientar-me com a cidade desconhecida e traçar estratégias para me aproximar da população. Minha primeira experiência foi por meio de trabalhos voluntários em ONGs; a primeira delas foi uma atuação como Psicóloga de uma casa que realizava acolhimento de mulheres dependentes de substâncias psicoativas em situação de rua. Atualmente sou Psicóloga Voluntária da ONG Médicos de Rua, projeto que conta com atuação de médicos e outros profissionais da área da Saúde que, voluntariamente, prestam atendimento à população em Caxias do Sul/RS. Esses contatos possibilitaram acessar profissionais que também atuam no Centro POP Rua de Caxias do Sul/RS.

O Centro Pop Rua, como já explicado, é um serviço voltado para as pessoas que fazem das ruas meio de sobrevivência e/ou moradia. São oferecidos, por meio de ações integralizadas: inserção social, acesso aos direitos e proteção social, acompanhamento individual e/ou familiar, promoção e articulação intersetorial com as demais políticas públicas, como saúde, habitação, segurança alimentar, trabalho e renda, favorecendo o convívio, a participação social, novos projetos de vida, fortalecimento coletivo e social, bem como da autoestima e autonomia (BRASIL, 2011).

Tendo em vista o cenário da pandemia, apresento na próxima seção uma descrição do percurso realizado para acessar o campo de pesquisa. Optou-se, primeiramente, por realizar entrevistas com profissionais que atuam em políticas públicas e em ONGS com a população. O intuito foi compreender como eram as experiências e as relações criadas com a população em situação de rua.

### 3.2 Levantamento das informações e participantes da pesquisa

No que se refere ao levantamento das informações, os primeiros procedimentos foram realizados a partir de entrevistas agendadas com profissionais (médicos, psicólogos e musicoterapeuta) que atuam diretamente com a população. Também foi utilizado o uso de registro em diário de campo organizado, a partir de diálogos com a população em situação de rua, com observação livre e registro escrito e fotográfico. O diário traz alguns depoimentos da PSR.

Posteriormente foi realizada uma roda de conversação com cinco pessoas em situação de rua, juntamente com outros profissionais que estavam no momento da oficina da qual participamos (musicoterapia e enfermagem).

Importante salientar que as informações analisadas nesta pesquisa foram sendo construídas pela pesquisadora durante as inserções no campo. Os contatos realizados aconteceram a partir do vínculo pré-estabelecido, que favoreceu encontros informais para explicar a pesquisa e sua finalidade para os participantes.

Como consta na resolução 510/2016 para pesquisa com seres humanos, especifica para as ciências sociais, o consentimento para participar da pesquisa se deu através da expressão oral e também da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (em anexo). A pesquisa foi explicada cuidadosamente para cada um dos participantes com uma linguagem acessível.

### 3.3 Perfil dos participantes

Para não expor a identidade dos participantes, suas falas serão apresentadas através de nomes de músicos/as brasileiros, sendo que a escolha dos artistas representam seus gostos e as músicas que embalaram nossa roda de conversa. Os profissionais que participaram serão mencionados a partir de suas áreas de atuação.

Além disso, o material de análise também conta com depoimentos de outras interações com a população registradas no diário de campo junto com o material fotográfico. Esse material foi estruturado a partir de encontros informais que serviram como ferramenta facilitadora de vínculo e de produção de dados. As falas e as artes fotografadas serão nomeadas como *depoimentos do Diário de Campo* no decorrer das discussões das análises.

**Tabela Descrição dos participantes**

<b>PARTICIPANTES</b>						
<b>Pessoas em Situação de Rua</b>					<b>Relação com profissionais (ações governamentais e não governamentais)</b>	
<b>Nome</b>	<b>Gênero/Sexo</b>	<b>Cor/Raça</b>	<b>Faixa Etária</b>	<b>Naturalidade/Estado</b>	<b>Área de atuação</b>	<b>Local/ação</b>
Cazuza	Masculino	Pardo	35-39 anos	Belo Horizonte-Minas Gerais	<b>Medicina</b>	<b>ONG</b>
Seu Jorge	Masculino	Preto	25- 29 anos	Alegre, Espírito Santo	<b>Psicologia</b>	<b>ONG</b>
Tim Maia	Masculino	Preto	35-39 anos	Salvador- Bahia	<b>Musicoterapia</b>	<b>Centro Pop Rua</b>
Pitty	Feminino	Branca	20 a 24 anos	Argentina	<b>Enfermagem</b>	<b>Abrigo temporário Pavilhões da Festa da RUA</b>
Raul	Masculino	Branco	30-34 anos	Caxias do Sul – Rio Grande do Sul		

Com os dados obtidos nas entrevistas e realizadas as transcrições, a técnica empregada para análise do material foi a análise temática, baseada na análise de conteúdo conforme o referencial teórico de Bardin (2004) e Minayo (2007). A partir das transcrições, elaborou-se um relatório do estudo descrevendo a análise de cada caso. Após, foi realizada a síntese dos casos e o cruzamento das informações, obtendo-se, assim, significados em comum.

Neste estudo optou-se por seguir as orientações de Minayo (1994), que propõe que operacionalmente a Análise de Conteúdo segue de uma literatura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado, que ultrapassa os significados

manifestos. Relaciona estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados, articulando a superfície dos textos descrita e analisada com fatores que determinam suas características, como variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem.

Foram consideradas as seguintes etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na pré-análise os objetivos iniciais da pesquisa foram retomados diante do material coletado, realizando a leitura flutuante; constituição do Corpus, que consiste na organização do material conforme as normas de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Na etapa de exploração do material, a partir do recorte do texto em unidades de registro, foram estabelecidas as regras de contagem e a classificação e agregação dos dados em categorias. Por último, no tratamento dos dados obtidos e interpretação, realizou-se a integração da teoria com as narrativas dos sujeitos e a observação da pesquisadora.

As análises permitiram identificar três categorias temáticas que representam: **a) a diversidade de viver, sentir e (re)existir nas ruas de Caxias do Sul/RS; b) as vivências do sofrimento ético-político, como desrespeito e padecimento; c) os afetos potentes, os bons encontros, a arte de viver na rua, os vínculos formados e a reciprocidade.**

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 A diversidade de viver, sentir e (re)existir nas ruas de Caxias do Sul/RS

*“Não somos todos iguais, não, viu! Tem pessoas que estão na rua e gostam de ficar por causa da vida mesmo, mas tem outras que não...” (depoimentos registrados no Diário de Campo)*

A partir das observações e da relação vivencial com a população em situação de rua em Caxias do Sul/RS, foi possível notar diferentes formas de resistências e existências. Há uma diversidade e pluralidade de pessoas, com suas histórias e vivências. A fala emitida por uma pessoa em situação de rua “Não somos todos iguais” expressa a forma preconceituosa como ainda são tratados pela sociedade, retratados muitas vezes como vítimas ou como transgressores da ordem social (LOPES, 2019). A exclusão social a qual estão submetidos e a falta de reconhecimento social interferem no conhecimento de suas reais necessidades e desejos, justificando a necessidade de um olhar mais atento às singularidades e especificidades dos seres humanos que estão ali. Ressalta-se a necessidade de escutas atentas que valorizem todas as dimensões e capacidades existentes destes sujeitos.

Uma das características do perfil dos participantes da pesquisa é a diversidade de pessoas que chegam de fora da cidade, como descrito por um informante que estava abrigado nos Pavilhões da Festa da Rua: *“incrível como existem pessoas de tudo que é lado daqui do Brasil”* (Seu Jorge).

O trabalho e a busca por melhores condições de vida são um dos principais motivadores mencionados por eles, responsáveis por esses deslocamentos pelo país. No diário de campo, alguns relatos referiram o trabalho, especificamente o desemprego, como responsável pela chegada à rua e pela permanência nessa condição. Muitas são as experiências dos que chegam na região pelo trabalho na colheita de maçã e de uva: *“vim para a colheita de maçã em Vacaria. Morei por 11 anos em São Paulo, trabalhando na área de construção e nas sinaleiras da cidade. São Paulo, dá para “se virar legal”, “tudo dá dinheiro”.* (depoimentos registrados no Diário de Campo). Muitos demonstram se sentir presos na atual situação da pandemia, já que recomendações são de isolamento e o distanciamento social: *“Não*

*tem o que fazer, nessa situação ficamos presos, não temos a oportunidade de procurar o emprego”. (depoimentos registrados no Diário de Campo)*

Como demonstrado pelo levantamento da Fundação de Assistência Social (FAS) da cidade, o aumento do número da PSR em 2020, atrela-se ao aumento do desemprego e à chegada de pessoas de fora da cidade na época da colheita da Uva, que acontece nos meses de janeiro a abril (PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL, 2020). Algumas pesquisas também mencionam o trabalho ou a falta dele como responsável da condição, no entanto, apesar de ser um fator relevante, não pode ser considerado o único causador. (MENDES, 2007; LOPES, 2019; SERRANO, 2004). As motivações e as causas para permanecerem nas ruas ou chegarem às ruas, são diversas, e requerem conhecer suas histórias.

As pesquisas apontam que alguns fatores podem estar relacionados pela falta de opção e também pela própria escolha (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014), como referido por um dos participantes da roda de conversação: *“Eu estou aqui por uma escolha, e minha escolha está perfeita.”* (Cazuza). Ele referia-se a viver na rua. A fala demonstra que viver nas ruas também pode ser um modo de vida, exigindo uma resistência, e cada pessoa pode recriar sua forma de se manter e sobreviver nas ruas. (FÉLIX-SILVA; SALES; SOARE, 2016)

Existe ainda uma intensidade em viver nas ruas, e como evidenciado no estudo de Gomes (2006), as vidas nas ruas totalmente ligadas no tempo presente e a liberdade. Sob este aspecto, toma-se uma fala de Cazuza:

*“E que quando estamos na rua, acontece muita coisa em uma 1 semana, em 1 mês, é diferente da rotina normal que as pessoas tem de ir para o trabalho e voltar para casa, e ter a liberdade apenas no domingo, a gente que está na rua o tempo todo, a gente está livre o dia todo, eu que trabalho com malabaris, não consigo ficar todo o dia na sinaleira, por exemplo, não tenho físico para isso, então eu vou para sinaleira e faço a grana do dia, quando eu sei que tenho uma grana para comer e para pagar um lugar para ficar, amanhã eu trabalho de novo, então eu não passo todo o dia trabalhando, eu tenho contato com muita gente.”*(Cazuza).

A fala representa o quanto a vida na rua exige uma reinvenção constante do próprio ser, que precisa construir estratégias para trabalhar, se alimentar e conseguir um lugar para descansar. Morar na rua também exige ressignificações de objetos, de fazeres, de práticas e de espaços, driblando constantemente os limites e proibições. É nela que se reproduz desenhos variados no tecido urbano. (KUNZ; HECKERT; CARVALHO; 2014).

Outros fatores para permanência nas ruas é o uso de drogas lícitas ou ilícitas, a deterioração de vínculos de familiares, perdas de entes queridos, saída do sistema prisional, vínculos fragilizados nos relacionamentos afetivos, vivências de violência doméstica (COSTA; MESQUITA; CAMPOS, 2015; MATTOS, 2006; KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014; LOPES, 2019; ROSA; BRETAS, 2015; ROSARIO, 2015). A questão do uso de drogas e perdas afetivas fez parte da história de vida de Raul, que há 12 anos viveu em situação de rua em Caxias do Sul: *“Ah eu aprendi sozinho violão, com 10 anos, mas depois eu fiquei em situação de rua, morei 12 anos na rua, eu perdi pai, tive problemas na vida, me envolvi com droga (Raul).”*

As observações e inserções no campo, demonstraram que a maioria da população é masculina, com idades entre 18 e 39 anos, conforme havia sido apontado pelo levantamento da FAS (PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL, 2020). Ainda: “a maioria pretos e pardos que moram em lugar nenhum” (BAPTISTA, 1999, p. 97), evidenciando, assim, que a rua é marcada por pontos que se atravessam e revelam as relações de poder e exclusão estrutural de: raça, gênero e classe social. (CUNDA; SILVA, 2020). Todavia, ao abrirmos nossas janelas e observarmos as vidas nas ruas que são tomados pelas diferenças de homens e mulheres, podemos nos encontrar com a diferença “que atravessa nossos corpos como uma flecha” (FÉLIX-SILVA; SALES; SOARE, 2016, p.47) retirando o manto da invisibilidade e da falta de conhecimento que insiste em excluir aquele que é diferente dos padrões impostos.

Nas ruas ocorrem isolamentos e conflitos, mas também é nela que vemos táticas de sobrevivência, que exigem certa organização para cuidar da vida, da saúde, da alimentação, proteção do frio, sono e também de garantias de direito ao trabalho e renda. As diferentes experiências das PSR, mostram que existem múltiplas formas dos sujeitos se relacionarem entre si, construir estratégias para tornar as ruas um local de moradia, sustento e sociabilidade, tarefas desafiadoras e apresentadas em diversos estudos (ROSA; BRETAS, 2015; COSTA, MESQUITA; CAMPOS, 2015; MENDES, 2007; ROSARIO, 2015; CARAVACA-MOREIRA; PADILHA, 2015).

No tocante as necessidades básicas, como o acesso a alimentação, higiene pessoal e roupas, geralmente são facilitados pelos serviços ofertados pelas políticas públicas, por meio de doações e de organizações não governamentais: *“O pessoal de Vacaria me ajudou sabe, eles me deram cobertor, sabiam que eu não era do Rio Grande do Sul, eu estou com ele até agora, ele é quente (Tim Maia).* Outros relatos

evidenciam que as casas de passagens como local para dormir, se alimentar e tomar banho:

*“pelos relatos da minha pesquisa, era no sentido, as casas de passagem, era um lugar para dormir, comer e tomar banho. Uma das minhas entrevistas que fiz, um disse que vão para casa de passagem para engorde para depois voltar para a rua.”* (Psicóloga- ONG)

Essas falas também vão encontro de alguns estudos, que mencionam a realização das atividades do cotidiano, como descanso, cuidados com a higiene pessoal, necessidades fisiológicas e alimentação, como dimensões em que cada sujeito vai encontrando soluções alternativas (LOPES, 2019). Algumas dificuldades são dribladas a partir das seguintes estratégias: dormir acompanhado (a), para sentir-se mais protegido, uso de banheiros públicos ou de estabelecimentos comerciais para realizarem suas necessidades fisiológicas, pedir e trabalhar para se sustentar e se alimentar. (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014)

Os participantes mencionam diversas formas para se sustentar. Cazuzza trabalhava nas sinaleiras como malabarista, mas atualmente trabalha com o seu violão: *“Eu trabalho com a minha arte (música)”*, e ainda complementa sua fala *“por muito tempo eu achei que eu iria conseguir essa expressão, através do malabarismo, foi a primeira arte que eu sai para desenvolver [...] percebi que a minha identificação e minha expressão estava muito mais na música, hoje eu pego muito mais o violão.”* Ainda nesse âmbito, o diário de campo e as observações permitiram identificar que as atividades desenvolvidas são de caráter informal, tais como: área da construção civil, catação de material reciclável, nas sinaleiras como artistas e como vendedores de doces e artes. Foram registrados alguns relatos: *“Eu trabalho vendendo esculturas, é uma forma que temos de mostrar nossa função, não somos vagabundos, não somos bandidos”* (depoimentos do Diário de campo); *“trabalho com o Swing (Swing de Fogo Corrente) que é Malabaris, que é fazendo fogo, já trabalhei como palhaça.* (Pitty)

Segundo o único censo realizado no Brasil sobre essa população, 70% exerce alguma atividade remunerada. Entre os destaques estão as atividades citadas neste estudo, além dos serviços de limpeza e de carregamento (BRASIL, 2008).

De modo geral, por meio dos relatos e percepções dos profissionais envolvidos e das PSRs protagonistas nesta pesquisa, foi possível conhecer outros modos de

realizar as atividades cotidianas, como os cuidados com a própria saúde, higiene pessoal, descanso, alimentação e trabalho, entre outras soluções encontradas. Para o descanso e para lidar com o frio extremo da região da serra, é descrito o uso do papelão: *“porque o frio que vem do chão, é o pior, vou te dizer o papelão ajuda muito.”* (Pitty).

Cazuza também concorda e menciona o papelão como uma forma de se proteger do frio *“papelão é essencial.”* (Cazuza); O papelão além de servir como cama é uma forma de autocuidado para evitar o contato direto com o chão: *“o papelão neutraliza, e fora que as pessoas cospem e sujam as calçadas. Então o papelão ajuda para não ter o contato direto”* (Tim Maia).

Algo que chama a atenção, é que mesmo com carência de recursos materiais, a solidariedade e a invenção de novos vínculos afetivos constituem espaços sociais e de coletividade possíveis nas ruas: *“por exemplo, se tu pegar uma marmita no restaurante, que tu ganhou, tu divide entre os companheiros da rua, dividir com cinco pessoas, sabendo que depois daquela marmita ele não ia ter mais nada. (Cazuza)”*. Observa-se que PSR não são isoladas no próprio manejo de suas vidas, como Kunz (2012, p. 35) menciona: *“o viver na rua não se garante com práticas de isolamento e sem trocas, faz-se necessário tecer redes de solidariedade. Quem cai na rua não tem como viver sozinho. Para ser aceito ‘não pode ser um parasita’ (...).”*

Apesar da mobilidade contínua e das inconstâncias, que dariam características efêmeras nas relações, as interações e conexões vão se reinventando nas ruas. Em meio às conversas, emergiu um relato sobre aspectos de relacionamentos amorosos. Um casal conta a história de como se conheceram, e como convivem em um relacionamento sério há cinco meses: *“nos conhecemos viajando, ele estava no Uruguai quando nos conhecemos, na cidade Soriano, nos conhecemos em um Camping, onde as pessoas ficam quando estão viajando [...] sim, imagina que a gente tem uma filha, uma cachorrinha (risos). (Pitty)”* Durante a roda de conversa o casal expressa suas afetividades, cuidado, intimidades e comprometimento, características comuns em relacionamentos amorosos (DE ANDRADE, GARCIA, CANO, 2009; CUNHA et al., 2017).

No âmbito da saúde, o médico idealizador da Medicina na Rua na cidade de Caxias do Sul, demonstra como se dá o cuidado em saúde para a PSR. Ele menciona algumas das táticas adotadas por um sujeito em situação de rua com uma doença crônica e sua organização dos próprios cuidados:

*“Ele era um paciente com diabetes que nós tivemos.... ele tinha sua insulina, ele tinha em uma caixinha térmica, na mochila dele. Aquilo me marcou muito, porque o paciente diabético é um paciente muito difícil de manejar, é um paciente que briga com a sua própria doença. E aquilo me tocou muito, porque aquele paciente mesmo sendo diabético, e morador de rua, vivendo de rua, conseguia manejar muito bem sua diabetes, com todos os outros problemas sociais, ele tinha um cuidado incrível com os medicamentos, ele me mostrou como ele cuidava e armazenava.” (Médico-ONG)*

Isso demonstra a enorme importância do Sistema Único de Saúde (SUS) e das iniciativas da sociedade civil para que os cuidados em saúde possam se efetivar. Além dos próprios cuidados, os serviços de assistência social tanto de ações governamentais e não governamentais, são acessados para realização de atividades básicas do cotidiano e para promoção de saúde:

*“Normalmente esses pacientes que usam medicação de uso crônico têm um grande auxílio da FAS, eles auxiliam muito, é uma estratégia de que o paciente em situação de rua deixa a medicação com eles e eles têm que ir até a casa para tomar medicação.” (Médico ONG)*

É possível ver que tanto a ONG e quanto a PSR contam com o auxílio das políticas públicas; constitui-se assim, uma articulação entre Estado e sociedade civil. A iniciativa da ONG colocada neste estudo é realizar atendimentos na rua. A proposta é inspirada no médico estadunidense Jim Withers, que há 25 anos sai pelas ruas de Pittsburgh, nos Estados Unidos, atendendo a população em situação de rua. A ideia é ir até os pacientes e não esperar que eles venham até o sistema de saúde, construindo uma relação de cuidado conforme as realidades de cada indivíduo. (WITHERS, 2011).

As ações promovidas pela ONG na cidade, contam com a participação de voluntários de diversas especialidades, que buscam levar saúde integral, por meio de atendimentos multidisciplinares que são disponibilizados de forma gratuita. Entre os profissionais que prestam o serviço no projeto, encontram-se a Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Odontologia, Podologia, Psicologia, Serviço Social, Veterinária e Direito. As ações ainda contam com o apoio de instituições de ensino, Universidade de Caxias do Sul (UCS) e da Fundação de Assistência Social (FAS). Os acolhimentos ocorrem com foco na saúde mental e também promovem encaminhamentos à rede municipal de saúde, conforme as demandas apresentadas.

É importante salientar que esses serviços não podem substituir as ações do Estado, mas devem ser vistos como parcerias possíveis, com diversas potencialidades e com extrema relevância social. Como enfatizado em algumas pesquisas, é importante que essas ações sejam articuladas com diferentes setores, para assegurar o seu atendimento integral, fortalecer a assistência social, e possibilitar as garantias de acesso às políticas públicas e demais direitos humanos. É fundamental que esses serviços respeitem as escolhas de cada indivíduo. (DOS SANTOS, LOPES, SOUZA, 2020; OLIVEIRA; GUIZARDI, 2020).

Ainda referente aos aspectos da saúde, e especialmente em relação ao atual cenário, de enfrentamento da COVID-19 junto à PSR, verificou-se com os dados a necessidade de um olhar atento as especificidades e diversidades da população. As estratégias devem ir além do isolamento, higienização e alimentação. Quando interrogados sobre o contexto atual e os desafios presentes tanto para os profissionais quanto para a PSR, houve declarações da necessidade de cuidados que fossem ao encontro de cada sujeito em situação de rua, correspondendo com suas realidades e vontades:

*“Então é um momento da gente trabalhar a psicoeducação, de acordo com a realidade deles, psicoeducação, uma boa higienização, naquelas pessoas que estão na rua e querem continuar na rua, educá-los a se cuidar na rua, ter todos esses cuidados mesmo estando na rua.”* (Médico ONG)

No entanto, com a intensificação da pandemia, algumas iniciativas em âmbito municipal foram implementadas, bem como ampliação de serviços já existentes. Nesta pesquisa, foi possível coletar dados de algumas destas medidas adotadas no início do período pandêmico em algumas regiões do País, como as unidades provisórias de abrigo. Também, a intensificação dos serviços especializados em abordagem social, com ampliação de equipe e horário das abordagens, muitas destas realizadas em conjunto com profissionais de saúde para aferir e avaliar sintomas do COVID-19, atividades voltadas à orientação quanto ao autocuidado, prevenção em vias públicas ou nos Centros Especializados no âmbito da assistência social. (SILVA, NATALINO; PINHEIRO, 2020)

No âmbito da saúde houve a intensificação e ampliação das equipes do Consultório na Rua, com vistas a conter a disseminação da COVID-19: ações de higiene, como a distribuição de kits com álcool gel 70% água e máscaras; instalação de equipamento de limpeza em vias públicas, e a descentralização e ampliação de

horários de atendimento dos restaurantes populares (SILVA, NATALINO; PINHEIRO, 2020). Enfatiza-se aqui, alguns discursos sobre as unidades provisórias de abrigo:

*“O problema todo é esse aqui, estamos aqui, incrível como existem pessoas de tudo que é lado daqui do Brasil, e esses dias estava tentando parar para refletir, estava aqui pensando, eu cara como é interessante, conviver com 100 pessoas em um lugar fechado, sem poder sair, é um Big Brother Brasil, conviver com várias personalidades não é fácil.”(Seu Jorge)*

*“Estamos aqui parados, passamos todos os dias, podíamos estar nesse tempo aprendendo.”(depoimentos registrados no Diário de Campo)*

*“Isso que você está fazendo é bom, está nos escutando. Um casamento é assim sabia... eu já fui casado, não adianta tu ser casado e tu chegar em casa e não dar atenção para a mulher, então não casa, casamento precisa de atenção.” (depoimentos registrados no Diário de Campo)*

São muitas as personalidades, como mencionado por Seu Jorge, demonstrando a necessidade de escuta dessas vozes, e compreensão de fato seus desejos e vontades. A emergência sanitária traz reflexões de que o de processo de saúde/doença deve ser visto de forma integral e dentro da dimensão ético-política, o que significa pensar para além do campo biológico e condições materiais. Saúde é mais do que bem estar físico, ela é uma dimensão da felicidade pública, direito à liberdade, à participação social e o poder de escolha.

Além da urbanidade interrompida, muitas mobilizações e reações políticas, econômicas e de toda a espécie de organização da sociedade e do Estado, foram adotando estratégias possíveis para enfrentar a crise, principalmente ações a serem tomadas para quem está em condições mais vulneráveis. Diante de todos os dramas, a população em situação de rua, naturalizados nas cidades e subestimados, tornaram-se alvo de preocupação, mas também tiveram suas vidas interrompidas e espaços bloqueados (SILVA, NATALINO, PINHEIRO, 2020). O que evidencia ainda mais, o quanto o período é sentido e vivenciado de formas diferentes para cada pessoa.

Essa discussão também corrobora com a pesquisa realizada por Oliveira e Guizardi (2020), que analisaram a política para inclusão de pessoas em situação de rua no Distrito Federal, no âmbito das ações de assistência social e saúde. No estudo foi possível observar uma baixa articulação dos serviços de atenção à saúde entre si e a sobreposição de suas ações, que atuam nos limites do processo de saúde e doença, e reduzem a resolutividade. Além disso, houve a recorrência de práticas e concepções preconceituosas sobre a atuação com esta população, e a inexistência

de um olhar abrangente para as complexidades dos determinantes da saúde, conseqüentemente, impactando de forma negativa o acesso aos serviços. (OLIVEIRA; GUIZARDI, 2020).

Enfatiza-se que a pandemia da Covid-19 denuncia diversas desigualdades já existentes, sobretudo, como pessoas menos favorecidas são tratadas. A emergência sanitária traz reflexões da permanente violência estrutural ainda encontrada nas políticas públicas, que se utiliza de algumas estratégias segregadoras, mantendo uma inclusão perversa. A existência nas ruas nos afeta e nos convida a lançar um olhar ético e político para as ruas e marquises das cidades. Como citado por Félix-Silva, Sales e Soares (2016, p. 54):

Em alguns lugares, as pessoas, seus colchonetes, roupas e outras coisas penduradas nas árvores. Um museu aberto na rua. A exposição da vida do morador. Uma casa sem paredes, sem teto, sem vidro. Uma casa sem proteção. Uma casa. Hoje, nosso olhar para a cidade é outro. Olhamos as árvores das ruas, árvores guarda-roupas e dormitórios de quem faz da rua sua casa. Nos sinais de trânsito, reconhecemos as pessoas em situação de rua e lembramos suas histórias. Os acenos nos lembram que também fazemos parte da rua. Esse olhar sendo mudado, inclusive quando pensamos nesse modo de vida. Um olhar que vê não somente o sofrimento, mas também amores, amizades, risos e respostas como.

A partir das experiências aqui relatadas, compreende-se que as pessoas que vivem na rua se reinventam, experimentam os espaços, pisam, dormem, choram, se cuidam, se relacionam, e contrariam o sentido hegemônico desse espaço. A rua se torna um espaço vivido, um lugar para habitar na incerteza do trânsito, de carros e corpos apressados. Foram evidenciados os diversos modos de re-existir nas ruas de Caxias do Sul e muitas estratégias adotadas para sobreviver. São múltiplos os fatores de chegada às ruas, assim como os fatores para permanecer ou sair delas. Não somos todos/as iguais! Frase que contempla este segmento populacional, heterogêneo, com histórias diversas.

#### **4.2 As vivências de sofrimento ético-político por parte das pessoas em situação de rua**

Pergunta-se frequentemente: qual é a real necessidade dos excluídos? Aos pobres basta o alimento? Aos discriminados basta a lei? Às crianças basta o

acesso à escola? É evidente que não. Essas são medidas fundamentais, mas não são suficientes. (SAWAIA, 2003, p. 55)

O referencial que embasou este estudo para aprofundar as vivências e re-existências cotidianas da população em situação de rua, foi a afetividade e o sofrimento ético-político (SAWAIA, 2014). Como já salientado, a condição de estar na rua faz parte de um arranjo multifatorial e biopolítico. Nela se encontram uma pluralidade de histórias e modos de vida, as existências são construídas a partir das relações sociais, assim como modificadas por tais relações. Porém, a partir dos afetos negativos vivenciados da condição social, dos estigmas e dos preconceitos ainda existentes, aliena-se a singularidade e/ou a ação criativa da população.

As análises permitiram identificar duas dimensões que representam as vivências do sofrimento ético-político das pessoas em situação de rua em Caxias do Sul: o **desrespeito**, que refere-se a vivências de humilhações, discriminação, rebaixamento, violações de direitos humanos, que conseqüentemente levam a segunda dimensão; o **padecimento e a servidão**, explicados pelos maus encontros vivenciados na rua, à passividade dos indivíduos diante de situações que os constroem, às percepções negativas das políticas públicas, e principalmente o sentimento que leva culpabilização dos indivíduos por estarem em situação de rua. Esses resultados também foram evidenciados em um estudo recente sobre a temática e a PSR. (NUNES; ESMERALDO FILHO, 2020).

Como demonstram os depoimentos das próprias PSRs e dos profissionais que os atendem: *“No sentido eles ficam muito agradecidos por terem tido aquele cuidado, é como se eles sentissem que não merecessem, sabe”* (Psicóloga ONG); *“eu não mereço o cuidado, porque não sei aproveitar”* (Seu Jorge);

*“E depois as profissionais dizem: não ficou porque não quis, não soube aproveitar, aquela velho julgamento, aqui tinha tudo e preferiu estar na rua. E é esse velho pensamento que se naturaliza.”* (Psicóloga ONG).

Enfatiza-se que apesar das falas partirem de sujeitos de diferentes posições sociais, profissionais e PSR, considerou-se os efeitos discursivos que se relacionam. Deste modo, compreende-se que mesmo sendo diferentes as experiências sentidas, existem afetações que coexistem e são efeitos da construção social histórica de como o assunto é visto e tratado pelo Estado e sociedade.

Os protagonistas desta pesquisa mostraram que mesmo vivenciando na pele a exclusão, resistem e reinventam suas histórias. São seres humanos com muitas necessidades, que precisam ser reconhecidos como “gente”, precisam de afeto, dignidade, e precisam se sentir únicos, mas ao mesmo tempo iguais aos seus semelhantes, merecendo respeito, compreensão e atenção.

*“Tem pessoas que chegam aqui e não deixam nem a gente falar, tem pessoas que são assim, interrompem, isso que você está fazendo é bom, está nos escutando. Um casamento é assim sabia... eu já fui casado, não adianta tu ser casado e tu chegar em casa e não dar atenção para a mulher, então não casa, casamento precisa de atenção”. (depoimentos do Diário de Campo)*

*“E agora estamos aí, eu não tenho vício nenhum, eu vivo uma vida normal, eu tenho um sonho, eu preservo muito a minha vida, eu estou esperando que as coisas na minha vida melhorem.” (Tim Maia)*

No entanto, muitas vezes, pela forma como vivem, pelas relações sociais injustas e preconceituosas, as afetividades são negadas e até mesmo inexistentes (SAWAIA, 2003). Como demonstra a Psicóloga que atua na área:

*“Dar pão, água, banho, café e está ótimo, qualquer movimento além disso, é um esforço: nossa eles já tem tudo, café e banho, o que mais precisam, o que mais eles querem? então é uma coisa que vai muito além.” (Psicóloga, ONG)*

É importante ressaltar que o fato de as pessoas estarem abrigadas nos pavilhões da festa da uva/rua, pode ter influenciado os afetos mencionados pela PSR nesta pesquisa. O que se sabe é que anteriormente a pandemia, a PSR já sofria com algumas ausências e com o desamparo.

Por exemplo, a formulação de políticas públicas para esta categoria social passou por diferentes interesses dos governos; no entanto, a parte mais interessada na formulação de políticas públicas é quem delas necessita, cujas verdadeiras necessidades e demandas deveriam ser escutadas. (RESENDE; MENDONÇA, 2019). A questão dos interesses por trás da formulação de políticas públicas e das doações, é mencionada também por uma pessoa em situação de rua, no diário de campo: *“Existem questões políticas e interesses por trás das pessoas de rua, essas doações as arrecadações, tem interesse, é tudo político quando tratam com a gente.” (depoimentos do Diário de Campo)*. Embora a situação de rua seja pautada por alguns

governos, e por organizações da sociedade civil, ela é geralmente tratada por muitas formas de violências e segregação.

Essa visão negativa sobre as políticas públicas, são geradoras do **padecimento do corpo e da alma**. Os maus encontros vivenciados dentro das ações promovidas pelas políticas públicas contribuem para a passividade, porque entrelaçados às 'paixões tristes', mantêm a inércia dos sujeitos. Nesse ponto, instaura-se um sofrimento ético-político e um dilema: se por um lado o segmento social sofre por não serem escutados, invisibilizados nos seus desejos e vontades, por outro, são extremamente visíveis e pautados, quando se fala em interesses políticos e em uma estrutura social que se alimenta de uma inclusão perversa que desumaniza a população (RESENDE; RAMALHO, 2017).

Os discursos banalizados, distorcem os fatos ou filia-se diretamente a perspectivas preconceituosas, influenciando a maneira como se percebe e se reage à precarização da vida nas cidades. Em geral, as distorções ocorrem por relações de poder enraizadas, contribuindo para a reprodução discursiva da desigualdade social. (RESENDE; MENDONÇA, 2019, p. 8)

As pessoas em situação de rua são as detentoras desse saber, do conhecimento vivencial, e que podem realmente dizer quais suas verdadeiras demandas. Contudo, muitas vezes, são silenciadas ao avaliar as políticas disponíveis e as ações públicas executadas (RESENDE; MENDONÇA, 2019). Inclusive, sobre quais ações seriam adequadas na pandemia, que vão ao encontro de suas realidades.

Os relatos da enfermeira que estava realizando os atendimentos na unidade provisória durante a pandemia, ilustra essa realidade:

*“A gente veio para cá, então, logo no início, no final de março, e a ideia que se tinha inicial, era na verdade muito relacionado a questão do corona, era proteger, verificando, os cuidados necessários, veio com essa coisa fechada. Chegando aqui e com o passar dos dias, a gente foi vendo que a necessidade dos cuidados eram maiores, e complexos.”* (Enfermeira-Pavilhões da Festa da Rua)

*“A gente sabe também que no início eram muitas dores, chegavam ali dor de cabeça, dor no braço, dor na barriga, então a dipirona o paracetamol, era quase que uma redução de danos. Porque a dor era outro tipo de dor, era a dor da tensão.”* (Enfermeira-Pavilhões da Festa da Rua)

Conforme a fala da enfermeira, é possível perceber que durante as ações na pandemia, as afetações foram muitas, as preocupações foram além das questões

biológicas e das condições materiais. A dor da tensão evidencia que saúde é mais do que bem estar físico e garantias das necessidades básicas. O isolamento social e o distanciamento afetaram as vidas das pessoas em situação de rua. Suas vidas também foram paralisadas, seus territórios e liberdade de escolha também foram interrompidos. A tensão é atrelada a uma afetação triste, que contribui para a inércia do corpo e da alma do sujeito. Portanto, o sofrimento ético-político aponta as necessidades afetivas e emocionais dos excluídos.

Quando a enfermeira ressalta que as dores demonstradas pela PSR não eram somente físicas, mas dores na alma, reconhece-se que a luta pela sobrevivência não se esgota na dimensão biológica, as necessidades e desejos são muitos e complexas, mas também são eles que fazem parte da humanidade existente dentro de cada um. É esse impulso natural de conservação da vida, que expande as possibilidades e humaniza os sujeitos, a alegria, a felicidade e a liberdade são necessidades tão fundamentais quanto as necessidades básicas de alimentação, abrigo e reprodução (SAWAIA, 2003).

Em relação a dimensão de **desrespeito**, verificou-se através dos discursos algumas situações ainda preconceituosas sobre às condições de viver nas ruas. Estas situações são causadoras de sentimentos de constrangimento, humilhação, desumanização e rebaixamento social. A situação de rua ainda é vista por muitos profissionais que atendem essa população como inapropriada e inaceitável, representando o estar abaixo de uma condição humana digna e de valor, conforme destacado em alguns depoimentos:

*“As pessoas têm um jeito de falar com a gente, do tipo, você é um pobre, você é um inferior” sua realidade é uma merda. Ficam olhando para gente como se fossemos pobrezinhas. Pobrezinha o que precisa? Isso é tão difícil para mim lidar.” (Pity)*

*“Aqui dentro você não é nada, porque se você tivesse valorizado tudo que tu teve, você não estaria aqui hoje. Se estamos aqui hoje cometemos erros, confiamos em pessoas erradas, e tivemos algumas escolhas erradas.” (Seu Jorge)*

*“Tem pessoas que chegam aqui e não deixam nem a gente falar, tem pessoas que são assim, nos interrompem.” (depoimentos registrados no Diário de Campo)*

Essas concepções foram sendo construídas ao longo do tempo, tendo seu revés a partir das “faltas”. A PSR foi estigmatizada pela falta de crença, pela falta de comida, pela falta de trabalho, pela falta de domicílio, pela falta de família. (CUNDA;

SILVA, 2020). A partir disso, uma série de estereótipos se formaram em torno do habitante de rua, numa política estética que coloca a rua como um “não-lugar” na cidade, influenciada pela força dos enunciados dos poderes (filantrópicos, policiais, médicos, psicológicos) que nela atuam. Assim a normativa urbana diz que a rua e quem nela vive, representariam um lugar de desordem inapropriada. (CUNDA; SILVA, 2020).

Além disso, sob influência dos bens de consumo na sociedade ocidental, existem algumas características específicas que provocam estigma e um reconhecimento perverso, que aprisiona as identidades, vistas somente como “sujos”, “mendigos”, “perigosos” e “vagabundos”. (CUNDA; SILVA, 2020). As falas dos profissionais ilustram como o preconceito e a ausência de conhecimento ainda estão presentes na sociedade, quando se trata das pessoas em situação de rua:

*“Familiares meus me olhavam com esse olhar, porque eu estava à frente desse projeto, as pessoas me diziam: você vai lá atender mendigos? como assim? o que vocês fazem? até na sociedade a gente presenciava vários preconceitos de estar lá fazendo esses atendimentos.” (Médico, ONG)*

*“Outra coisa interessante, é que a gente exclui, mas eles sofrem com esse sentimento que eles mesmos acabam reforçando isso também, porque eles se colocam nesse lugar, eles tomam pra si essa invisibilidade, essa estigmatização. Eles também não se expõem, talvez seja um mecanismo de defesa, um meio de proteger e sobreviver, é complexo, eles também se enxergam como inferiores. Às vezes eu passo por alguns conhecidos (se referindo a PSR), que baixam a cabeça, as vezes, tu encaminha para atendimento, para a passagem e ele volta para a rua, ele te para te dizer que não conseguiu ficar, e não consegue me olhar no olho, parece vergonha. São inúmeras questões.” (Psicóloga da ONG)*

São comuns sentimentos de insegurança em decorrências de violências, e de algumas experiências repressivas: *“Eu me coloco aqui no meu lugar de pequeninho”* (Cazuza). O médico responsável pela ONG, fala sobre suas dificuldades de encontrar parceiros que o apoiassem, e como essa questão da insegurança e do medo foi sendo amenizada ao longo da construção de um vínculo com a população:

*“Tanto que no começo ao construir a Ong, nós tivemos também que ir conquistando os parceiros, até na Universidade, hoje nós temos muitas parcerias, mas depois de muitas reuniões e conversas. No começo foi muito difícil, tinha muita resistência, as experiências no começo do projeto, eles estavam mais envergonhados, como era algo novo, e eles nunca tinham ouvido falar, eles iam até o atendimento, alguns só, outros não iam*

*porque achavam que a gente iria internar eles, ou iam mandar eles para os hospitais.” (Médico ONG)*

O contato e o vínculo, entre sujeito e o mundo externo são questões que afetam o corpo e a alma. Nesse caso, percebe-se que os afetos passivos gerados pela censura do olhar das pessoas, e o extremo desamparo sentido, assim como os diferentes desrespeitos aos direitos humanos, fazem parte da vida dessas pessoas e alimentam a alma com afetos tristes, de insegurança, incerteza, medo da violência e de ser internado (NUNES; ESMERALDO FILHO, 2020). Em decorrência da solidão e da falta de empatia, a experiência da população é marcada pelo padecimento e inatividade, que são consequências da baixa potência de ação causada pelo sofrimento ético-político. (SAWAIA, 2014; NUNES; ESMERALDO FILHO, 2020). Destaca-se também que o sentimento de desconfiança por parte da população se torna uma forma de se colocar como mais forte e resistente a todo sofrimento sentido.

A falta de empatia e a desumanização da PSR foram encontradas nos serviços públicos consultados nesta pesquisa. Muitos foram os relatos dos profissionais que trabalham nos serviços, sobre o tamanho desrespeito, descaso dos serviços ofertados, e como a PSR relata “são “ambientes frios e burocráticos”. *“Ultimamente eu estou vendo muita burocracia aqui dentro (Pitty). “Falaram que reformaram esse espaço para nos receber, mas olha esse mal acabamento aqui...eu trabalhei anos na construção, poderia ter feito melhor.” (depoimentos do Diário de Campo)*. As falas representam um sistema mal cuidado, que não leva conta os afetos e as emoções. Alguns profissionais também sentem a mesma dificuldade em realizar suas atividades artísticas junto a PSR:

*“Aquela coisa pronta, fria, que seria um espaço de sociabilização, porque o outro está ali, poxa, onde qualquer um pode cair, e como tu olha para o outro, esse olhar, de repente se colocar nessa posição do outro. O pop rua não tem esse espaço, tipo a minha intervenção é feita no corredor, corredor esse onde eles se aglomeram e ali nós ficamos.” (Musicoterapeuta, Centro POP)*

*“Não tem nenhuma mediação dos funcionários públicos, não sei se é porque ficam muitos surpreendidos, ou porque não acreditam na arte, ou não dominam.” (Musicoterapeuta, Centro POP).*

O relato do musicoterapeuta do Centro Pop retrata as dificuldades de se estabelecer um espaço adequado e humanizado para realizar suas intervenções. Nota-se uma negação e desvalorização de espaços coletivos e criativos para a PSR.

Como os afetos são gerados nos encontros com o outro, o caminho da recuperação da afetividade não está individualização, baseadas no auto esforço, mas sim na coletividade (SAWAIA, 2003). Desse modo, atividades artísticas, podem se tornar um espaço de bons encontros, favorecendo a potência de aprendizagem e aquisição de habilidades requeridas pelo desenvolvimento individual e de expansão dos seres (SAWAIA, 2003).

Os espaços coletivos podem ser baseados nas relações que permitem o reconhecimento, as expressões de carinho, de compaixão e ter alguém para confiar. Negar ou menosprezar isso, é negar a humanidade e banalizar o sofrimento do excluído, pois eles são vistos sem essas necessidades “elevadas”, estão presos apenas à sobrevivência biológica, sem direito a “sutilezas emocionais”, como espaços coletivos e de compartilhamento. Arte, cultura e lazer são considerados dimensões supérfluas. (SAWAIA, 2003).

Esses exemplos de **desrespeito** na forma como são tratados, são experiências negativas, causadores do **padecimento**. Os maus encontros e as situações negativas, geram paixões tristes, produzem sentimentos de desvalorização, inferiorização e desumanização, afetos que diminuem a potência de ação e depauperar a vida. Conforme Gonçalves Filho (1998) a humilhação social é o efeito das desigualdades de classes, e por isso não se atrela somente ao campo psicológico, mas também do político. A humilhação traz às pessoas em condição de pobreza uma mensagem de inferiorização, sendo “frequentemente sentida como uma realidade iminente, sempre a espreitar-lhes, onde quer que estejam, com quem quer que estejam” (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 63). As consequências das humilhações, são, por tanto, as faltas de reconhecimento como sujeitos dignos, internação do rebaixamento político, destruição do autorrespeito, vergonha e sentimento de revolta (GONÇAVES FILHO, 1998; DE ALENCAR; LA TAILLE, 2007).

As políticas públicas apresentaram várias situações que desumanizam e humilham, principalmente, as que ainda permanecem com mecanismos de higienização social (DE ALMEIDA; RIBEIRO JÚNIOR; SOUZA, 2016). Neste estudo não foram citadas situações de violências físicas, mas muitas pesquisas mencionam diversos tipos de violências que acometem a população, como a violência de gênero, da própria segurança pública do Estado, lojistas, seguranças privados e por outras pessoas em situação de rua (ROSA, BRÊTAS, 2015; DA SILVA RAMALHO; DE MELO RESENDE, 2018).

Nas questões atreladas ao âmbito do trabalho, foram mencionadas situações de desrespeito, que os levam para uma relação de servidão laboral (SALGADO, 2011). A população é extremamente desvalorizada, desqualificada socialmente, utilizados como objetos descartáveis (PAUGAM, 2003). Tim Maia, que ficou sem o seu trabalho e sem remuneração, relata:

*“Eu cheguei em Caxias, e estou aqui hoje, porque estava na colheita de maçã em Vacaria, com a pandemia ficamos sem o trabalho. O Patrão demitiu todos os trabalhadores e prometeu pagar pelo trabalho, mas esse dinheiro nunca veio.” (TIM MAIA)*

Conforme verificado em diversas pesquisas, existem muitas pessoas em situação de rua trabalhando no mercado informal, sem registro na Carteira de Trabalho e uma profissão formalmente reconhecida (MAGNI; GUNTHER, 2014; KUNZ et al., 2014). (MAGNI; GUNTHER, 2014; KUNZ et al., 2014). A Psicóloga que participou da pesquisa, fez uma observação sobre o assunto: *“Qual é o espaço da população de rua, é puxar carrinho e catar material reciclável. É onde as pessoas colocam eles. Fica muito restrito para eles.”* O contexto da população, predominantemente indivíduos sendo expostos a condições extremamente precárias, sem renda fixa e sem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, encontra-se em uma relação trabalhista de semiescravidão, conforme aponta Kunz et al. (2014).

A questão do uso das drogas também é uma temática discutida na literatura, uma vez que a dependência química é um dos fatores que passa ser tanto a causa quanto a consequência da situação de rua. A relação estabelecida dialeticamente, se apresenta como uma co-dependência, pois quando se chega as ruas, o uso da drogas se torna uma necessidade para conseguir viver nesse contexto. No entanto, quando se chega às ruas, o uso das drogas se torna uma necessidade para conseguir viver nesse contexto. Sob este aspecto, alguns participantes apontam: *“Ah eu aprendi sozinho violão, com 10 anos, mas depois eu fiquei em situação de rua, morei 12 anos na rua, eu perdi pai, tive problemas na vida, me envolvi com droga.”* (Raul).

*“E também nós abordamos a questão do uso de droga, a gente quais são os pacientes que realmente aquele desejo, aquela motivação para sair das drogas, sempre abordamos e ao mesmo tempo que aqueles pacientes que não tem desejo a gente conversa em como está sendo esse uso, também se é algo injetável, se é o uso de crack, sendo dependentes, nós orientamos em como eles podem se cuidar mesmo sendo usuários, tem que ter muito cuidado com a saúde, por exemplo, aqui em Caxias, nós escutamos deles que eles usam bombril para o uso do crack e queimar mais rápido, então a*

*gente aborda que isso tem malefícios, e as substâncias que eles usam junto.” (Médico, ONG)*

*“Tipo a minha intervenção é feita no corredor, corredor esse onde eles se aglomeram e ali nós ficamos, eles contam de onde vem, para onde vão, como foi a noite durante a madrugada, contam sobre alguns episódios, episódios de glória dos tipos, hoje eu comi, hoje eu não usei droga, hoje eu decidi seguir outro caminho, procurar emprego, e outros, falando que “ah essa noite eu me droguei”, “eu roubei, eu briguei”.* (Musicoterapeuta, Centro POP)

O estudo de Saldanha (2011) ressalta que o uso das drogas pode causar paixões tristes, afetos que levam à dependência, à perda de autonomia do corpo. Ao mesmo tempo, a droga é utilizada para a superação do sofrimento-ético político, mas acaba por reproduzir esse sofrimento. As observações feitas no diário de campo, identificaram relatos dos profissionais e da própria população, sobre pessoas que optaram por não ficar no espaço porque tinham sua rotina na rua já estabelecida, como o trabalho, e até então pelo uso de drogas.

*“Tem pessoas que estão na rua e gostam de ficar por causa da vida mesmo, das drogas principalmente. Tenho um exemplo, a prefeitura abriu umas vagas para nós de emprego, mas daí uns lá, foram nos primeiros dias, e depois estavam na rua, por causa da abstinência, falta da droga. Tem pessoas que pararam aqui dentro, eu quero ficar aqui porque é melhor do que estar lá fora.”* (depoimentos registrados no Diário de Campo)

*“As coisas estão ficando organizadas aos poucos. Alguns atritos, abstinência, o corpo sacode com a falta da droga. Momentos confusos. A dificuldade de controlar a abstinência atormenta o cérebro. A sensação de vazio as vezes é incontrolável.”* (depoimentos registrados no Diário de Campo)

Embora se tenha muitas discussões a favor do modelo de atenção de redução de danos, se vê ainda que algumas ações por parte do Estado e das Políticas Públicas são posicionadas pelo viés do proibicionismo de atenção. (MARCHETTI; SAEKI, 2019). Ao chegar nos pavilhões, as PSRs tinham alguns dos seus pertences e objetos pessoais recolhidos e guardados, inclusive o uso de drogas foi proibido. Essa questão se torna bastante emblemática para compreender como são construídas ações de cuidado à inclusão social. Nesses casos, pode-se notar grande dificuldade por parte da população de lidar com o objetivo imposto, abstinência. Novamente são colocados em uma inclusão perversa, que não inclui outras facetas igualmente importantes relacionadas ao consumo de drogas. (MARCHETTI; SAEKI, 2019).

Em relação ainda ao padecimento, em alguns momentos são vivenciados os sentimentos de tensão, desconfiança, insegurança. Outros sentimentos muito citados foram a autculpalização, vergonha e o não merecimento. Esses afetos podem ser identificados claramente nas falas dos entrevistados:

*“Aqui dentro você não é nada, porque se eu tivesse valorizado tudo que eu tive, não estaria aqui hoje. Se estamos aqui hoje cometemos erros, confiamos em pessoas erradas, e tivemos algumas escolhas erradas.”* (Tim Maia)

*“Eu me lembro de uma fala dela que foi muito foda, fez uma pergunta para a galera: o que vocês sentem quando passam por uma casa e tem uma família feliz, com um carro na garagem?”* (Pitty)

*“Às vezes eu passo por alguns conhecidos (pessoas em situação de rua), que baixam a cabeça, as vezes, tu encaminha para atendimento, para a passagem e ele volta para a rua, te dizer que não conseguiu ficar, e não consegue me olhar no olho, parece vergonha.”* (Psicóloga-ONG)

*“E eles sempre com o discurso “nossa vocês estão aqui ajudando a gente”, não sei o que, mas né, “ como se eles não merecessem. Nas próprias falas deles, eles reforçam que não merecem ser vistos, cuidados, tem algo que eles falam muito, usam muito que é “eu não mereço o cuidado, porque não sei aproveitar”, É algo tão disseminado que começa fazer parte do que eles são.”* (Psicóloga-ONG)

Nos exemplos, percebe-se que a partir de suas vivências, algumas situações foram gerando a culpabilização, vergonha, e o sentimento de não merecimento de ser cuidado e respeitado como seres humanos. A culpa é um afeto que diminui a potência de ação, os indivíduos passam a ser tomados por paixões tristes, resultando em padecimento e submissão (NUNES; FILHO, 2020). Esses sentimentos foram identificados em todas as conversas e no diário de campo. São culpas por estar na situação, como se tivessem permitido estarem ali, seja pelo vício por drogas, por envolver-se com más companhias, fazer escolhas erradas ou não ter valorizado o que tinha, especialmente a família. (NUNES; FILHO, 2020)

Os resultados apresentados estão coerentes com as discussões de Rodrigues, Lima e Holanda (2018), que identificaram que a culpabilização das pessoas em situação de rua, parte do sentimento de inferiorização, e é influenciada e reforçada pela lógica moralista e proibicionista em relação ao uso de drogas, fortalecendo os estigmas. A culpabilização também está ligada à naturalização da pobreza e da

desigualdade social. O sistema capitalista compreende a pobreza como disfunção, desajuste ou déficit educacional e falta de capacidade dos próprios indivíduos, contribuindo fortemente para a sua culpabilização, responsabilizando-os pelas próprias condições (SIQUEIRA, 2011).

Em Caxias do Sul, “a cidade da fé e do trabalho” (OLIVEIRA, 2015), pode ser geradora de afetos ligados a culpa, aumentando a estigmatização de pessoas que se encontram na situação de rua. Interpretados como “vagabundos” – antítese do homem econômico, empreendedor (CUNDA; SILVA, 2020).

Os relatos salientam que o processo de culpabilização, ignora os condicionamentos socioeconômicos, históricos e políticos da pobreza e da desigualdade social, as quais são vistas como características naturais da sociedade. (FIORATI *et al.* 2016; SAWAIA, 2014). O sofrimento ético-político da auto culpabilização possui capacidade de gerar afetos que mantem indivíduos presos ao padecimento e a subalternização. Para Spinoza (2009), alguns afetos são capazes de deteriorar a vida do ser humano, como medo, vergonha, aniquilação e insegurança.

Neste capítulo, apontou-se que as necessidades afetivas e emocionais da população em situação de rua revelam o lado perverso de como são tratados diariamente, incluídos perversamente. Na verdade, eles são excluídos como seres humanos em sua integralidade, e incluídos de forma parcial, já que a diversidade das suas experiências é acolhida, no intuito de manter o controle e administrar suas vidas. No próximo capítulo, demonstra-se que não é possível controlar as emoções, mas sim, acolhê-las e reconhecê-las. Trabalhar na perspectiva dos afetos é agir sobre qualquer forma de poder.

Sendo assim, ao analisar a exclusão a partir desse viés, propõe-se incorporar na inclusão os afetos que proporcionam a felicidade e a liberdade. É necessário fomentar espaços onde seja possível a exposição das emoções, a construção de relações coletivas, solidariedade, sentimento de pertencimento e reconhecimento. Para Vigotski (1999), a arte é um recurso fundamental para se atingir esse objetivo, pois ela é uma “técnica das emoções”, que motiva o processo criativo e da imaginação.

### 4.3 Os afetos potentes vivenciados pela população em situação de rua

A arte de viver em situação de rua [...] É a arte de surpreender com sua vida nômade, sem espaços estriados, sem vidros, tijolos, paredes, sem cama, sem teto. É a arte de viver nas veias abertas da cidade, onde tudo é trânsito, passagem, fluxo. Arte de fazer arte dos artesãos de rua, que transformam o descartável em matéria-prima para o seu ofício; a arte de "fazer de tudo" como forma de ganhar a vida - fazer capinagem, descarregar caminhões e dejetos da construção civil, vigiar carros - a arte de fazer arte como resistência política ativa, onde a vivência na rua se torna um vetor de corte nessa passagem. Criando formas de viver em situação de rua como expressão dos processos de subjetivação em saúde mental. (FÉLIX-SILVA; SALES; SOARES, 2016, p. 48)

Estar em situação de rua não é apenas vivência de padecimento e servidão. Durante nossos encontros, a rua mostrou-se como um espaço que reflete a multiplicidade do mundo, as falas apontaram para re-existências de modos de viver, de pessoas que mesmo assujeitadas às condições de vulnerabilidades, se transformam a partir dos relacionamentos com outros dispositivos. (FÉLIX-SILVA; SALES; SOARES, 2016). Diante disso, a grande questão desta pesquisa foi questionar o que é felicidade e liberdade para quem vivencia a exclusão e os afetos que podem aumentar a potência do corpo. Tim Maia destacou esse aspecto em suas falas, quando colocou a felicidade como sinônimo de viver conforme seus sonhos e desejos:

*“A felicidade tem um conceito muito amplo, porque cada um tem um desejo de ser alguma coisa, a minha mãe uma vez me disse, e foi algo que me despertou: eu tenho uma casa, mas me sinto vazia. Eu olhei para ela e disse que uma pessoa só vive completa, quando vive conforme seus sonhos. Eu quero chegar nos Estados Unidos ainda” (Tim Maia).*

Viver impulsionado pelos desejos deveria ser uma das principais fontes de emancipação e autonomia dos seres humanos, como sustenta a teoria de Sawaia e Chauí, baseadas em Espinosa (1957). A força que vem dos desejos a qual ele se refere, não é apenas uma força para se manter vivo, mas sim uma força que expande o corpo e a mente na busca por felicidade, por aquilo que se acredita e sonha, que são necessidades tão fundamentais à existência humana como o são os alimentos, os abrigos e a reprodução biológica (SAWAIA, 2009). No caso das PSR, essa

liberdade de escolha muitas vezes é negada, ou seja, os desejos são excluídos. Para Sawaia (2009) a falta do direito de escolher pode ser tanto gerador de sofrimento quanto a falta de moradia, pois esta é fruto da falta de liberdade.

Nas vivências nas ruas alguns encontros com o outro aumentaram a potência de ação, mesmo diante de muitos obstáculos, como diz Paul Virilio (2011): “nascer na dor do confronto”:

*“Percebi que tinha muitas coisas para viver na rua, e uma das coisas que eu aprendi foi ter mais humanidade.” (Cazuza); “É eu não sou tímido, eu sou baiano, então sou mais extrovertido. A nossa vida praiana, salvador é tudo mar, é isso que me traz essa melanina e resistência (risos)” (Seu Jorge).*

Na pesquisa de Félix et al. (2016), enxerga-se o contexto de rua para além das estigmatizações que reduzem a população à mendicância e à indigência. As vivências são retratadas como uma verdadeira arte de se surpreender com uma vida nômade, sem espaços restritos, tijolos, paredes, sem cama, sem teto. É o andar pelas cidades, pelo trânsito; é movimento e passagem de existências. O autor se refere a população como artesãos, que transformam o descartável em matéria-prima, a arte de “fazer de tudo” como forma de ganhar a vida, capinagem, reciclagem, descarregar caminhões e dejetos da construção civil, vigiar carros. Estabelece-se assim, a arte de resistência política ativa, criando formas de viver em situação de rua como expressão dos processos de subjetivação. (FÉLIX, et al. 2016).

Durante as inserções no campo de pesquisa, uma oficina de música ofertada dentro do Centro POP, se mostrou um espaço potente dialógico, de cuidado e acolhimento, das expressões de modos de vidas, mesmo para aqueles que não sabem ou não querem se envolver na produção artística. (ARNDT; MAHEIRI, 2020; MATRACA; ARAÚJO JORGE, 2015). Como um importante informante, o Musicoterapeuta auxiliou no andamento da coleta dos dados e na facilitação da construção de vínculo entre pesquisadora e demais participantes desta pesquisa.

*“Tipo a minha intervenção é feita no corredor, corredor esse onde eles se aglomeram e ali nós ficamos, eles contam da onde vem, para onde vão, como foi a noite durante a madrugada, contam sobre alguns episódios, episódios de glória dos tipos, hoje eu comi, hoje eu não usei droga, hoje eu decidi seguir outro caminho, procurar emprego.” (Musicoterapeuta – Centro POP)*

Figura 1- Moradores de rua de Caxias do Sul vão desfilir no bloco do Centro Pop na sexta



Fonte: Jornal Pioneiro. Editado pela autora.

A oficina, além de ser um espaço de ensino-aprendizagem sobre música, também transforma material reciclável em instrumentos musicais. Foi observado que os participantes, conforme interagiam uns com os outros, expressavam suas afetividades. Estas expressões foram sendo manifestadas entre as trocas sociais e afetivas, lembranças, repertório de canções, melodias, ritmos e gêneros musicais, estratégia de transformação da tessitura socioafetiva. (ARNDT; MAHEIRI, 2020; MATRACA; ARAÚJO JORGE, 2015). Durante esse momento eles falaram sobre suas queixas, as vivências nas ruas e suas histórias de vida.

*“Ah eu aprendi sozinho violão, com 10 anos, mas depois eu fiquei em situação de rua, morei 12 anos na rua, eu perdi pai, tive problemas na vida, me envolvi com droga, hoje eu estou bem, me deram uma oportunidade, eu abracei, e hoje estamos aqui. Estou aqui na atividade. Então a música nos une aqui, é algo que é próximo a nós!” (Raul)*

Fotografia 1 – Grupo de Musicoterapia



Fonte: Registrada pela autora.

Esses encontros nos corredores possibilitam encontros potentes, ampliando as maneiras de ser, se relacionar e estar no mundo. (ARNDT; MAHEIRI, 2020; MATRACA; ARAÚJO JORGE, 2015). Estrutura-se um ambiente para manifestação das afetividades e de transformação da realidade. (PEREIRA; SAWAIA, 2020). Enquanto conversávamos, era possível sentir a emoção que transbordava nos relatos do musicoterapeuta ao falar sobre a história e suas as motivações para esse trabalho:

*Então, meu trabalho no pop rua, já faz 4 anos, eu sempre estive envolvido com as questões corporais e a música, eu vim de também de uma comunidade quilombola que trabalha muito sobre isso. Sempre tive a música como meio de comunicação. Eu iniciei trabalhando aqui em Caxias, no Sesc, depois o meu trabalho ficou conhecido e o Centro Pop entrou em contato comigo para que eu fosse fazer um trabalho no Carnaval com a população de rua. Mas, depois eu continuei, escrevi um projeto dizendo da importância, encaminhei para a prefeitura. Hoje realizamos esse grupo lá, que é uma musicoterapia. (Musicoterapeuta- Centro POP)*

Fotografia 2 – Instrumentos de material reciclável



Fonte: Registrada pela autora.

Na medida em que o material é transformado em instrumento musical, o lixo antes visto como algo “renegado”, “desagradável”, assim como as marcas do olhar social que estigmatiza a população relacionando-os à “sujeira”, “loucura”, “vagabundagem”, “falta de qualificações morais e profissionais” (MATTOS, FERREIRA, 2004) ou “preguiça” (SNOW; ANDERSON, 1998), ganha novos significados e sentidos, dando visibilidade à população em situação de rua em geral. Esses relacionamentos e a possibilidade de encontro com as suas próprias potencialidades, produz rupturas e promove novos regimes de visibilidade e novas formas de convivência, bem como, o encontro com suas próprias qualidades, através das vozes que cantam e corpos que se manifestam coletivamente (PEREIRA; SAWAIA, 2020)

*“Então eu me encontrei quando conheci esse projeto de música, ele tem uma vibe muito positiva, e a gente se junta aqui e dá certo, quando eu olhei para ele: vou ficar por perto, porque algo vai dar certo, alguma coisa vai sair, contagiou sabe.”* (Referindo-se a oficina de música). (Tim Maia)

*“Mas meu processo primordial é ir por eles, pelos usuários, e de uma forma criar uma rede, um clã que dialogue, e esse clã e diálogo através da música,*

*através da história do instrumento, eu falo de onde eu venho, do que é o meu trabalho, falo do que a música me ofereceu e me proporcionou, e o que a música pode proporcionar” (Musicoterapeuta- Centro POP)*

Os encontros também resgatam afetos desfeitos, que nutrem novas parcerias, geram novas formas de estar no mundo e aumentam os sentimentos de união, satisfação, alegria e pertencimento (MIURA; SAWAIA, 2013; CABRAL; JÚNIOR; VERONESE, 2016).

As experiências da população de rua são marcadas por muitas dores que surgem a partir da exclusão, da opressão e de terem seus corpos negados. De tal modo, formas de se manifestar por meio da cultura e da arte transformam a rua em palco, uma vez que a arte auxilia na produção de relações sociais, abrangendo a pluralidade e a heterogeneidade indissociáveis da vida em sociedade. (DELFIN, ALMEIDA, IMBRIZI, 2017).

*“Eu vou então com esse método, como artista e com esse politizar referências, dentro de um poder negro, como cidadão e vou com esses conceitos. Até então nunca houve espaço para eu expor, essa intensidade e aptidão para a arte. É falar através do corpo, dos gestos, da arte, da música. Formas de ouvir os ruídos, através do material reciclável. Ruídos das panelas, das latas, dos tambores, e sacolas.” (Musicoterapeuta- Centro POP).*

A partir desse relato sobre sua história, o músico assume um papel político junto à população, reivindicando pelo protagonismo e representatividade. Pensando nas relações racializadas no Brasil, a representatividade negra em todos os espaços de criação e veiculação de arte e cultura, forma modos de resistência ao poder que exclui, mata e segrega alguns povos por décadas. A militância ligada às manifestações populares, fortalece a construção identitária, o pertencimento racial e a militância política. Ter consciência política movimenta os corpos para ecoar vozes e ações. Compreender estilos, produções corporais, vestimentas, preferências estéticas, modos de falar e de agir, transforma pessoas em atores sociais por meio de manejos, num processo de ampliação da heterogeneidade e da diferença, abrangendo a diversidade humana relacionadas à etnia, cor/ raça, gênero, sexualidade, religião, geração, classe. (SIMÕES; GIUMBELLI, 2010).

*“É um trabalho que é desenvolvido, é através da minha fala, através da forma como eu passo esses instrumentos. Onde eu chego, levo meu material, e entrego as “paquetas”. A forma como eu falo também, essa fala que vem da noite, vem da minha trajetória “e aí negão”, “passa um 1 real”. Tu sabe, entende... Eles se identificam comigo.” (Musicoterapeuta- Centro POP)*

Ter consciência/sentimento é a forma como encontramos a potência de agir, agir a partir dos encontros com o outro, que estão comprometidos socialmente, não por obrigação e sim pela ontologia. São os afetos que derrubam muros e unem os esforços. A união de corpos e mentes constitui o sujeito político coletivo, onde o desejo de resistência nasce do sentimento de indignação, passando para o direito de derrubar aquilo que oprime e invisibiliza corpos. Só se consegue lutar quando se é afetado pela percepção de amizade e generosidade vindas dos bons encontros, que faz o sujeito querer transformar a sua relação com o mundo (SAWAIA, 2009).

As mudanças e o sofrimento causados pela pandemia alteraram o cotidiano de todo o mundo. Para a população em situação de rua, não foi diferente, os espaços foram restritos, o tempo e as relações sociais foram alterados. Ao se verem isolados dentro dos Pavilhões da Festa da Rua, a necessidade de acolhimento e amparo foram sendo anunciados.

*“A gente veio para cá, então, logo no início, no final de março, e a ideia que se tinha inicial, era na verdade muito relacionado a questão do corona, era proteger, verificando, os cuidados necessários, veio com essa coisa fechada. Chegando aqui e com o passar dos dias, a gente foi vendo que a necessidade dos cuidados eram maiores, e complexos. Em saúde é muito mais amplo, o corona sim se tem esse olhar, olhando os sintomas e tals, eu acho que muitos que estiveram aqui e ainda estão, aproveitam esse momento da saúde em geral, então assim, puxa lá a questão, o cuidado dentários, houve muitos encaminhamentos para dentistas, outras dores, como indisposição, dor de cabeça, ambulatório de infectologista, a gente conseguiu ampliar o cuidado de saúde. Vieram as meninas também Psicólogas do centro pop, do pop rua, e teve também o pessoal da cruz vermelha.” (Enfermeira – Pavilhões da Festa da Rua)*

*“É as vezes tem esses momentos, as vezes estamos em momentos mais assim, as vezes a gente procura também, as vezes eu joga capoeira, ele faz o malabares dele, as vezes eu vou lá fora medir a pressão, só para dar um tempo mesmo, tirar onda. Porque eu não tenho nada para fazer (risos).” (Seu Jorge)*

Um artista de rua encontrou na sua arte, um reconhecimento e uma forma de lutar por dignidade. Dentro do abrigo provisório, ele e um amigo estimularam a

construção de um laboratório da arte (como eles nomearam), que consiste em um espaço de práticas grupais para ensinar pinturas em tela e esculturas com troncos de árvores reutilizáveis, para os demais abrigados no local. Esse espaço se tornou uma fonte de potência e expressão de sentimentos.

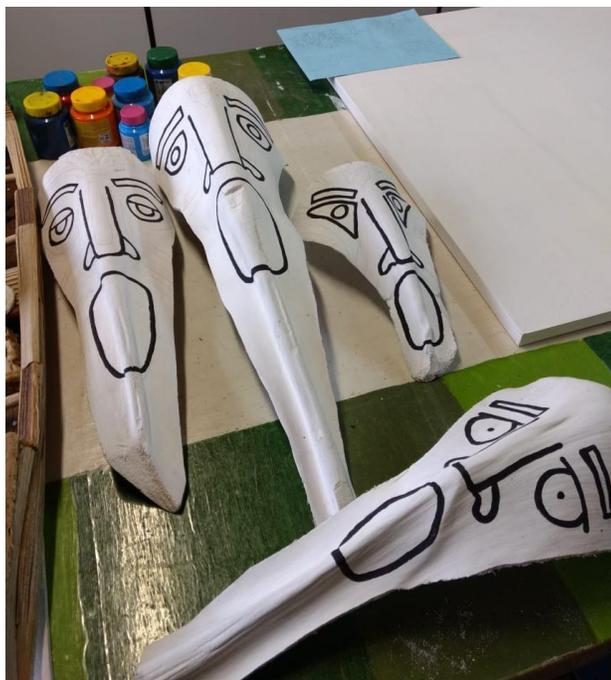
*“O laboratório da arte mostra, as nossas atividades dentro da arte, estamos envolvidos na arte, nós vamos ter apoio e financiamento agora, é e uma forma que temos de mostrar nossa função, não somos vagabundos, não somos bandidos, nós estamos aqui para mudar, e vamos melhorar e mudar com toda força que Deus nos deu, as pessoas pensam que não somos ninguém, a arte é cultura, é o nosso trabalho e precisamos ser valorizados, nós estamos aqui para mudar, nós somos alguém.” (depoimentos registrados no Diário de Campo)*

Fotografia 3 - Árvore dos sonhos



Fonte: Registrada pela autora.

Fotografia 4- Escultura “Medo e tristeza na Pandemia”



Fonte: Registrada pela autora.

O espaço da arte durante o isolamento social nos pavilhões, foi outra estratégia para mostrar o quanto necessitam de valorização, bem como um recurso terapêutico para a expressão dos sentimentos e das emoções que o momento impôs, expressados nas esculturas as sensações de insegurança, medo, desamparo e desalento. (CARVALHO, 2020). Essas atividades estimularam a criatividade e a felicidade, demonstrando que podem ser um reproduzidor de momentos afetivos e transforma-dores. Sawaia destaca que:

somente quando os limites impostos ao corpo forem sentidos como afetos tristes e sua expansão for sentida como alegria, somente quando a ignorância for experimentada como tristeza e pensar livre como alegria, das paixões passa-se à ação. A alegria e a criatividade potencializam a força do nosso corpo e da nossa mente para não capitularmos ante as tragédias que a desigualdade social nos reserva, bem como para mantermos aceso nosso desejo de nos organizarmos em mil diferentes níveis coletivos para resistir ao mal. Potencializam, ainda, nossa sensibilidade de nos alegrarmos com nossa descomoditização e nos indignarmos com a desigualdade social. (SAWAIA, 2009, p. 370).

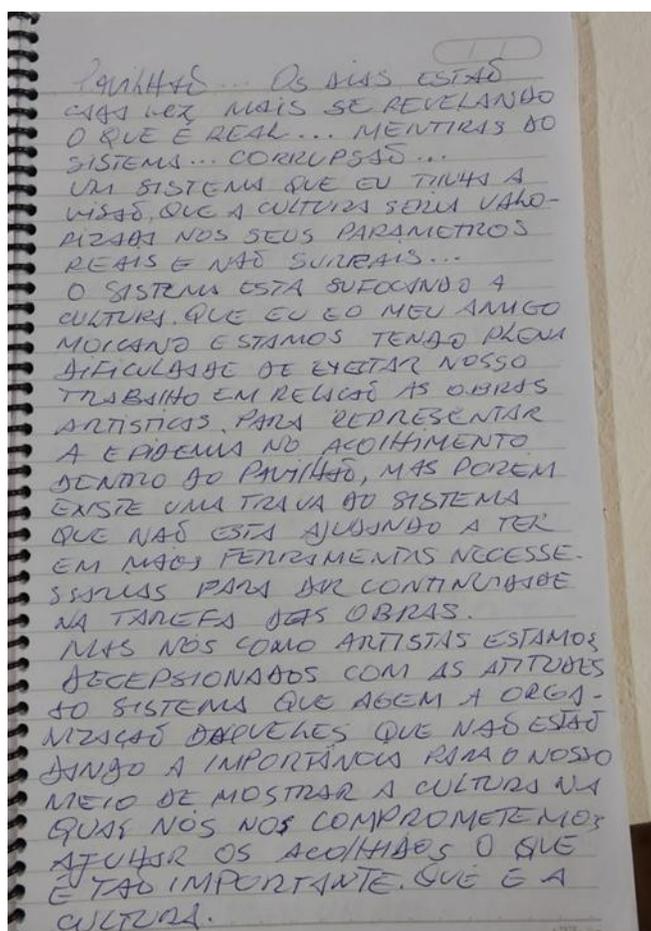
O artesão ainda fala sobre o que é para ele se ver como artista e sobre seu desejo de resistir ao poder, resistência que nasce de um sentimento de indignação e se

transforma em um direito de derrubar a força. A forma como ele se coloca a ensinar os outros, pode ser entendida como um ato de generosidade e solidariedade, vindas a partir de relacionamentos de amizade, que aumentam a potência de agir coletivamente. (TITTONI; TIETBOEHL, 2020)

*“Ser artista é ser meio psicólogo, psicanalista, eu expresso o que eu sinto. Estou escrevendo um livro, um diário dos dias passados nos pavilhões. Mas sabe, tenho que ter cuidado porque lá eu falo algumas coisas que podem ser difíceis. Falo do sistema, falo da minha sobrevivência. Eu estou sobrevivendo, todos estamos.” (depoimentos registrados no Diário de Campo)*

Posteriormente, a foto do seu diário retrata o sentimento de indignação (a foto foi tirada com permissão). Demonstra o quanto estas vidas resistem, mesmo fragilizados, teimam em resistir. (FÉLIX et al., 2016) Resistência, muitas vezes, doloridas e ao mesmo tempo criativas, cheias de esperança. (CASTELLS, 2013; TITTONI; TIETBOEHL, 2020)

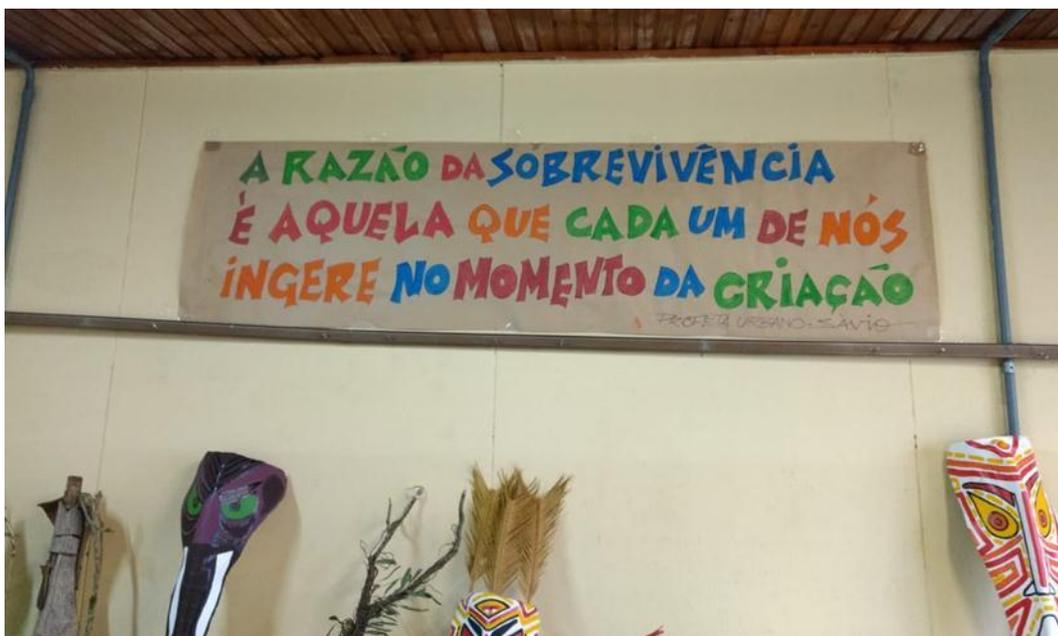
Fotografia 5- "Diário do Artesão na Pandemia"



Fonte: Registrada pela autora.

*“Os dias estão cada vez mais se revelando o que é real mentiras do sistema... corrupções. Um sistema que eu tinha a visão que a cultura seria valorizada nos meus pensamentos reais e não surreais. O sistema está sufocando a cultura. Que eu meu amigo Moicano estamos tendo a plena dificuldade de executar nosso trabalho em relação as obras artísticas. Para representar a epidemia no acolhimento dentro do pavilhão, mas porém existe uma trava do sistema que não está ajudando a ter em mãos as ferramentas necessárias para dar continuidade na tarefa das obras; mas nós como artistas estamos decepcionados com as atitudes do sistema que agem a organização daqueles que não estão dando a importância para o nosso meio de mostrar a cultura na qual nós nos comprometemos ajudar os acolhidos o que é tão importante. Que é a cultura. (Foto do diário que está sendo escrito pelo artesão)”*

Fotografia 6- “Escrita do artesão”



Fonte: Registrada pela autora.

A sensibilidade do artista demonstrava sua força e seu desejo de não se enquadrar a um modelo normativo imposto, mas sim, encarar a vida como uma forma de experimentação de outras possibilidades, a partir das construções afetivas no encontro com o outro. (TITTONI; TIETBOEHL, 2020). Seu desejo de ensinar e se expressar através da arte era o seu poder sobre a vida – biopoder – responde o poder da vida – biopotência. As pessoas que parecem completamente submetidos à axiomática do capital, ou reduzidos à passividade, a vida aparece como fonte de valor,

como potência viva que extrapola as economias de poder que pensavam controlá-los (TITTONI; TIETBOEHL, 2020).

As emoções, embora vividas no âmbito privado, se manifestam a partir de um processo relacional, sendo, por isso, ética e política, pois afetam quem se emociona e possibilita emancipação ou aprisionamento. Na medida que se é afetado, também se é impelido, como uma possibilidade de cristalizar-se ou produzir uma nova racionalidade transformando a si e seu contexto. (PEREIRA; SAWAIA, 2020).

Ao discutir sobre as afetividades no contexto das políticas públicas, enfatiza-se que muitas vezes, a população não é tratada em sua complexidade, vistas como sem necessidades de afetos e restringidas ao direito à saúde e ao autocuidado. (VALE; VECCHIA, 2020). Algumas iniciativas da sociedade civil despontam neste cenário como promissoras nos encontros potentes e transformadores, que ampliam a visão de cuidado atrelado aos desejos e necessidades de cada pessoa, como é o caso dos relatos sobre a ONG que participou desse estudo.

*“Então é um momento de a gente trabalhar a psicoeducação, de acordo com a realidade deles, psicoeducação, uma boa higienização, naquelas pessoas que estão na rua e querem continuar na rua, educá-los a se cuidar na rua, ter todos esses cuidados mesmo estando na rua.”* (Médico- ONG)

Com algumas limitações é possível ver também alguns avanços no âmbito das ações por parte do Estado, principalmente quando a própria ONG realiza seus atendimentos a população em parceria com as Políticas Públicas e Universidades. (LOPEZ; ABREU, 2014). Com muitos desafios, existem em certa medida experiências equitativas, intersetoriais e participativas.

*“Hoje nós já conseguimos encaminhar esses pacientes para o próprio ambulatório central da Universidade, é como se eles tivessem uma preferência, porque os pacientes que chegam até aqui, vem da UBS, da UBS, com os médicos de rua nós conseguimos pular essa parte da UBS, nós passamos direto eles. Nós conseguimos fechar essa parceria e os próprios médicos se sensibilizaram com o tempo com o projeto, eles normalmente tinham uma agenda fechada e agora muitas especialidades abriram uma consulta extra para quem passa pelos médicos de rua, eles apadrinharam o projeto dando essas vagas a mais nos dias, eles encaixam esse paciente.”* (Médico- ONG)

*“É um projeto multidisciplinar, então todas as áreas da saúde realizam o atendimento, além disso, atendimento jurídico, tem o serviço social, e nós*

*realizamos realmente um atendimento biopsicossocial. Um atendimento de carinho, um atendimento de atenção, de amor ao próximo.” (Médico- ONG)*

A partir dos resultados da pesquisa, observou-se ainda que as ações do Poder Público são voltadas para as estratégias tradicionais de afastamento e isolamento das pessoas em abrigos, como é caso da estruturação de um abrigo provisório durante a Pandemia. No entanto, percebe-se que algumas relações entre população de rua, políticas públicas, ONGS e sociedade civil, são baseadas nas trocas de afetos e na reciprocidade. (SABOURIN, 2011)

*“Eu fiz um atendimento de um chileno lá e já estava alguns anos aqui no Brasil e toda a experiência de vida, foi sensacional, até no final do atendimento eu pedi um abraço, porque a troca foi muito significativa e emocionante para mim. Para mim, os médicos de rua trazem muito mais que uma vivência acadêmica, me trazem uma vivência humana, trabalhar a empatia, o humanismo dentro de nós.” (Médico, ONG)*

*“Quando eu chego em uma aula minha, eu não crio expectativa. Eu penso “se ninguém quiser tocar hoje” eu toco. Mas o meu objetivo é tirar aquele que está lá no fundão da sala (muitas vezes, envergonhado, ou as vezes não quer saber da aula naquele dia, porque não está bem ou brigou com alguém, o meu objetivo é que esse venha para frente comece a tocar).” (Musicoterapeuta, Centro POP)*

De fato, as relações demonstradas neste capítulo, evidenciam trocas de saberes na arte e na música, a partir de uma ajuda mútua, fortalecendo laços sociais, sentimentais e simbólicos. Diferenciam-se da troca mercantil porque não implicam uma retribuição imediata, mas sim, um reconhecimento da alteridade, das aptidões, e a valorização dos saberes locais (SABOURIN, 2011).

*“Tem umas oficinas manuais, e quase todo mundo menciona, eu sei fazer isso, eu sei fazer aquilo. Hoje vamos fazer tal coisa, e o fulano vai ajudar, porque o fulano sabe, nossa eles se sentiam muito valorizados. (Psicóloga, ONG)”*

Nesta troca pedagógica, se constroem relações de reciprocidade simétricas, contribuindo para consciência de si mesmo das categorias que geralmente são oprimidas. Em ambas as oficinas de aprendizagens ou situações de aprendizagem mútua estabelece-se uma paridade entre as pessoas. (COUDEL; SABOURIN, 2005).

Nestas relações de reciprocidade que se gera afetos potentes, capazes de constituir justiça e contrapoderes.

Sob a perspectiva da teoria da reciprocidade, notamos que relações estruturadas na simetria entre os laços podem gerar afetos relacionados à amizade, justiça e responsabilidade, passando a existir uma possibilidade de melhorar as condições de existência (TEMPLE, 1997). Espaços com práticas grupais produzem outras ressignificações de si a partir das novas relações sociais. Organizar espaços grupais é reconhecer um espaço de potência de ação, em que indivíduos se sentem livres, porque são escutados, cuidados e respeitados em suas singularidades. Assim, podem se identificar, se diferenciar, reconhecer sua história e condição humana fundamentalmente criadora. (PEREIRA, SAWAIA, 2020)

Outra importante relação observada é o laço afetivo com animais de estimação (MARTINS; CAPELLI; BERTANHE, 2017): “Sim imagina que a gente tem uma filha, uma cachorrinha, lá está ela dormindo” (Pitty). Conforme o relato da Pitty, a cadela adotada é um membro de sua família, fruto do seu relacionamento amoroso. No diário de campo também foi possível registrar o mesmo relato: “É o meu filho, paguei 500 reais por ele. Tu quer tirar uma foto eu e ele... hoje eu estou arrumado, mas tira dele também” (Diário de Campo). O encontro com o outro-cão, mesmo sendo diferente do relacionamento com outros humanos, pode ser olhado como um novo arranjo de relacionamento, associado a resistência às tristezas - dominação, exploração, miséria, destruição, violência, opressão – permitindo a percepção da amizade, lealdade e generosidade como algo útil (CHAUÍ, 2003; QUEIROZ, 2010).

Uma pesquisa investigou as particularidades dos relacionamentos humano-canino em pessoas em situação de rua. (BALTAR; GARCIA, 2019). Um importante aspecto observado, foi a tendência à concepção do cão como protetor pelo contexto de vulnerabilidade ao qual estão suscetíveis, como companheiro de trabalho, como sinônimo da própria valorização e do poder ter/sentir mais amor e carinho (BALTAR; GARCIA, 2019). Também foram observadas por Queiroz (2010) afetações positivas vividas pelo membro do par homem-cão. Os autores discutem a necessidade de atenção especial às políticas públicas que regulamentam o acompanhamento de animais e a PSR, em abrigos ou em outros serviços. (BALTAR; GARCIA, 2019).

Fotografia 7- Homem e o seu cão



Fonte: Registrada pela autora.

Por fim, inacabado, já que pelo próprio movimento do campo da minha pesquisa, onde as vivências nas ruas têm seu fluxo contínuo, um afeto tomou conta de mim: o amor. Em meio a roda de música, escutando sobre suas vidas, sem perceber, eu estava simplesmente escutando uma história de amor: *“Nos conhecemos viajando, ele estava no Uruguai quando nos conhecemos. Ficou apaixonado por mim e pelo meu convite”*. (Pitty).

*“Nós nos conhecemos na cidade Soriano, nos conhecemos em um Camping, onde as pessoas ficam quando estão viajando, e ela trabalha com o Swing (Swing de Fogo Corrente) que é Malabarista, que é fazendo fogo e eu estava trabalhando de palhaço e malabarista de bolinha na sinaleira e quando ela chegou na cidade.” (Pitty)*

*“Faz 4 meses, eu estava na beira do rio fazendo um treinamento de malabares e ela chegou, eu estava viajando de bicicleta na época, faz 4 meses, parece que faz um tempão (risos). Então ela chegou de bicicleta eu olhei, eu vi, mas a gente não se falou, mas quando chegou a noite, eu disse boa noite” e ai... eu parei em frente a um mini mercado, que lá no Uruguai se chama de quiosque, eu estava com um amigo que trabalhava junto comigo e a gente parou no mercado, compramos, pão, maionese, presunto, estávamos, tomando nosso café da noite, ela chegou, e nos convidou para tomar uma cerveja (risos).” (Cazuza)*

Os relacionamentos nas ruas podem ser marcados tanto pela durabilidade quanto pela fluidez, retratando as configurações afetivas da contemporaneidade, em que sentimentos de cumplicidade, união, traição, erotismo, amor, entre outros, são reinventados. O amor vivido pela população expressa um sentimento marcado pelo movimento que leva o sujeito a encontrar o outro e a se vincular (SIMMEL, 2006). O amor neste estudo, foi compreendido pela expressão das subjetividades e das possibilidades de re-existir nas ruas e de manter interações sociais, destacando o amor romântico como um campo das emoções, da idealização, do modelo de relação, das práticas culturais e das interações sociais.

O clima de namoro ficou no ar! O amor contido nas palavras contadas pelo jovem casal resistia à força dos estigmas atrelados a população, de que um ser em situação de rua é um ser abandonado, sem laços familiares e desamarrado a qualquer tipo de vínculo. Aliás, todas as trocas afetivas entre a própria população, a sociedade e os profissionais citados, mostram que não há ausência de afeto, sejam eles positivos ou negativos. A ida para as ruas não é sinônimo de ruptura total com o universo doméstico, a vida das ruas desloca outros encontros possíveis e diferentes vias de vinculação, mesmo que muitas vezes estas sejam conflituosas e problemáticas. (DA SILVA, 2012). Há um fluxo de re-existências contínuas, de interações, afetividades, reciprocidades, conflitos, aproximações e distanciamentos relacionais (CUNHA, 2017). Lembro-me da música do Renato Russo, que também embalou nossa roda de música:

Ainda que eu falasse a língua dos homens  
E falasse a língua dos anjos  
Sem amor, eu nada seria  
É só o amor, é só o amor  
Que conhece o que é verdade (Legião Urbana)

O que seríamos se não tivéssemos a capacidade de amar e ser amados? O encontro com o amor representou uma possibilidade de conexão, aumentando a pulsão de vida e como forma de trazer o sentimento de pertencimento e união. (CUNHA, et al., 2017). Silva (2006) caracteriza a construção de novos vínculos no contexto de situação de rua como uma capacidade de invenção de novas interações no meio público: “construção de sistemas de significados que definem papéis, vinculam e constituem agenciamentos coletivos que exploram a rua como um espaço social possível. (p. 146).

Algumas pesquisas demonstram que o sentimento de solidão e desamparo vivenciados pela população de rua são expressos como um “não ter lugar no mundo”. (LIMA; MOREIRA, 2009; REW, 2000). Sendo assim, sentir-se amado/a pode engendrar transformações movidas pelos afetos de alegria, que vão contra as forças destrutivas, com potencial de produzir uma nova maneira de viver, resistir à servidão e lutar pela liberdade de expressar os modos diferentes dos desejos e das maneiras de existir.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo/articulação entre as reflexões teóricas, o diário de campo e a roda de conversa, apresentado neste estudo, permitiu vislumbrar a diversidade de modos de vida e de resistência da população em situação de rua, na cidade de Caxias do Sul/RS. Neste trabalho a rua se transformou em um “palco” composto por artistas que expressaram, pelo menos parcialmente, seus modos de existência e suas práticas culturais. Quando o “show” iniciou, foi possível ver que a rua, mesmo atravessada por um contexto social com múltiplas violências e segregações, é uma paisagem de afetos em movimento, com potência de produzir uma torção nas relações urbanas. No entanto, os afetos são invisíveis para a sociedade que estigmatiza a população de rua, enxergando-a apenas como “apêndice”.

Os resultados apontaram que os sujeitos atribuem seus próprios significados e sentidos para a urbanidade, se apropriando das ruas, reinventando os espaços, criando táticas de sobrevivências e práticas de resistência, mesmo que suscetíveis à vulnerabilidade e ao contexto precário. Contudo, é por meio das vinculações afetivas, ligações com os relacionamentos estabelecidos nas ruas, com as redes de apoio institucionais que auxiliam nas demandas cotidianas, dos serviços que são oferecidos pelas instituições públicas ou da sociedade civil, que suas vidas são afetadas de forma positiva ou negativa.

Houve evidência de que a afetividade pode ser tanto um caminho de negação da vida quanto um caminho capaz de gerar modos de enfrentamento e resistência em situações adversas. O compromisso ético-político deste estudo denuncia as relações e as práticas despotencializadoras, vindas da ideologia dominante, geradoras da servidão e tristeza, decorrentes de um reconhecimento perverso, que aprisiona as identidades vistas somente como pedintes, mendigos, perigosos e vagabundos (CUNDA; SILVA, 2020).

Os laços sociais construídos durante as oficinas artísticas favoreceram identificar o quanto as relações podem se transformar em redes potencializadoras, promotoras da alegria e da liberdade de expressão, inclusive artística. Foi através desses espaços de trocas que a população de rua de Caxias do Sul se uniu para falar e enfrentar seus problemas, abrindo-se uns com os outros e estabelecendo relações solidárias. Como afirma Sawaia (2009, p. 370), “[...] são os afetos os responsáveis pela união dos esforços (*conatus*), em nós fazermos um, como se fôssemos uma única

mente e um único corpo”. Os grupos de ensino-aprendizagem se apresentaram como uma via possível de manter as existências, os sonhos e felicidade, para sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade. Esta prática assemelha-se as relações de vizinhança nas redes de apoio social, no uso do espaço público das comunidades, e nas estratégias que os próprios sujeitos elaboram cotidianamente para resolver os problemas, como a solidariedade na divisão das marmitas entre seus pares. Enfatiza-se que o viver na rua não é uma prática isolada, sem trocas, faz-se necessário tecer redes de solidariedade.

Cabe salientar que no decurso desta pesquisa, houve o impacto da crise sanitária que afetou o mundo inteiro, a pandemia do novo coronavírus. Esse fenômeno acirrou ainda mais a pobreza e as extremas desigualdades já existentes, a luta por sobrevivência contra as mortes provocadas pelo vírus e por autoridades públicas nem sempre comprometidas com o povo. A fome e precariedade das vidas desnudou um contexto perverso de exclusão-inclusão, que já vivenciávamos historicamente, mas que se agravou sobremaneira. Ressalta-se a dimensão ético-política da saúde, que deve ser pensada de uma forma integral (biológica, cultural, social e subjetiva), pois não se limita aos processos fisiológicos do binômio saúde/doença. A saúde na ordem da virtude, da felicidade pública e da potência de ação é uma perspectiva fundamental para se trabalhar com esses sujeitos.

Percebeu-se que durante os acolhimentos da população em situação de rua nos abrigos provisórios, as dores excederam o campo biológico. As mudanças abruptas em suas rotinas causaram diferentes sofrimentos, indo além da esfera física, da falta de alimentação e abrigo. Foram muitas as dores emocionais devido às restrições à liberdade de poder escolher e manifestar seus desejos, mesmo os mais comuns do cotidiano. Sendo assim, sugere-se a importância de inserir a participação social da população de rua na formulação de políticas públicas, de forma que a saúde contemple a dimensão da totalidade do ser humano. Também faz-se necessário superar a lógica de ações de cunho assistencialista, nas quais os sujeitos não são vistos como protagonistas na construção das políticas, mas como seus “públicos-alvo”, dependentes e incapazes.

Acredita-se que as ONGs podem constituir um importante canal de comunicação e fortalecimento das políticas públicas, mas não são substitutas do Estado. Este precisa se responsabilizar, sendo que lutar pelo direito à saúde em sua totalidade é lutar contra a política neoliberal de privatizações de serviços e de vidas.

Conclui-se que posicionar-se contra as desigualdades sociais e suas mazelas decorrentes é lutar por transformações sociais cotidianamente, em todas as esferas da política. Como assevera Bader Sawaia, uma das autoras centrais no estudo: “Promover a saúde equivale a condenar todas as formas de conduta que violentam o corpo, o sentimento e a razão humana, gerando, conseqüentemente, a servidão e a heteronomia” (SAWAIA, 1995, p. 157).

Permito-me dizer que as afetações com o modo de viver nas ruas das pessoas em situação de rua produziram em mim um novo modo de fazer e pensar sobre a pesquisa social. Durante os encontros, essas pessoas me mostraram suas singularidades, contando sobre sua vida cotidiana e suas histórias. Não foram somente meus ‘objetos’ de estudo, eles se transformaram em co-autores/atores desta escrita. Caxias do Sul/RS não será mais a mesma para mim, porque foi nessa caminhada que visualizei resistências políticas através das quais cada pessoa em situação de rua cria sua forma de viver na rua, de fazer arte, de trabalhar, de se relacionar.

Nesse percurso, nota-se que o essencial é a tomada de consciência sobre o sofrimento ético-político; porque a partir disso, algumas ações coletivas podem ser fomentadas, mobilizando a esperança e a potência de ação em cada sujeito que nelas se engaja e delas participa. Nesta pesquisa, por meio dos vínculos criados entre pesquisadora, população e profissionais, foi possível mobilizar desejos, afetos, cuidado e respeito à diversidade nas ruas, traduzindo as necessidades em demandas sociais articuladas pelos sujeitos (SAWAIA, 2014). Contudo, por certo há um longo caminho de re-existências a empreender, principalmente porque ainda nos deparamos com estigmas, injustiças e corpos que ficam à mercê da tutela – e da negligência - do poder público, mostrando o caráter dialético desse fenômeno social.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. M. **A vida nas ruas: aspectos psicossociais das vivências de moradores de rua de Campo Grande**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde). Universidade Católica de Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

ARNDT, A. D.; MAHEIRIE, K. Musicoterapia Social e Comunitária: ações coletivas em pauta. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2020.

ANDRADE, L. P.; COSTA, S. L. da; MARQUETTI, F. C. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 4, p. 1248-1261, 2014.

DE ANDRADE, A. L.; GARCIA, A.; CANO, D. S. Preditores da satisfação global em relacionamentos românticos. **Psicologia: teoria e prática**, v. 11, n. 3, p. 143-156, 2009.

DE ALENCAR, H. M.; DE LA TAILLE, Yves. Humilhação: o desrespeito no rebaixamento moral. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 59, n. 2, p. 217-231, 2007.

DE ALMEIDA, S. F.; JUNIOR, D. R.; SOUZA, R. P. A rua como espaço e tempo de possibilidades educativas. **Revista Inter Ação**, v. 41, n. 2, p. 323-336, 2016.

DE LIMA, Aluísio Ferreira. A identidade como “problema” de pesquisa. *Ecos-Estudos contemporâneos da subjetividade*, v. 2, n. 2, p. 215-229, 2012.

BALTAR, J. G. da C.; GARCIA, A. Pessoas em situação de rua e seus cães: fragmentos de união em histórias de fragmentação. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 12, n. 2, p. 191-209, 2019.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Editora Vozes Limitada, 2017.

BARBOSA, J. C. G. **Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados**. 2018. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Brasília. Disponível em: [http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/jose\\_carlos\\_gomes\\_barbosa.pdf](http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/jose_carlos_gomes_barbosa.pdf).

BAPTISTA, L. A. **A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades**. São Paulo: Summus, 1999.

BARBOZA, D.; ZANELLA, A. V. O movimento de potência/impotência de ação de catadores de material reciclável: o diálogo com a assessoria. **Pro-Posições**, v. 18, n. 2, p. 147-166, 2007.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 3ª. Lisboa: **Edições**, v. 70, p. 223, 2004.

BARROS, V. A. Trabalho e populações especiais. *In*: BENDASSOLLI, Pedro F.; BORGES-ANDRADE, J. E. **Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações** (Orgs). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: MDS, 2008.

BRASIL. **Orientações técnicas: centro de referência especializado para população em situação de rua (centro pop) e serviço especializado para pessoas em situação de rua**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua / Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde da população em situação de rua: um direito humano / Ministério da Saúde**. Brasília, 2014. 46

BRASIL. **Relatório Municipal sobre Bolsa Família e Cadastro Único**. Informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda do Município de Caxias do Sul- 2019. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio\\_form.php?p\\_ibge=430510&area=0&ano\\_pesquisa=&mes\\_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585,460,587,589,450,448,464,601](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=430510&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585,460,587,589,450,448,464,601). Acesso em: 02 mar 2020.

BRANDALISE, C. Concepção de “italianidade” no Rio Grande do Sul. Noções étnicas de pertencimento: mitos e conflitos. *In*: CAPPELLIN, P.; PACE, V.; GIULIANI, G. M.; ORO, A. P.; BRANDALISE, C. (Eds.). Entre memória e mercado: famílias e empresas de origem italiana no Brasil. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p. 109–136.

BORIN, M. Os moradores de rua em São Paulo e suas relações com o mundo do trabalho. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 12, p. 49-64, 2004.

BURSZTYN, M. **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. *In*: BURSZTYN, M. **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BURSZTYN, M. Vira mundos e “vira bostas”. *In*: BURSZTYN, M. **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CABRAL, S.; JÚNIOR, N. K.; VERONESE, M. V. Sociabilidades: uma Rede de Relações no Trabalho com o Lixo. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 18, n. 1, 2016.

CASTEL, R. A. dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, 1997.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASADO, C. C. C. **Interações e relações de amizade: um estudo longitudinal no contexto de uma escola inclusiva**. 2012. Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém, PA.

CARAVACA-MOREIRA, J.; PADILHA M. I. A dinâmica das relações familiares de moradores de rua usuários de crack. **Revista Saúde Debate**, v. 39, n. 106, p. 748-759, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n106/0103-1104-sdeb-39-106-00748.pdf>

CARVALHO, D. R de. CERTEZAS E INCERTEZAS. **Boletim Entre SIS**, v. 5, n. 1, p. 76-77, 2020.

CHAUÍ, M. Sobre o medo. *In*: NOVAES A. (Org.), **Os sentidos da paixão** (pp. 35-75). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHAUÍ, M. **Política em Espinosa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista portuguesa de educação**, v. 16, n. 2, 2003.

COIMBRA, C. M. B. Direitos humanos e criminalização da pobreza [Palestra] *In* Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, 1., 2006. **Anais Eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/354436879/Direitos-Humanos-e-CriminalizacaoDa-Pobreza-Cecilia->

COUDEL, E; SABOURIN, E. Apprentissage et action collective au Nordeste du Brésil: l'Université Paysanne. **Montpellier, Cirad-Inra, actes du projet Accolade, 35p**, 2005.

COSTA, L. E.; DE MESQUITA, V. M.; CAMPOS, A. P. MORADORES DE RUA, QUEM SÃO ELES? Um Estudo sobre a População em Situação de Rua atendida pela Casa da Sopa “Capitão Vendramini” de Três Corações-MG. **Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 4, n. 2, 2015.

COSTA, J. X. S.; CAETANO, R. F. A concepção de alteridade em Lévinas: Caminhos para uma formação mais humana no mundo contemporâneo. **Revista eletrônica igarapé**, n. 03, p. 195 - 210, 2014. Disponível em: < 47 <http://www.periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/861/865>>. Acesso em: 10 Jun. 2019.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2005.

CUNDA, M. F.; SILVA, R. N. ME CHAMAM RUA, POPULAÇÃO, UMA SITUAÇÃO: OS NOMES DA RUA E AS POLÍTICAS DA CIDADE. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

CUNHA, J. G. da et al. Novos arranjos: lançando um olhar sobre os relacionamentos interpessoais de pessoas em situação de rua. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 95-108, jun. 2017. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202017000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202017000100010&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 30 ago. 2020.

D'ÁVILA, R. **Vidas (in)surgentes na cidade-casa**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

DA SILVA RAMALHO, I.; DE MELO RESENDE, Viviane. O caso Edvan Lima e a corporeidade de pessoas em situação de rua em casos de violência: análise de dados do Jornal Correioweb. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 60, n. 3, p. 808-827, 2018.

DA SILVA, T. L. Casa, rua e a fluidez de suas fronteiras: diálogos etnográficos e reflexivos sobre o fenômeno “população em situação de rua”. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 9, n. 17/18, p. 67-87, 2012.

DELFIN, L.; ALMEIDA, L. A. M. de; IMBRIZI, J. M. A rua como palco: Arte e (in) visibilidade social. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017.

DE ALCANTARA, S. C.; DE ABREU, D. P.; FARIAS, A. A. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. **Revista Colombiana de Psicología**, v. 24, n. 1, p. 129-143, 2015.

DE HOLANDA, J. G. Se virando no sistema da rua: moradores de rua, conceitos e práticas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 28-44, 2019.

DE ARARÚJO, P. T.; TAVARES, M. G. População em situação de rua: identidade social e a dialética da inclusão/exclusão. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-ALAGOAS**, v. 2, n. 3, p. 113-132, 2015.

DOS SANTOS G., ROSILAINE; LOPES, MIRIAN CRISTINA; DA SILVA SOUZA, Marcia Romovicz. Enfrentamento das expressões da questão social nos diferentes equipamentos/instituições onde o Serviço Social atua com a população em situação de rua. **Humanidades em Perspectivas**, v. 7, n. 3, 2020.

SCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FARIAS, V. C. C. **Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua do município de Porto Alegre**. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Assistência Social) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2007.

FERRAZ, L.; GOMES, M. H. Uma existência precarizada: o cuidado da prole no trabalho de catação de material reciclável. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 3, p. 652-662, 2012.

FERREIRA, J. Tratar, Cuidar: valores e práticas terapêuticas na assistência humanitária ao sans domicile fixe. **Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 29, 2011.

FERRO, M. C. T. **Desafíos de la Participación Social: Alcances y Límites de la construcción de la Política Nacional para la Población en Situación de Calle en Brasil**. Tesis (Máster en Ciencia Política y Sociología). Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2011.

FELIX-SILVA, A. V.; SALES, R. de C. M.; SOARES, G. P. Modos de viver e fazer arte de pessoas em situação de rua. **Estud. psicol. (Natal)**, v. 21, n. 1, p. 46-57, Mar. 2016.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**. São Paulo: Autores Associados, 1983.

GATTI, B. P.; PEREIRA, C. P. (Orgs). **Projeto Renovando a Cidadania: pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal**. Brasília: Brasília: Gráfica Executiva, 2011.

GEHLEN, I.; SCHUCH, P. Desafios metodológicos ao estudar populações “em situação de rua”. **A Rua em Movimento**, p. 27, 2017.

GHIRARDI, M. I. G; LOPES, S. R.; BARROS, D. D.; GALVANI, D. Vida na rua e Cooperativismo: transitando pela produção de valores. **Interface comunicação saúde educação**, Botucatu, v. 9, n. 18, p. 601- 610, 2005.

GIMÉNEZ AZEVEDO, R. A expressão da esperança na diáspora mouride em Caxias do Sul. **Ciencias Sociales Y Religión**, 22, e020004, 2020.

GOMES, R. C. M. **Gente caracol: a cidade contemporânea e o habitar as ruas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal de Porto Alegre, Porto Alegre, 2006.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: um problema político em psicologia. **Revista Psicologia USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998.

GRAEFF, L. Corpos precários, desrespeito e autoestima: o caso de moradores de rua de Paris-FR. **Psicol. USP**, v. 23, n. 4, p. 757-775, 2012.

HELLER, A. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1998.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas - uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HOLANDA, J. G. Se virando no sistema da rua: moradores de rua, conceitos e práticas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 28-44, 2019.

HOLANDA, J. G. **O sistema da rua em ação: uma etnografia com moradores de rua em Fortaleza (CE)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2017. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169010>

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 26 Mai. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama de Caxias do Sul. População estimada. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/caxias-do-sul/panorama>. Acesso em 29. Jan. 2020.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Estudos avançados**, 2011, v. 25 n. 71, p. 135-158.

SCOTT, J. **Seeing Like a State**. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven and London, Yale University Press, 1998.

JOVCHLOVITCH, S.; BAUER, M. W. A Entrevista Narrativa. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto Imagem e Som - um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

JOBERT, B.; MÜLLER, P. **L'état en Action: politiques publiques et corporatismes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

JUNIOR D. V., BELLOC M. Invisible dwelling: life production and care in the urban experience. **Interface (Botucatu)**, v. 22, n. 67, 2018.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n.3, p. 919-942, 2014.

KUNZ, G. S. **Os modos de vida da população em situação de rua: narrativas de andanças nas ruas de Vitória**. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2012.

LOPES, E. B. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CUIABÁ: RESISTÊNCIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO. **GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades**, v. 2, n. 1, p. 152-168, 2019.

LOPEZ, F. G.; ABREU, R. **A participação das ONGs nas políticas públicas: o ponto de vista de gestores federais**. Texto para Discussão, 2014.

LOPES, João Paulo Rodrigues. Entrevista: Marilena Chauí. **TRANS/FORM/AÇÃO: REVISTA DE FILOSOFIA**, v. 34, 2011.

LIMA, S. G. A.; MOREIRA, C. A. L. O morador de rua e o trabalho: o complexo limiar deste mundo. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, v. 1, p. 17-25, 2010.

MACIEL, F; GRILLO, A. O trabalho que (in) dignifica o homem. *In*: SOUZA, Jessé (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 241-277.

MATIAS, H. J. D. **Identidade, espaço e tempo: negociações de sentido sobre a “a gente de rua”**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

MAGNI, C. T. Nova pobreza e paradoxos da política de inclusão social francesa: considerações a partir de uma oficina cerâmica no Socorro Católico. **Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 29, 2011.

MAGNI, A. M. **Cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos: perspectivas de sustentabilidade**. 2011. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-24012012-162328/en.php>

MAGNI, A. A. C.; GUNTHER, W. M. R. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Saude soc.**, São Paulo, v. 23, n.1, p.146-156, 2014.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 2004.

MATTOS, R. M. **Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade São Marcos, São Paulo, 2006.

MATTOS, C. M. **Condições e modo de vida das pessoas idosas em situação de rua**. 2017. Tese (Doutorado em Gerontologia Biomédica). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica, Porto Alegre. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8060>.

MATRACA, M. V. C.; ARAÚJO-JORGE, T. C.; WIMMER, G. PalhaSUS e a Saúde em Movimento nas Ruas: relato de um encontro. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**. 2015, v. 18, suppl 2, pp. 1529-1536. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0373>>.

MARTINS, R. C. R. **A escuta ético-política na rua**. 2016. Dissertação 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARTINS, M. F.; CAPELLI, L.; BERTANHE, M. População em situação de rua e seus animais: caracterização e estudo do vínculo estabelecido e oferecimento de serviços assistenciais. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 15, n. 1, p. 96-96, 2017.

MARCHETTI, S.; SAEKI, T. Inclusão social de usuários de drogas em um Serviço de Atenção Psicossocial e Dependência de Álcool e Drogas em um município do Estado de São Paulo. **SMAD Revista Electronica Salud Mental, Álcool y Drogas** , v. 15, n. 4, 2019.

MENIN, A. F. Novos imigrantes em Caxias do Sul (RS): identidade e história oral. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 20, 2016.

MENDES, M. V. B. **Um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA (MNPR). **Cartilha de formação do movimento nacional da população de rua**. 2010. Disponível em: [http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR\\_Cartilha\\_Direitos\\_Conhecer\\_para\\_lutar.pdf](http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf) . Acesso em: 14 maio 2019.

MELO, T. H. G. **A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua**. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Programa de em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, 2011.

MELO, T. H. A. G. **“Da Rua pra Rua”: novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)**. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (Org). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EDUFScar, 2016.

MINAYO, M.C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MENIN, A. F. Novos imigrantes em Caxias do Sul (RS): identidade e história oral. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 20, 2016

MOURA JUNIOR, J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. **Revista de Psicologia**, v. 22, n.2, p.18-28, 2013.

MONTEIRO, J. A. T. **A terceira margem da rua: uma análise do cotidiano da população em situação de rua**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. Texto para Discussão n° 2246. Brasília. IPEA, 2016.

NAZARIO, A. População de rua quadruplica em Caxias do Sul. **Pioneiro**, Caxias do Sul, 16. Jan. 2020. Disponível em: [http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2020/01/populacao-de-rua-quadruplica-em-caxias-do-sul-12060455.html?fbclid=IwAR3WI6B\\_5UJau64BIKXMC4k5-u24Dq1uIDfN-VjU56-YH8NiSuFvONHHTIA](http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2020/01/populacao-de-rua-quadruplica-em-caxias-do-sul-12060455.html?fbclid=IwAR3WI6B_5UJau64BIKXMC4k5-u24Dq1uIDfN-VjU56-YH8NiSuFvONHHTIA). Acesso em: 29 jan. 2020.

NEVES, D. P. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. **Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 29, 2011.

NOBRE, M. T. et al. Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018.

NORONHA, Eduardo. " **Informal**", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. Red Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000.

NUNES, L. F.; FILHO, C. E. E. O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO EM QUESTÃO: ANÁLISE DA IDENTIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO CENTRO DE FORTALEZA – CE.. *In*: Mostra de Pesquisa em Ciência e Tecnologia DeVry Brasil, 7., 2016. **Anais Eletrônicos [...]**. BELÉM, 2016. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/viimostradevry/28954-O-SOFRIMENTO-ETICO-POLITICO-EM-QUESTAO--ANALISE-DA-IDENTIDADE-DA-POPULACAO-EM-SITUACAO-DE-RUA-DO-CENTRO-DE-FORTALE>>. Acesso em: 11/01/2020

NUNES, L. F.; ESMERALDO F., C. E. A VIVÊNCIA DO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO POR PARTE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA. **Revista Científico**, v. 20, n. 41, p. 19-38, 2020.

OLIVEIRA, A.; GUIZARDI, F. A construção da política para inclusão de pessoas em situação de rua: avanços e desafios da intersectorialidade nas políticas de saúde e assistência social. **Saúde e Sociedade**, v. 29, p. e190650, 2020.

OLIVEIRA, L. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista brasileira de ciências sociais**, v.12, n. 33, p. 49-61, 1997.

OLIVEIRA, M. V. A população de rua e suas relações de trabalho: os catadores de papel em Belo Horizonte 1988-1989. Belo Horizonte: Departametro de História da Pontifícia Universidade Católica, 1998.

OLIVEIRA, E. S. Caça palavras pela cidade: um jogo que revela os tensionamentos do espaço urbano. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 1., 2015, Londrina. **Anais Eletrônicos [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015. Disponível em: [http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo9/oral/17\\_caca\\_palavras....pdf](http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo9/oral/17_caca_palavras....pdf). Acesso em 01 mar. 2020.

OLIVEIRA, E. S. Etnografia de Rua: as expressões da arquitetura da exclusão no cotidiano das pessoas em situação de rua. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2., 2017, Londrina. **Anais Eletrônicos [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2017. Disponível em: 51

<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/131497.pdf>.

Acesso em 01 mar. 2020.

PAUGAM, S. Poverty and social disqualification: A comparative analysis of cumulative social disadvantage in Europe. **Journal of European Social Policy**, v. 6, n. 4, p. 287-303, 1996.

PEREIRA, E. R.; SAWAIA, B. B. **Práticas grupais: espaço de diálogo e potência**. São Carlos: Pedro & João, 2020. 131p.

PIMENTA, M. M. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: processos de estigmatização e invisibilidade social. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 82-104, 2019.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. **Caxias do Sul tem hoje 741 pessoas em situação de rua**. Caxias do Sul, 13 fev. 2020. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2020/02/caxias-do-sul-tem-hoje-741-pessoas-em-situacao-de-rua>. Acesso em 28 fev. 2020.

PINHO, R. J. et al. População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v.27, n.3, p. 480-495, 2019.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto de Alegre. Fundação Especial e Comunitária. Pontifca Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Serviço de Psiquiatria. **Relatório de Resultados: Pesquisa sobre condições sociais e de Saúde Mental de Moradores de Porto Alegre**. Porto Alegre: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre população de rua-NESPRua, 1999.

QUEIROZ, R. S. O último vínculo: “moradores de rua” e seus cães na cidade de São Paulo. In: V. Barbosa de Magalhães & V. Rall (Orgs.). **Reflexões sobre a tolerância: direitos dos animais** (pp. 191-196). São Paulo: Humanitas, 2010.

RESENDE, V. M.; MENDONCA, D. G. de. População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo. **DELTA**, São Paulo, v. 35, n. 4, e2019350413, 2019.

REW, L. Friends and pets as companions: Strategies for coping with loneliness among homeless youth. **Journal of child and adolescent psychiatric nursing**, v. 13, n. 3, p. 125-132, 2000.

ROSA, A. S.; BRÊTAS, A. C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, p. 275-285, 2015.

ROSARIO, G. O. do. **Análise das condições e modos de vida de mulheres em situação de rua em Porto Alegre-RS**. 2015. Dissertação de Mestrado. Pontifcia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologado desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, pág. 24-51, agosto de 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222011000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000200003&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 05 de outubro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200003>

SASSE, C.; OLIVEIRA, N. Invisível nas estatísticas, população de rua demanda políticas públicas integradas. **Senado Notícias**, Brasília, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/especial-cidadaniapopulacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 29 jan. 2020.

SAWAIA, B. B. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão**. In: BADER, SAWAIA (org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 97-118.

SAWAIA, B. B. et al. Fome de felicidade e liberdade. **Muitos lugares para aprender**, p. 53-64, 2003.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14 Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SAWAIA, B.; ALBUQUERQUE, R.; BUSARELLO, F. **Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial**. São Paulo: Cultural, 2018. *E-book*. Disponível em: [http://www4.pucsp.br/nexin/livros/2018\\_08\\_06\\_ebook\\_afeto\\_comum.pdf](http://www4.pucsp.br/nexin/livros/2018_08_06_ebook_afeto_comum.pdf). Acesso em: 11 dez. 2019.

SAWAIA, B. et al. **Psicologia e população em situação de rua: apontamentos sobre a produção científica no Brasil**. In: SAWAIA, B.; ALBUQUERQUE, R.; BUSARELLO, F. (Orgs.). *Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. São Paulo: Cultural, 2018.

SANTOS, M. População em situação de rua aumenta mais de 150% em 3 anos no Rio de Janeiro [Entrevista cedida a] Flávia Villela. **IHU On-Line**: revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 6 jun. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568377-populacao-em-situacao-de-rua-aumenta-mais-de-150-em-3-anos-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 30 jan. 2020.

SANTOS, G. P. **A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil: um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)**. 2017. 229 f.. Tese (Doutorado em Linguística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SALGADO, F. M. M. **Os sentidos do sofrimento ético-político na população LGBT em situação de rua em um centro de acolhida da cidade de São Paulo**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

SERRANO, C. E. G. **Eu mendigo**: alguns discursos da mendicância na cidade de São Paulo. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. doi:10.11606/D.47.2004.tde-20092004-153545. Acesso em: 2020-10-25.

**SCHUCH, P.**; GEHLEN, I. (Orgs.) **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. 1. ed. PORTO ALEGRE: Cirkula, 2017. v. 1. 317p.

SCHUCH, P. "A Legibilidade como Gestão e Inscrição Política de Populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil". In: FONSECA, C.; MACHADO, H. **Ciência, identificação e tecnologias de governo**. Coleções Editoriais do CEGOV, Rio Grande do Sul, Brasil, 2015.

SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais. In: **Aline E. Dornelles et al. A rua em movimento**. Belo Horizonte: Didática, p. 11-25, 2012.

SCHUCH, P.; GEHLEN, I. ; MAGNI, C. T. ; KUNDEL, I. . **Relatório técnico: Cadastro de Crianças, Adolescentes e Adultos em Situação de Rua e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua em Porto Alegre**. 2008.

SCHWEITZER, L. **Os sentidos do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua**. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180441>

SILVA, C. R. et al. Estratégias criativas e a população em situação de rua: terapia ocupacional, arte, cultura e deslocamentos sensíveis. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 26, n. 2, p. 489-500, Apr. 2018 .

SILVA; T. D. S.; NATALINO, M.; PINHEIRO, M. B. População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. **Nota Técnica**, p. 7-18, junho 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200610\\_nt\\_74\\_dise\\_t.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200610_nt_74_dise_t.pdf)

SIMÕES, J. A.; GIUMBELLI, E. **Cultura e alteridade**. Ensino Médio, p. 187, 2010.

SIMMEL, G. A sociabilidade. In: **Questões Fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2006.

SNOW, D. A.; ANDERSON, L.; VASCONCELOS, S. G. T. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**. Vozes, 1998.

TELLES, V. Pobreza e Cidadania: duas categorias antinômicas. Mínimos de Cidadania: ações afirmativas de enfrentamento da exclusão social. **Cadernos do Núcleo de Seguridade e Assistência Social**, (4), PUC-SP, 1996.

TEMPLE, D. L'économie humaine. **La revue du MAUSS**, nº10, (1), p. 103-109, 1997.

VALE, A. R. do; VECCHIA, M. D. SOBREVIVER NAS RUAS: PERCURSOS DE RESISTÊNCIA À NEGAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE. **Psicologia em Estudo**, v. 25, 2020.

VERONESE, M. V. Associativismo entre catadores de material reciclável urbano. **Contemporânea - revista de sociologia da UFSCar**, v. 6, p. 213-236, 2016.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, n. 44, 2016.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIRILIO, P. **Entrevista ao filósofo francês Paul Virilio**. 2011. Disponível em [http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16682:entrevista-ao-filosofo-frances-paul-virilio&catid=99:batalha-de-ideias&Itemid=113](http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=16682:entrevista-ao-filosofo-frances-paul-virilio&catid=99:batalha-de-ideias&Itemid=113)

VITALE, M. A. F. **Vergonha: um estudo em três gerações**. 1994. Tese (Doutorado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

WITHERS, Jim. "Medicina de rua: um exemplo de assistência médica baseada na realidade." **Journal of Health Care for the Poor and Underserved**, vol. 22, n. 1, , p. 1-4, 2011.

WANDERLEY, 2001. **REFLETINDO SOBRE A NOÇÃO DE EXCLUSÃO**. In BADER, SAWAIA (org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 97-118

TITTONI, J.; TIETBOEHL, L. K. POLÍTICA NA RUA: SUBJETIVAÇÃO, RESISTÊNCIA E OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 32, e166538, 2020. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822020000100201&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100201&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 05 out. 2020. Epub 17-Abr-2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32166538>.

ZYLBERKAN, M. "Em dois anos, SP vê salto de 66% de pessoas abordadas vivendo nas ruas". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 de jun. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/em-dois-anos-sp-ve-salto-de-66-de-pessoas-abordadas-nas-ruas.shtml>. Acesso em: 29 de jan. 2020.



